

Contrato nº 002/2021

SPTA nº03/2021

ETAPA 03

PLANO FÍSICO-TERRITORIAL DA ILHA DE MARÉ

MEMÓRIAS DE REUNIÃO DO TERCEIRO GRUPO DE OFICINAS

EMISSÃO INICIAL 18/02/2022

Nº	DATA	DESCRIÇÃO	RESP.

Salvador, 2022.

Prefeitura MUNICIPAL DE SALVADOR
Bruno Soares Reis
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
João Xavier Nunes Filho
Secretário

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA
Tânia Scofield Almeida
Presidente

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DO PROJETO
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima
Diretora de Planejamento

Fernando Sergio Barbosa Teixeira
Gerente de Planejamento e Informações

Adriana Cardoso de Freitas – Assistente Social
Ana Lúcia Macêdo Pimenta – Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA FFA ARQUITETURA E URBANISMO

Floriano Freaza Amoedo – Arquiteto e Urbanista
Rodolfo Elias Madureira Filho – Arquiteto e Urbanista
Liana Viveiros e Oliveira – Arquiteta e Urbanista
Ana Gabriella Lima Guimarães – Arquiteta e Urbanista
Angela Pedrão – Arquiteta e Urbanista
Camila Barreto Coelho de Andrade – Urbanista
Carl Manfred Hauenschild – Arquiteto e Urbanista
Claudia Bispo Reis – Auxiliar Administrativo
Clélia Nobre de Oliveira – Eng. Sanitarista e Ambiental
Cristina Aragon – Arquiteta e Urbanista
Gabriela de Souza e Silva Ferreira – Arquiteta e Urbanista
Gisele de Deus Souza – Graduanda de Antropologia
Jader Lima de Farias – Economista
Lara Espinheira e Espinheira – Arquiteta e Urbanista
Maria do Socorro A. Fialho – Arquiteta e Urbanista
Mariana Ribeiro Pardo – Arquiteta e Urbanista
Marina Annes Duarte – Arquiteta e Urbanista
Mazai Oliveira Azevedo – Graduando de Antropologia
Mel Morena Varjão – Arquiteta e Urbanista
Monique de Souza Moraes Santos – Eng. Sanitarista e Ambiental
Natália Gabriel – Turismóloga
Paula Regina de Oliveira Cordeiro - Geógrafa
Rafael Arantes – Sociólogo
Rodrigo Melo Vellame - Sociólogo
Rejane de A. Santana dos Santos – Eng. Sanitarista e Ambiental
Roberto Falcão Souza – Eng. Civil
Ronaldo Silveira Lyrio – Geólogo
Ruy Aguiar Dias – Sociólogo
Sofia de Oliveira Souza Reis – Urbanista

Sumário

1. Botelho	5
2. Itamoabo e Neves	14
3. Santana	22
4. Praia Grande	33
5. Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	43
6. Bananeiras e Maracanã	53
7. Anexos	86
7.1. Lista de Presença Botelho	110
7.2. Lista de Presença: Bananeiras e Maracanã	111
7.3. Lista de Presença: Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	112
7.4. Lista de Presença: Praia Grande	113
7.5. Lista de Presença: Santana	114
7.6. Lista de Presença: Itamoabo e Neves	115
7.7. Sistematização de painéis: Botelho	86
7.8. Sistematização de painéis: Bananeiras e Maracanã	90
7.9. Sistematização de painéis: Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa	94
7.10. Sistematização de painéis: Praia Grande	98
7.11. Sistematização de painéis: Santana	102
7.12. Sistematização de painéis: Itamoabo e Neves	106

1. Botelho

A reunião ocorreu na comunidade de Botelho, Ilha de Maré, em 24 de janeiro de 2022, com início às 13:30 horas e término às 16 horas e 12 minutos do mesmo dia. A oficina de retorno sobre a leitura do território e diretrizes para o Plano de Ilha de Maré foi realizada com a presença de 05 comunitários e ocorreu na Associação de Moradores, local indicado pelos moradores.

No primeiro momento da reunião, os consultores da FFA Arquitetura e Urbanismo e representantes da Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), retomaram o processo feito até o momento atual e apresentaram uma proposta de pauta. Essa proposta foi apreciada e aceita pelos comunitários. Pauta: 1- Introdução contextual da Ilha; 2- Apresentação da leitura e encaminhamentos de 4 primeiros painéis; 3- Intervalo; 4 - Apresentação da leitura e encaminhamentos de 3 últimos painéis.

O cronograma elaborado pela equipe, para dar conta da proposta era o seguinte: o primeiro momento seria reservado para a conversa dos quatro primeiros painéis seguido de um intervalo de 15 minutos; no segundo momento seriam discutidos os demais painéis seguidos de mais 15 minutos de intervalo. Devido a dinâmica da oficina e participação assídua dos participantes, a dinâmica foi alterada durante o processo. A equipe técnica e os comunitários concordaram em seguir a reunião sem intervalos.

A equipe da FFA se apresentou e apresentou a concepção dos painéis, afirmando que eles dialogam entre si, possibilitando uma visão integrada da Ilha. O primeiro elemento apontado foi a diferenciação que os moradores fazem ao se referirem ao continente, diferenciando sempre Salvador a Ilha de Maré. Sobre essa questão, os moradores relataram que houve uma mudança de política em Ilha de Maré, já que anteriormente, Candeias era responsável pela administração, agora esta pertence a Salvador, sendo esse um dos motivos pela, ainda existente, diferenciação. As técnicas da FFA apontaram que há, pelo menos, 20 anos Ilha de Maré consta nos instrumentos e no planejamento de Salvador e não encontraram informações que comprovem essa mudança de administração, além disso, foi informado também que a Ilha de Maré passou a ser considerada Bairro de Salvador recentemente, em 2017.

As técnicas apontaram que era necessário sanar algumas dúvidas referente às sub localidades existentes na Ilha como, por exemplo, o Morro do Borel e o Engenho da Maré. Os moradores pontuaram que não reconhecem a localidade como Engenho da Maré, e sim como Ponta do Silva, mas tanto esta quanto Morro do Borel pertencem a Botelho. Após essa introdução, o primeiro painel apresentado foi o de cultura, memória, atividade econômica e turismo. A equipe da FFA iniciou as atividades ressaltando a complementaridade presente neste painel. Destacaram os principais elementos sistematizados a partir dos estudos realizados anteriormente na Ilha como, por exemplo, a particularidade do quantitativo expressivo de comunidades quilombolas na Ilha, sendo considerada o bairro de Salvador com maior número de comunidades quilombolas, assim como, a forte presença da pesca artesanal, conformando o modo de vida local. A configuração do território, seja terrestre ou seja das águas que contornam a ilha, foi destacada, pois é sobre esses locais que se desenvolvem as atividades de subsistência, de comércio, mas também as atividades culturais. A equipe apresentou alguns festejos tradicionais, tais como as festas católicas e as cavalgadas. As manifestações culturais possuem forte relação com a vida na Ilha, perpassando muitos aspectos, como o educacional. Assim, a equipe trouxe uma visão integrada entre os temas específicos do painel, apontando que o acesso à transporte, a políticas e programas específicos também são importantes para garantir o fortalecimento e continuidade das práticas existentes. Foram levantadas práticas que podem ser potencializadas e transformadas em fontes de renda, através do turismo.

Como direcionamentos para potencializar e melhorar as questões dos temas colocados no referido painel, foram apontados: apoio e patrimonialização do samba de roda e do doce de banana, principalmente a nível federal; estabelecimento de trilhas para o turismo de base comunitária, foi colocado a importância da demarcação e delimitação de caminhos antigos com significado histórico. Foi levantado também que é necessário apoio para a corrida de canoas e o desenvolvimento das caminhadas. A capacitação das pessoas locais para o turismo, como por exemplo, o curso para guias, salva-vidas, entre outros, também foi trazida como sugestão pelos presentes.

Ao apresentar o painel do Meio Ambiente, a equipe da FFA contextualizou a forte relação existente em Ilha de Maré com a natureza, pois boa parte da vida está imbricada nessa relação, seja do ponto de vista do transporte ou da geração de renda. Porém, a presença

das indústrias no entorno traz desafios para a conservação ambiental. Os presentes apontaram a necessidade do monitoramento do ar, devido ao forte odor de amônia, ainda relataram que muitas pessoas estão ficando doentes por causa da contaminação gerada pelas indústrias do entorno. É necessário, portanto, estudo e monitoramento da qualidade do ar e da água. Falou-se da necessidade de comunicação, periodicamente, com a população sobre o índice de poluição. Há necessidade também da existência de um plano de fuga financiado pelas empresas, porque quando ocorrem acidentes não há informações suficientes disponíveis para a população. Os moradores falaram que deveria existir uma contrapartida das indústrias na forma de um plano de saúde oferecido para os moradores, por conta dos problemas de saúde ocasionados pela contaminação química.

Foi relatada a dificuldade de fiscalização ambiental na Ilha, pois o manguezal está sendo desmatado para a construção de empreendimentos. A equipe da FFA sugeriu que existisse um maior contato com outros pesquisadores e professores de Universidades que estão fazendo estudos ambientais na Ilha, de forma a melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações em toda a Ilha.

Ainda sobre o meio ambiente, a equipe da FFA chamou atenção para a necessidade de se pensar conjuntamente maneiras de possibilitar o desenvolvimento da Ilha de forma a garantir a manutenção dos espaços de natureza e as práticas, por exemplo, de subsistência e lazer que dependem deles. Dialogando com isso, os moradores falaram sobre a necessidade de conservar a Ilha, principalmente a mata, os manguezais e as praias, pois esses espaços são considerados importantes para as atividades econômicas, com destaque para o turismo e para a pesca artesanal.

Ao abordar o painel de saneamento básico, a equipe da FFA apresentou que a situação encontrada em Ilha de Maré é precária, pois há a presença de esgoto a céu aberto através de valas de drenagem, direcionadas para o mar, que recebem o esgotamento sanitário das edificações, o que ocasiona problemas de diversos tipos, como o transbordamento desse material no período de chuva, contribuindo para contaminação e gerando problemas de saúde. A equipe da FFA apontou também a necessidade de manutenção e orientação da construção de fossas, pois estas devem seguir padrões

sanitários para que não causem contaminação do solo que a circunda, bem como as pessoas que ali circulam.

Foi colocada a necessidade de monitoramento, recuperação e manutenção das fontes de água existentes no território. Segundo os moradores, elas devem ser consideradas como patrimônio cultural da Ilha, pois são antigas e representam a memória da territorialidade da Ilha. Os moradores relacionam a conservação dessas fontes como um atrativo turístico.

As tubulações da rede de abastecimento de água, atualmente expostas, também foram foco da oficina, pois causam diversos problemas à população, principalmente dos pontos de vista da segurança do abastecimento de água, que é interrompido quando há a danificação dessas tubulações. Sobre o abastecimento de água, este demonstrou ser intermitente e irregular. Os moradores apontam que há a necessidade de melhorias por parte da Embasa. Os moradores pontuaram que a intermitência se dá devido à obra de separação da alimentação da água entre a Ilha de Maré e Candeias, a FFA informou que irão solicitar informações sobre o andamento da obra. Além disso, as técnicas também informaram que o projeto de esgotamento sanitário está sendo elaborado pela concessionária responsável, a FFA informou que solicitaram acesso ao projeto para que possam ter mais informações.

Outro ponto destacado foi a existência da tubulação exposta, oriunda da extração de petróleo pela Petrobrás, em Porto dos Cavalos. Essa situação causou indignação aos presentes, pois apesar de gerar riqueza, não há contrapartida da empresa voltada para melhorias e investimentos locais.

Sobre a questão da coleta, armazenamento e destinação do lixo, a equipe da FFA identificou a existência e o funcionamento do desses serviços, apontou também a possibilidade de separação dos resíduos, bem como o reaproveitamento, para que haja redução da quantidade de lixo a ser transportado para o continente. Ainda sobre o armazenamento, a equipe técnica também apontou a necessidade de armazenamento eficiente que não fique sujeito a ação de animais. O descarte e reaproveitamento eficaz dos resíduos foram considerados como importantes para a Ilha, principalmente no que se refere à geração de renda.

Os moradores falaram que havia um grupo de coleta seletiva em Santana, mas esse não existe mais: “Seria interessante reconstruir esse grupo e que ele atendesse a Ilha como um todo, bem como a construção de uma cooperativa integrada à Ilha”. Deu-se o exemplo de possibilidade de reutilização de materiais, como o óleo de cozinha e de acarajé para a produção de sabão: “essa prática precisa ser incentivada, a partir da capacitação de outras pessoas da Ilha”, afirmaram. É necessário ainda ter uma capacitação através de cursos e oficinas para as pessoas, tanto de empreendedorismo, quanto de reciclagem de materiais, com finalidade de construir uma cooperativa de reciclagem na Ilha.

Outra demanda foi a criação de uma horta comunitária para fortalecer a saúde da população e também para a transformação do lixo orgânico em adubo, através de compostagem.

Sobre o painel de infraestrutura e habitação, a equipe da FFA apresenta os pontos já identificados como possíveis soluções para os problemas encontrados. Dentre eles, o acesso a programas de habitação e infraestrutura já existentes; a assessoria técnica gratuita para a construção e melhoria das habitações; facilitação ao acesso de transporte para os materiais de construção; fornecimento e construção de espaços públicos, como praças e quadras acessíveis; capacitação para mão de obra em construção civil; melhoria dos serviços de telecomunicações; melhoria da infraestrutura de iluminação.

Dialogando com a equipe, os moradores apontaram que, além do que foi trazido, a iluminação ainda é insuficiente na Ilha. Sobre isso, alguns aspectos foram ressaltados: falta de manutenção da iluminação pública; necessidade de ampliação da rede elétrica; melhoria na iluminação dos caminhos.

Observou-se que esses elementos estão presentes no painel referente a mobilidade, dessa forma, a equipe iniciou esse painel a partir das intervenções feitas pelos moradores. Após ressaltar a importância da iluminação tanto na zona de costa quanto no interior da Ilha, os moradores afirmaram que há a necessidade da abertura de caminhos para ligação interna na Ilha, principalmente porque os serviços fundamentais como saúde, assistência social e educação estão localizados em outras comunidades.

Ainda sobre a mobilidade, o deslocamento por mar realizado por embarcações locais foi considerado como precário. Os principais pontos sobre a insuficiência do serviço são: horário de funcionamento, que não atende ao turno noturno; a não existência de transporte público; o alto preço do serviço; trajetos demorados, principalmente no transporte escolar.

Os presentes trouxeram também algumas sugestões, são elas: a gratuidade do transporte para idosos; a fiscalização das embarcações do ponto de vista da qualidade do serviço, da estrutura, lotação e segurança; a realização de cursos de capacitação para os barqueiros, auxiliando com capacitação, mas também com aulas preparatórias para retirada de habilitação; a necessidade de regularizar as canoas de fibra; a necessidade de reformar o atracadouro de Botelho, pois esse não atende e comporta as embarcações menores quando a maré está baixa.

Ao apresentar o painel sobre a saúde, foi colocado pela equipe da FFA que foi constatado a melhora do serviço, quando comparado a outros períodos, mas que ainda é insuficiente e limitado, principalmente nos casos de urgência e emergência. Sobre a saúde, o primeiro assunto foi sobre a ambulância. Os presentes afirmaram que deve haver um canal de comunicação de emergência para o contato com a ambulância. A dificuldade de acesso a ambulância, soma-se também a baixa capacidade de atendimento desse serviço, visto que são poucas unidades. Um dos moradores relatou que: “tem situações que o posto atende e fala para a pessoa ir sozinha para o continente. É necessária uma melhor comunicação para a utilização da “ambulância”, inclusive com atendimento noturno, pois já houveram pessoas que faleceram pois não tiveram atendimento. É necessário ter atendimento prioritário, profissionais que ficam 24 horas na Ilha e atendimento de emergência na Ilha, pois às vezes as pessoas não resistem à viagem de canoa, quando tem dinheiro para ir, e falecem”.

A equipe da FFA pontuou a necessidade de um atendimento de saúde contextualizado, principalmente no que diz respeito ao modo de vida relacionado às doenças ocasionadas pelos diversos trabalhos desempenhados na Ilha, mas também ocasionados pela contaminação industrial presente na ilha. Assim, foi proposto a necessidade de pesquisa, prevenção e tratamento de forma a contextualizar o atendimento à saúde na Ilha.

Sobre esse ponto, os moradores falaram sobre a inexistência de medicamentos e de tratamentos considerados como fundamentais. As técnicas da FFA trouxeram outras sugestões, são elas: a educação comunitária para o manuseio de água parada; a criação de rede de farmácia popular; o diálogo com a zoonose para controle de pragas, entre elas pernilongos que causam diversas doenças.

O painel de educação foi apresentado e ressaltou-se que algumas coisas já foram contempladas, como a necessidade de cursos profissionalizantes; o incentivo e estabelecimento de políticas públicas de combate ao analfabetismo; a melhoria do serviço de transporte para as escolas, incluindo transporte público para o continente; a ampliação do serviço educacional na Ilha. Houve o relato de um morador sobre os problemas educacionais encontrados na Ilha: “sobre a educação, é necessário que haja maior oferta de escola pela Ilha toda, porque é muito complicado o deslocamento e isso às vezes desmotiva os estudantes. A lancha não funciona sempre. Às vezes os estudantes ficam esperando e a lancha não vem, ou há atrasos constantes”.

A melhoria da qualidade na educação foi pontuada como importante, pois os moradores afirmam que a escola existente em Botelho é insuficiente às necessidades dos estudantes. Foi ressaltada a necessidade de inserir a educação de jovens e adultos (EJA) em Ilha de Maré, cursos pré-vestibulares e cursos profissionalizantes.

Houve a sugestão de que os professores e gestores escolares deveriam receber capacitação sobre a pedagogia de Paulo Freire, pois “essa tem a preocupação com a realidade local, uma vez que muitos alunos perdem atividades escolares fora do horário convencional por conta do trabalho na pesca artesanal, por exemplo”, foi apontado que as escolas não se interessam pela vida local, portanto há a necessidade de uma escola contextualizada à realidade de Ilha de Maré. A equipe destacou a existência de programas e projetos específicos para comunidades e povos tradicionais.

Foi colocado como importante a melhor estruturação da casa quilombola, para que esta funcione como um centro de memória, trazendo temas e conteúdo da realidade local, que fale da cultura e da vida quilombola em Ilha de Maré, mas também em outros lugares.

O último assunto tratado na oficina foi a necessidade de creche nas localidades da Ilha, pois “as mães não têm com quem deixar as crianças, isso afeta muito a qualidade de

vida delas, principalmente quando as mães precisam levar as crianças para o trabalho na pesca artesanal”.

Ao final, a equipe da FFA agradece a presença e reforça a importância da participação popular no desenvolvimento do Plano para que o planejamento das ações faça jus às necessidades dos moradores.

Dos pontos assinalados pelos participantes, alguns que se destacam são: a construção da região como um polo de turismo comunitário; a necessidade de que as indústrias presentes no entorno oferecem plano de saúde como forma de compensação pelos problemas de saúde gerados pela contaminação química; a construção de um grupo responsável pela coleta de lixo seletiva que atendesse toda a ilha de maré; a necessidade da atuação efetiva da ambulância - principalmente em casos de emergência- e que a mesma funcione também a noite. Foi proposto ainda que as escolas interajam com a comunidade e que a didática dos professores leve em consideração o modo de vida dos moradores e Ilha de Maré.



Figura 1 - Registro fotográfico oficina em Botelho, 24/01/2022.



Figura 2 - Registro fotográfico oficina em Botelho, 24/01/2022.



Figura 3 - Registro fotográfico oficina em Botelho, 24/01/2022.

No Anexo 7.1 e 7.7 é possível acessar a lista dos presentes na atividade e a sistematização dos painéis que foram produzidos conjuntamente entre equipe e moradores.

2. Itamoabo e Neves

A reunião ocorreu na comunidade de Neves, Ilha de Maré, no Bar do Berico, no dia 24 de janeiro de 2022 e se iniciou por volta das 13:40 horas e com término próximo às 15:50 horas com presença de 15 moradores e da equipe técnica.

No primeiro momento, a equipe responsável pela participação social retomou o processo feito até o momento da reunião e apresentou a proposta de pauta. Essa proposta foi apreciada e aceita pela comunidade. Pauta 1- Introdução contextual da Ilha ; 2- Apresentação da leitura e encaminhamentos de 4 primeiros painéis; 3- Intervalo; 4 - Apresentação da leitura e encaminhamentos de 3 últimos painéis.

A metodologia utilizada durante a oficina para apresentação das análises sobre o encontro anterior - leitura do território - consistiu em agrupar as contribuições em determinados eixos comuns e dispô-las em diferentes painéis. Foram esses: (1) Cultura, memória, atividades econômicas e turismo; (2) Educação; (3) Saneamento básico e Lixo; (4) Infraestrutura e habitação; (5) Meio Ambiente; (6) Mobilidade. Em cada um desses painéis foi reservado um espaço para apresentação das propostas formuladas a partir dos encontros anteriores.

A equipe deixou claro (1) que os possíveis direcionamentos que serão apresentados no decorrer da reunião são fruto da análise dos encontros anteriores em que a comunidade de Ilha de Maré apresentou as dificuldades e desejos em relação ao seu território; (2) a importância dessa etapa para a seguinte, onde serão definidos alguns direcionamentos, isto é, possíveis ações que o poder público deve ter conhecimento para melhorar a qualidade de vida da comunidade de Ilha de Maré; e (3) que a comunidade não deveria inibir-se em produzir críticas ao que foi pensado pela equipe técnica, uma vez que essas críticas seriam encaradas como contribuições para o melhoramento do que estava sendo exposto.

O cronograma elaborado pela equipe, para dar conta da proposta era o seguinte: o primeiro momento seria reservado para a conversa dos quatro primeiros painéis seguido de um intervalo de 15 minutos; no segundo momento seriam discutidos os demais painéis seguidos de mais 15 minutos de intervalo. Devido a dinâmica da oficina e participação assídua dos participantes, a dinâmica foi alterada durante o processo. A equipe técnica e os comunitários concordaram em seguir a reunião sem intervalos.

Após a equipe explicar os objetivos da oficina, os antecedentes e cronogramas, a apresentação da leitura do território se inicia abordando a relação da Ilha de Maré com a parte continental do município de Salvador e sua relação com outros municípios. Foi destacado que, apesar de fazer parte de Salvador, a comunidade da Ilha diferencia seu território da parte continental de Salvador, como se o primeiro não fizesse parte do segundo. Por outro lado, algumas localidades têm mais proximidades com outros municípios, dentre os quais se destaca Candeias.

Um segundo ponto da leitura foi apresentado antes de entrarem nos eixos. A equipe buscou entender como a comunidade entendia a “Gamboa”, local onde a reunião foi realizada. A questão colocada é se era uma comunidade diferente das outras duas - Itamoabo e Neves- ou se fazia parte de alguma delas. Os presentes afirmaram que a Gamboa fazia parte de Itamoabo. Após abordarem esses dois pontos, a equipe entrou no primeiro painel: Cultura, Memória, Atividades econômicas e Turismo.

A equipe apresentou características culturais da população e como essas se relacionam com os outros aspectos do painel. Tais características foram: (1) sua constituição majoritariamente negra - a Ilha de Maré é o bairro de Salvador que tem maior porcentagem de pessoas negras; a numerosa presença de povos quilombolas - seis dos sete quilombos de Salvador estão localizados em Ilha de Maré-; e a presença do território da pesca e da mariscagem. Essas características influenciam direta e indiretamente as atividades econômicas, a memória e o turismo, este último, que no caso de Neves e Itamoabo é uma das principais fontes de renda.

A equipe técnica destacou que ações que reforcem a memória da comunidade podem impulsionar o turismo, assim como fortalecer a própria cultura local. Algumas ideias apontadas foram: criação de museus, espaços para venda de artesanatos locais, peixes

e mariscos. Foi apresentado também, a possibilidade de programas de educação de capacitação técnica como caminho interessante para a profissionalização local.

Os membros das comunidades afirmaram que o turismo, nas localidades de Itamoabo e Neves, movimenta bastante a economia e apontam para a necessidade de melhorar a estrutura do local para a recepção dos turistas. Alguns pontos por eles levantados foram: a falta de cestos de lixos, tanto em Itamoabo quanto em Neves; a necessidade imediata de reformar a igreja das Neves; a construção de um píer próximo a Gamboa de Itamoabo, espaço que foi avaliado como central entre as comunidades de Itamoabo e Neves. Durante a oficina, surgiu por parte dos moradores, a ideia de colocar na Ilha placas contendo mapas que destaquem os lugares turísticos da região, facilitando o trânsito de turistas pela Ilha.

O segundo painel abordou aspectos ligados à Educação. Sobre tais aspectos, a equipe destaca que o problema mais grave é o transporte. Isso ocorre porque, uma vez que não há ensino médio na Ilha e que o Ensino Fundamental II se concentra em Praia Grande. Para conseguir acessar a escola, a juventude da Ilha de Maré precisa, via de regra, das canoas e tem que lidar com os seus horários imprecisos, a falta de segurança e o alto custo do transporte. A equipe técnica entende, portanto, que se fosse resolvido a questão do acesso às escolas, a maior parte dos problemas com a educação seriam resolvidos. Além disso, a equipe colocou como orientação a oferta de cursos profissionalizantes nas escolas; e educação para jovens e adultos - devido à alta taxa de analfabetismo na Ilha de Maré.

Os participantes concordam que o maior problema da Ilha de Maré em relação à educação é o acesso às escolas, mas acrescentam que outro ponto importante é a ausência de creches.

Logo após, a equipe entrou no terceiro painel, no qual os assuntos giravam em torno do saneamento básico e do lixo. Sobre o primeiro, na Ilha de Maré, a equipe destacou a completa ausência, acompanhada do aumento de esgotos a céu aberto. Foi proposto pelos moradores que os órgãos competentes oferecessem capacitação à comunidade sobre a construção de fossas, uma vez que, segundo os mesmos, é despejada no mar a água da pia. Por esse motivo, afirmam que parte da areia da região tem ficado escura. A equipe técnica concordou, e destacou que um dos encaminhamentos é a viabilização

de assessoria técnica para construção de fossas de acordo com os padrões sanitários. A equipe informou aos participantes que estão cientes da existência do projeto da Embasa, mas que ainda não tiveram acesso para poder avaliar.

Foi apontado também pela equipe que há o abastecimento de água irregular na Ilha de Maré, devido a dinâmica de rodízio do fornecimento entre as comunidades. Essa dinâmica geral, afirmou a equipe, acarreta um outro problema: o armazenamento de água em desacordo com padrões sanitários. Foi apontada a necessidade de orientação técnica sobre armazenamento de água e construção das fossas. Além disso, foi acrescentada a possibilidade utilização das fontes de água - que estão presentes em abundância na Ilha - bem como o reaproveitamento da água da chuva, como complementos ao fornecimento de água feito pela EMBASA. A população mostrou interesse pela ideia. Os mais velhos lembravam que, por muito tempo, consumiam água das fontes e construíam cisternas para ter acesso a água potável.

Por último, a equipe destacou as numerosas tubulações expostas e os problemas subsequentes: interrupção do abastecimento de água, devido a rompimentos da tubulação e maior suscetibilidade à contaminação da água.

Sobre as questões que giram em torno do lixo, a equipe lembra que a comunidade de Neves já destacou a concentração de lixo e o pequeno número de lixeiras disponíveis nas praias, bem como as consequências ambientais e para a saúde dos moradores. Além desses problemas, foi lembrado que nos lugares onde se produz artesanato a partir da palha, há um elevado número do resíduo deste material. Isso porque a empresa que faz a limpeza da Ilha não recolhe o material. A solução dada em Praia Grande, é a transformação desses resíduos de palha em placas acústicas. A partir dessa iniciativa, a equipe deu ênfase à importância de pensar no recolhimento de materiais recicláveis. Um dos pontos mais debatidos diz respeito ao armazenamento do lixo. Apesar de existir coleta de lixo diário, esse lixo é levado e armazenado na própria Ilha de Maré. Um local de armazenamento fica em Santana, o outro em Bananeiras. No segundo há um problema grave: quando a maré sobe espalha todo o lixo. Tendo em vista esse quadro e a complexidade da logística e manutenção, a equipe aponta alguns caminhos para resolver o problema do lixo. Alguns desses são: separação do lixo e construção de composteira, aliado com programas educativos e de incentivo a essas práticas.

Os cavalos também foram lembrados neste tópico. As oficinas anteriores apontaram que faz parte da cultura local os cavalos andarem soltos e livres por toda Ilha. Isso atrapalha a coleta de lixo, uma vez que eles normalmente rasgam os sacos a procura de alimentos.

Os moradores concordaram com a análise e com os encaminhamentos. Acrescentaram que o plástico poderia ser direcionado para alguma ONG que trabalhe com esse material. Acrescentaram também, que é importante ter uma fiscalização para que os cavalos não fiquem transitando soltos pelas ruas ou que se construa baias para estacionar os cavalos como se faz com os carros. A equipe apontou como solução a construção de um espaço coletivo para que os cavalos fiquem quando tiverem saído da propriedade dos seus donos.

O aspecto debatido em seguida foi segurança. Os moradores presentes não demonstraram ter um sentimento de insegurança em relação à Ilha, mas afirmaram querer policiamento por receio de crimes futuros.

No painel seguinte, foram debatidos aspectos ligados à infraestrutura e habitação. Considerando o alto custo para construir, a equipe sugeriu a existência de programas de financiamento para a construção. Foi sugerido também, que um eixo da já referida proposta de educação profissional tenha a ver com construção civil.

Sobre habitação, um morador afirmou que 40% dos custos de uma obra de construção civil é direcionado para o transporte. A equipe técnica aponta a necessidade de construir alternativas de transporte para que os materiais cheguem na Ilha de uma maneira menos custosa.

Meio Ambiente foi o tema do painel seguinte. A importância do tema foi ressaltada, uma vez que este atravessa todos os outros. Inicialmente foram destacados dois motivos de preocupação, são esses: as inúmeras indústrias nas proximidades e os poços de petróleo localizados na Ilha. Ambos fatores parecem estar contribuindo para a poluição do território de Ilha de Maré, que acontece tanto pelo ar, quanto pelo mar. Há indícios que os mariscos possam estar contaminados e os moradores apontam a possibilidade do aumento no número de mortes por câncer na Ilha estar relacionado com a poluição.

Sobre isso, a equipe elencou a falta de informações que permitam a orientação da população, tanto em relação aos perigos, quanto em relação a como agir em situações de risco. A população concorda que é necessário que sejam fornecidas instruções e acrescentam a necessidade de estudos de impacto sobre os efeitos dos produtos químicos na comunidade. A equipe destacou ainda a necessidade de fiscalização da qualidade da água de Ilha de Maré, como já tem em vários bairros de Salvador, além da preservação dos espaços naturais, fundamentais para as principais atividades econômicas das comunidades.

A população enfatizou outro aspecto ligado ao meio ambiente que é o descarte de lixo no mar por parte dos visitantes. Esse lixo, afirmam os moradores, acaba tendo o mangue como destino. A comunidade reforçou a necessidade de distribuição de lixeiras e de conscientização por parte dos vendedores e donos de bar.

Sobre a Mobilidade, foi destacado pela equipe o número baixo de píeres e o estado precário dos poucos que existem e, portanto, a importância de construção de novos e a requalificação dos existentes. Acrescenta-se a isso o fato dos píeres não atenderem as canoas, os barcos mais comuns na Ilha de Maré, pela sua altura quando a maré está baixa, como no caso de Botelho. Os moradores concordaram e apostaram na possibilidade de fazer um píer cuja altura pode variar de acordo com o nível do mar.

Os moradores da localidade afirmaram a necessidade de construir um píer na região e indicaram que o melhor lugar seria a Gamboa de Itamoabo (o mesmo lugar onde a reunião estava acontecendo). Eles argumentam que um píer na Gamboa atenderia tanto os moradores de Itamoabo quanto de Neves, por ela se localizar entre os dois

Ainda sobre o assunto, a equipe perguntou aos moradores o que eles acham sobre a possibilidade do transporte da Ilha para Salvador e ao redor da Ilha se tornar público. Membros da comunidade não se mostraram animados com a ideia. Dois foram os principais motivos apresentados: o primeiro é que o transporte é uma das principais fontes de recursos da comunidade; e o segundo é que há receio que uma vez que uma empresa privada monopolize a atividade, há o perigo da comunidade ficar à mercê da mesma.

Ao final, a equipe da FFA agradece a presença e reforça a importância da participação popular no desenvolvimento do Plano para que o planejamento das ações faça jus às necessidades dos moradores.

Os participantes da oficina dialogaram bem com o diagnóstico da leitura do território. Em todos os eixos informações novas foram acrescentadas e/ ou corrigidas, interferindo positivamente na qualidade do diagnóstico da equipe. Dos pontos que destacaram durante a oficina, alguns deles foram: a construção de um píer - defendido enfaticamente pela comunidade- na região da Gamboa, lugar que seria mais adequado para a obra por ficar entre Itamaobo e Neves, os dois polos receptores de visitantes da região; a falta de investimento por parte da prefeitura na região, que deveria ser priorizada, uma vez que é, entre as regiões da ilha, responsável por maior movimento turístico.



Figura 4 - Registro fotográfico oficina em Itamaobo, Bar do Berico, 24/01/2022.



Figura 5 - Registro fotográfico oficina em Itamoabo, Bar do Berico, 24/01/2022.

No Anexo 7.6 e 7.12 é possível acessar a lista dos presentes na atividade e a sistematização dos painéis que foram produzidos conjuntamente entre equipe e moradores.

3. Santana

A reunião ocorreu na comunidade de Santana, Ilha de Maré, no dia 25 de janeiro de 2022 se iniciou por volta das 9:30 da manhã, na praça pública ao lado do píer, com moradores e parte da equipe técnica presentes, juntamente com representantes da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF). Antes de iniciar a atividade, foi pedida a permissão de todos para que o encontro fosse gravado.

A equipe de participação inicia o encontro relembrando o processo do Plano da Ilha e suas etapas, explicando como será a dinâmica proposta na oficina do dia. É levantado se há algo mais que a equipe possa fazer para engajar os moradores e moradoras nas atividades participativas propostas para desenvolver o Plano e os moradores presentes alegam que há, de fato, uma falta de interesse na população em participar das atividades, dificultando um maior número de participantes. De qualquer maneira, confirmaram a passagem da *bike-som* contratada pela equipe para divulgação em alto-falantes e sinalizaram perceber a importância da presença da população no desenvolvimento do Plano.

No primeiro momento da reunião, os consultores da FFA Arquitetura e Urbanismo e representantes da Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), retomaram o processo feito até o momento atual e apresentaram uma proposta de pauta. Essa proposta foi apreciada e aceita pelos comunitários. Pauta 1- Introdução contextual da Ilha; 2- Apresentação da leitura e encaminhamentos de 4 primeiros painéis; 3- Intervalo; 4 - Apresentação da leitura e encaminhamentos de 3 últimos painéis.

O cronograma elaborado pela equipe, para dar conta da proposta era o seguinte: o primeiro momento seria reservado para a conversa dos quatro primeiros painéis seguido de um intervalo de 15 minutos; no segundo momento seriam discutidos os demais painéis seguidos de mais 15 minutos de intervalo. Devido a dinâmica da oficina e participação assídua dos participantes, a dinâmica foi alterada durante o processo. A equipe técnica e os comunitários concordaram em seguir a reunião sem intervalos.

A metodologia utilizada durante a oficina para apresentação das análises sobre o encontro anterior - leitura do território - consistiu em agrupar as contribuições em determinados eixos comuns e dispô-las em diferentes painéis. Foram esses: (1) Cultura,

memória, atividades econômicas e turismo; (2) Educação; (3) Saneamento básico e Lixo; (4) Infraestrutura e habitação; (5) Meio Ambiente; (6) Mobilidade. Em cada um desses painéis foi reservado um espaço para apresentação das propostas formuladas a partir dos encontros anteriores.

A leitura do território feita pela equipe se inicia com a discussão da relação da Ilha com o restante do território de Salvador, enquanto parte distinta dele (por sua característica insular), e que a leva a buscar relações com outros municípios que estão mais próximos, com destaque para o município de Candeias, local onde alguns moradores votam, trabalham e acessam serviços de saúde e educação, por exemplo. Um morador presente aponta que as comunidades da região norte da Ilha são as mais favorecidas com essa relação com Candeias, devido à sua proximidade física. É questionado aos moradores qual o reconhecimento deles quanto a algumas localidades da Ilha identificadas com nomes diferenciados, mas que inicialmente não compunham uma comunidade específica, como é o caso de Caquende. Fica entendido, então, que Caquende, apesar da proximidade física com Santana, é uma localidade que faz parte da comunidade de Praia Grande. Um dos motivos que corroboram para esse entendimento é a ligação de água e energia, feitas a partir da comunidade de Praia Grande. Além disso, os moradores explicam que não há divisão territorial da comunidade de Santana, apenas identificação de alguns locais a partir dos nomes de ruas, como: Rua da Malhada, Rua do Cemitério, Rua do Dendê, Rua do Fuxico. E sinalizam as placas dos correios como referência para identificá-las.

Seguindo a atividade para discussão do primeiro painel, referente à cultura, memória, atividades econômicas e turismo, a equipe levanta as características gerais da Ilha referentes a esses temas. Aborda como, no território, esses temas estão conectados com a ancestralidade da população local e as atividades que delimitam a Ilha enquanto território de comunidades tradicionais - as práticas de pesca e mariscagem, produção de doce de banana, balaios de palha, etc. Mostra como essas práticas tão essenciais também permeiam o tema do meio ambiente e os recursos naturais da Ilha, sinalizando a falta de suporte e fomento institucional para que essas práticas sejam valorizadas e sigam acontecendo e perpetuando. No que diz respeito às atividades culturais ligadas à memória local, a equipe levanta a relevância dos festejos de cunho religioso, associados em sua maioria às padroeiras da Ilha e arredores, além das comemorações familiares,

por exemplo aniversários, que muitas vezes estão associadas aos espaços naturais, como as praias e a costa da ilha, por onde costumam fazer trilhas nas datas comemorativas. A equipe também salienta o impacto negativo que o número muito pequeno de organizações e instituições não governamentais existentes na Ilha tem na realização desses eventos e práticas tradicionais, uma vez que a presença desses grupos contribuiria para a organização existente entre moradores, mas também pelo fato de não conseguirem acessar recursos que seriam mais facilmente acessados caso tivessem uma estrutura organizacional à frente.

A equipe apontou a pouca oferta de comércio e serviço na ilha e, ainda, a concentração dos estabelecimentos existentes nas localidades de Santana e Praia Grande. Foi pontuado que a concentração em si não seria o problema central, mas sim a insuficiente mobilidade de acessibilidade para acessar os locais desejados. Também foi mencionada a importância que o apoio institucional teria, caso houvesse, para as atividades econômicas e turísticas da Ilha - e como a falta desse apoio reflete numa dinâmica aquém do potencial local. Uma moradora refere a completa falta de apoio institucional para a realização das atividades supracitadas e aponta que a vontade e organização dos moradores de maneira independente é o que promove a efetivação delas.

Como direcionamentos para potencializar e melhorar as questões dos temas colocados no referido painel, foram apontados: fortalecimento das práticas tradicionais, por exemplo, através construção de espaços para realização dessas atividades e também para capacitação para formação de novas pessoas nessas práticas. Fornecimento de espaço para valorização e comercialização das produções artesanais, pensando também em como o turismo local pode ser favorecido a partir da oferta de uma melhor estrutura para visitantes. Esse direcionamento é corroborado pela fala de uma moradora ao pontuar, por exemplo, que a renda de bilro, tradição artesanal da localidade, acontece apenas dentro das casas das rendeiras - não apenas a produção, mas também a sua venda. Os moradores levantam que antigamente era mais comum a venda desses produtos (renda e balaios de palha) em outros locais, como Caieira, em Praia Grande, onde havia maior concentração de turistas. Mas, devido à diminuição da prática (perda progressiva da memória cultural local que está muito associada aos moradores mais antigos da região) a venda hoje se restringe às casas das pessoas que ainda produzem seus artesanatos. Para promover a retomada dessa cultura, os moradores apontam

locais e momentos de ensino e promoção dessas práticas entre os mais jovens como uma possível solução. Os moradores referem o comércio como principal forma de promoção das atividades culturais locais.

Sobre outras atividades culturais os moradores falam da festa de Bom Jesus dos Navegantes, que acontece no último domingo do mês de janeiro, uma procissão que sai de São Tomé de Paripe (antigamente saía da Ribeira) e vai até a Ilha de Maré, suspensa nos últimos anos por causa da pandemia. Chegando na Ilha acontece um festejo com bandas e pessoas fantasiadas.

Outro direcionamento apontado pela equipe e apoiado pelos moradores presentes é a melhor divulgação entre os moradores da Ilha de programas municipais já existentes de apoio (logístico, material e/ou financeiro) a eventos e práticas culturais, religiosas e tradicionais. São sinalizadas, também, necessidades referentes à infraestrutura, saúde e segurança durante esses eventos culturais locais.

Passando para o painel de meio ambiente, a equipe reforça o quanto a leitura do território mostrou que quase todas as atividades que acontecem na Ilha, de alguma forma, estão ligadas ao meio ambiente e/ou são delimitadas/coordenadas por ele: a logística de transporte, por barco ou a pé, é diretamente influenciada pelo ciclo das marés; as práticas de artesanato (palha de bananeira e Canabrava) dependem dos recursos naturais presentes no “miolo” da Ilha; a subsistência de pesca e mariscagem e sua relação com todo o entorno (mar e marés); e todo o microclima que permeia a Ilha e promove uma atmosfera de maior qualidade ambiental, por conta da vegetação e relevo locais. Além disso, as atividades turísticas estão associadas ao “consumo” das belezas naturais, praias e as trilhas realizadas nos caminhos internos. A preservação ambiental, então, aparece como uma questão primordial na manutenção e valorização de todo o território em contraste com os tensionamentos promovidos (1) pela presença das indústrias nos arredores da Ilha, (2) gerenciamento dos resíduos sólidos (lixo) da Ilha e (3) ausência de solução para o saneamento básico. Quando questionados sobre a relação com as indústrias e os impactos advindos dessa presença no ambiente, é apontada a morte das mangueiras como consequência da poluição das indústrias, alteração na quantidade de peixes e redução da pesca, de cheiros muito fortes vindos do Porto de Aratu, especialmente no horário da noite. Os moradores também relatam

grande aumento na quantidade de resíduos sólidos nos finais de semana e períodos festivos, devido à presença de turistas na região - às vezes parte desses resíduos é levado pela própria maré, poluindo as águas. É sugerido aumento na frequência da coleta nesses dias/períodos e movimentos de conscientização de banhistas para diminuição da poluição das praias e espaços comuns.

A equipe, então, evoluiu a oficina para o painel de lixo. A leitura do território indicou um funcionamento eficaz da coleta, porém com limitações e importantes pontos de melhoria. O local de armazenamento do lixo coletado em toda a Ilha e concentrado em Santana antes do transporte para “Salvador” (parte continental da cidade) foi apontado como uma das grandes questões na leitura do território. Além do manejo de resíduos de construção civil.

O reaproveitamento de materiais (reuso e reciclagem) foi apontado pela equipe como um caminho potencial para redução de resíduos, otimização na gestão e, conseqüentemente, redução na poluição e impacto ambientais. São indicados programas de educação nas escolas para disseminar informação sobre reaproveitamento e manejo do lixo, resíduos orgânicos, da importância da implementação de uma cooperativa de catadores na Ilha de Maré e conscientização dos turistas acerca do manejo do lixo na Ilha e sobre como sua presença podem impactar positiva ou negativamente no meio ambiente local. Além disso, monitoramento de animais presentes na Ilha através do centro de zoonoses, para evitar riscos à população e aos próprios animais.

Passando para o painel de esgotamento sanitário e drenagem, a equipe compartilha que a leitura do território mostrou a ausência de esgotamento e a dificuldade de contenção desses poluentes, mesmo com medidas provisórias/paliativas de organização desses efluentes (esgoto a céu aberto, fossas sanitárias), em situações de chuva, por exemplo, diante de uma rede de drenagem insuficiente. É retomada, também, a implicação da contaminação do ambiente diante da presença de resíduos sólidos (acúmulo de lixo) nos canais de drenagem existentes. A atuação de profissionais através de assessoria técnica popular é a primeira proposta de direcionamento da equipe técnica, pensando na orientação dos moradores e moradoras acerca dos cuidados, por exemplo, no momento da construção de fossas sanitárias de maneira independente ou numa melhor

delimitação de diretrizes construtivas no cenário de habitação, buscando evitar bloqueio de canais de drenagem, como já foi observado em campo.

Em relação ao abastecimento de água da Ilha, a equipe compartilha a leitura feita, pontuando principalmente as dificuldades acerca do abastecimento intermitente das localidades. Um morador fala sobre a existência de um reservatório de água, hoje desativado, que antigamente fazia com que o abastecimento das casas fosse muito mais rápido (questão de horas), o que atualmente demora alguns dias. Os moradores pontuam a importância de terem grandes reservatórios em suas moradias para não depender da disponibilidade de água da rua. São levantadas também as fontes já mapeadas pela equipe (algumas contaminadas, abandonadas, desativadas) e a relevância delas para contribuir na necessidade de água para uso (não consumo); além da importância da fiscalização e monitoramento da rede por conta também de tubulações expostas em alguns pontos da Ilha, que correm o risco de sofrerem com intempéries e outros choques físicos e, assim, comprometer a qualidade da água que por ali corre.

É colocado como um ponto interessante o condicionamento da população local em economizar água de maneira cotidiana, diante da constante escassez.

O contato com a Embasa para entender como será o projeto de saneamento da Ilha é um dos direcionamentos apontados pela equipe. Além disso: monitoramento, fiscalização e recuperação das fontes naturais; monitoramento e fiscalização da qualidade da água que chega nas casas; implementação de soluções de aproveitamento de águas doces e pluviais - captação de chuva e lençóis; programas de educação/orientação para reaproveitamento das águas cinzas.

A partir do painel de mobilidade a equipe levantou enquanto leitura do território o emaranhamento deste com todos os outros assuntos. A questão da mobilidade aparece como uma questão central em toda a leitura do território da Ilha, atravessando as problemáticas mais graves de todas as disciplinas trabalhadas no Plano. Foram apontados a partir da leitura: a ausência ou má qualidade dos atracadouros existentes na Ilha, que dificultam não apenas o transporte de pessoas, mas também de cargas; o alto custo dos transportes para os cidadãos que os utilizam diariamente; a imprevisibilidade de disponibilidade de embarcações para transitar entre continente e Ilha e entre as localidades da Ilha por mar; falta de estrutura dos caminhos à pé feitos

tanto ao redor quanto no miolo da Ilha, dificultando a circulação mais uma vez de pessoas à pé, mas também de cavalos, motos e bicicletas.

Foi apontado pela equipe como direcionamentos já identificados e apoiado pelos moradores presentes: proporcionar o uso de outros transportes além dos barcos, fornecendo infraestrutura para circulação de bicicletas, motos e cavalos, além do pedestre; suporte para recebimento e transporte de cargas; facilitar e propiciar o transporte entre as comunidades da Ilha, visando facilitar o acesso de toda a Ilha a serviços que estão concentrados em alguns lugares (especialmente Santana e Praia Grande) como posto de saúde, educação fundamental, opções de comércio, CRAS; facilitar o acesso até os barcos, como cadeiras de rodas, por exemplo, pensando no acesso de enfermos, pessoas com deficiência, idosos; adequação dos atracadouros. É salientado que dentro da questão do transporte, o transporte escolar é uma das questões com repercussões mais problemáticas na Ilha, para isso foi sugerido que se aumentasse a frequência de horários dos barcos que são disponibilizados para isso.

Um dos moradores sugere que a “ambulancha” deveria ficar alocada na Ilha, com um barqueiro da Ilha, para tornar o atendimento emergencial mais rápido e eficiente. Além disso, sugerem que haja apoio institucional para retirada da carta marítima para regularização dos canoeiros da Ilha, que é uma das dificuldades atuais dos canoeiros. É apontada também a necessidade de uma regulamentação para gestão e manutenção constante do atracadouro, levando em conta a possibilidade de se cobrar uma taxa para garantir as suas boas condições.

Seguindo para o painel de educação e saúde, a primeira questão pontuada pela equipe na leitura do território é da evasão escolar no que diz respeito às escolas de ensino médio, já que não há essa modalidade de ensino na Ilha e os alunos precisam se deslocar para o continente - e seus responsáveis arcar com o transporte dos mesmos - para acessar essa etapa da escola. Além disso: a limitação de horários no transporte dos professores que lecionam na Ilha - que dependem das condições propícias de navegação e não levam em consideração a possibilidade de imprevistos e contratemplos -; a dificuldade de locomoção de alunos de outras localidades da Ilha para a região de Praia Grande, onde há a única escola de ensino fundamental da Ilha; configuram o quadro de baixo engajamento de alunos no sistema de ensino regular. Para essas

questões são sugeridas e sustentadas pelos moradores: estruturação dos caminhos entre comunidades para garantir o acesso seguro de alunos à escola de ensino fundamental em Praia Grande; acompanhamento das crianças por um responsável/tutor pelas crianças no trânsito marítimo (além do marinheiro); garantia da segurança no transporte marítimo com um número máximo de pessoas por embarcação dentro do permitido; o aumento do fornecimento de transporte para professores, mais barcos em mais horários; adequação das estruturas escolas de nível básico existentes nas comunidades; integração do transporte escolar (modais barco-ônibus); cursos profissionalizantes de jovens e adultos; e educação de jovens e adultos, visando reduzir as taxas de analfabetismo da Ilha.

No que concerne a saúde, a leitura já havia sido contemplada em diversos pontos, especialmente no que diz respeito à mobilidade para acessar o serviço fora do horário de funcionamento, à noite, por pessoas com dificuldade de locomoção ou em outras áreas da Ilha, e foram apontados como outras questões lidas: a dificuldade de acesso a medicamentos e tratamentos indicados pelo próprio posto médico local; impactos das contaminações industriais na saúde da população e da ausência de saneamento básico. As soluções apontadas passam pela necessidade de ampliação do atendimento da ambulância, além de garantia de acesso a ela - traslado terra firme-barco -; melhoria no fornecimento de medicamentos feito pelo posto; ações de agentes de saúde para monitoramento da proliferação de mosquitos; conscientização sobre medidas sanitárias que a população deve ter no contexto de esgotamento a céu aberto. Os moradores não pontuaram mais direcionamentos a serem registrados.

O último painel levantou a leitura feita pela equipe acerca da infraestrutura da Ilha, destacando inicialmente a grande dificuldade de construir na Ilha, especialmente por conta dos altos custos de transporte dos materiais de construção. Esse cenário, então, culmina em algumas habitações de baixa qualidade e residências com mais de um núcleo familiar. Foi identificado também: um cenário de risco no manejo e corte de terreno feito por alguns moradores; ausência de espaços públicos de lazer, como praças; má qualidade dos serviços de telefonia e internet; falta de iluminação pública em muitas ruas das comunidades e oscilação em alguns pontos iluminados. Os moradores apontam que algumas casas receberam melhorias a partir do programa Morar Melhor, mas as atividades foram interrompidas por causa da pandemia. Um dos moradores sugere que

seja feita nas casas, pelo município ou pelos próprios moradores mediante orientação, para que seja amenizada a questão do esgotamento, a separação dos resíduos que chegam nas fossas.

A representante da FMLF reforça a importância da participação popular no desenvolvimento do Plano para que o planejamento das ações faça jus às necessidades dos moradores.

Dos pontos levantados pela comunidade durante a oficina em Santana, alguns dos que merecem destaque são: a importância de construir um espaço para valorização e comercialização de produções artesanais locais e a permanência da ambulância no entorno da Ilha, visando o funcionamento mais rápido e eficiente da mesma.

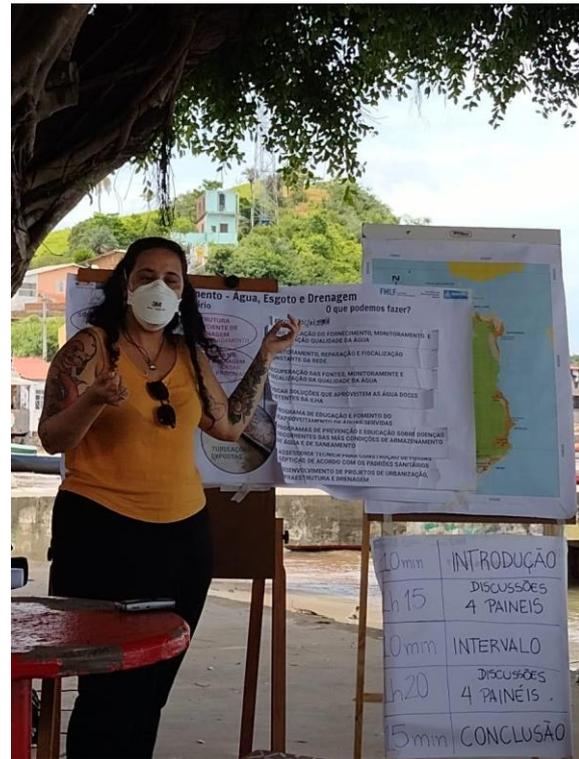
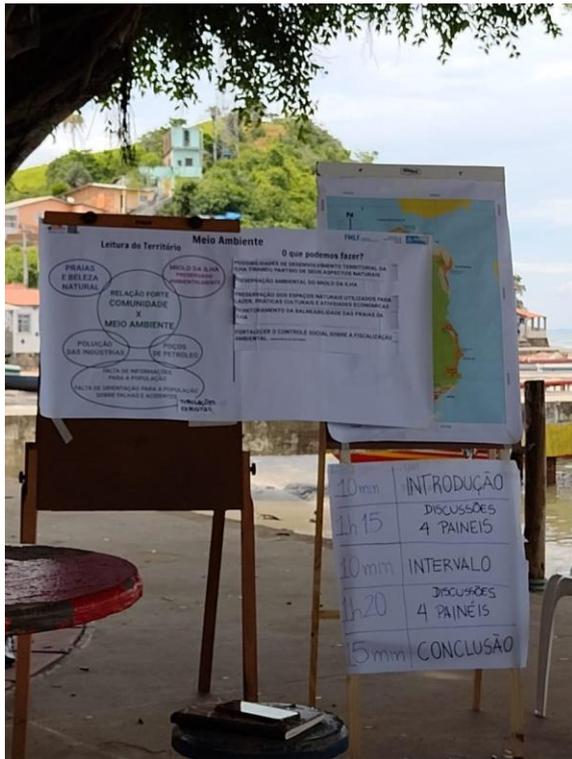


Figura 6 - Registro fotográfico oficina em Santana, 25/01/2022.



Figura 7 - Registro fotográfico oficina em Santana, 25/01/2022.

No Anexo 7.5 e 7.11 é possível acessar a lista dos presentes na atividade e a sistematização dos painéis que foram produzidos conjuntamente entre equipe e moradores.

4. Praia Grande

A reunião ocorreu na comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, em 25 de janeiro de 2022, com início às 13:30 horas e término às 16 horas e 49 minutos do mesmo dia. A oficina de retorno sobre a leitura do território e diretrizes para o Plano de Ilha de Maré foi realizada com a presença de 12 comunitários de Praia Grande e ocorreu no Bar e Restaurante do Pedro, local indicado pelos comunitários.

No primeiro momento da reunião, os consultores da FFA Arquitetura e Urbanismo e representantes da Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), retomaram o processo feito até o momento atual e apresentaram uma proposta de pauta. Essa proposta foi apreciada e aceita pelos comunitários. Pauta: 1- Introdução contextual da Ilha; 2- Apresentação da leitura e encaminhamentos de 4 primeiros painéis; 3- Intervalo; 4 - Apresentação da leitura e encaminhamentos de 3 últimos painéis

A metodologia utilizada durante a oficina para apresentação das análises sobre o encontro anterior - leitura do território - consistiu em agrupar as contribuições em determinados eixos comuns e dispô-las em diferentes painéis. Foram esses: (1) Cultura, memória, atividades econômicas e turismo; (2) Educação; (3) Saneamento básico e Lixo; (4) Infraestrutura e habitação; (5) Meio Ambiente; (6) Mobilidade. Em cada um desses painéis foi reservado um espaço para apresentação das propostas formuladas a partir dos encontros anteriores.

O cronograma elaborado pela equipe, para dar conta da proposta era o seguinte: o primeiro momento seria reservado para a conversa dos quatro primeiros painéis seguido de um intervalo de 15 minutos; no segundo momento seriam discutidos os demais painéis seguidos de mais 15 minutos de intervalo. Devido a dinâmica da oficina e participação assídua dos participantes, a dinâmica foi alterada durante o processo. A equipe técnica e os comunitários concordaram em seguir a reunião sem intervalos.

As equipes da FFA e da FMLF se apresentaram e, posteriormente, iniciou-se a oficina. No primeiro momento, a equipe da FFA fez o resgate das oficinas realizadas anteriormente. O processo foi apontado como dialógico, já que a cada oficina as informações são atualizadas através das diversas pactuações realizadas entre a equipe

e a população, possibilitando que as soluções propostas tenham o caráter integrado às necessidades de Ilha de Maré.

Introdutoriamente, a equipe afirmou o pertencimento de Ilha de Maré a Salvador, mas foi constatado que há um distanciamento entre o pertencimento administrativo e o pertencimento cultural, já que ainda hoje, os moradores se referem a Salvador como algo separado da Ilha. Foi destacado que há relações por vezes mais fortes com outros municípios, como Candeias, por exemplo.

No que se refere à utilização do território, a equipe apontou a conservação da mata no miolo da Ilha, sendo esta utilizada para o extrativismo local, tendo o beneficiamento como um dos objetivos principais. Sobre a organização do espaço interno a partir de localidades, a equipe trouxe alguns questionamentos referente às suas divisões. Uma das questões foi sobre a pertença ou não de Apicum, Cidade de Palha e Caquende à Praia Grande. Os moradores informaram que Cidade de Palha e Apicum pertencem à Praia Grande. Sobre a particularidade de Apicum afirma-se que essa tem uma identidade quilombola muito forte, fato que levou a diferenciação dessa comunidade no mapeamento elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Caquende, no entanto, é considerada como outra localidade, com relações comunitárias próprias.

O primeiro painel apresentado na oficina foi o de cultura, memória, atividade econômica e turismo. As técnicas informaram que esses temas se cruzam em diversos momentos e aspectos, especialmente no que tange a ancestralidade e as atividades que delimitam a Ilha enquanto um território composto por comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras. A equipe apresenta a relação do meio ambiente com as atividades tradicionais da Ilha de Maré, como a pesca, a mariscagem e a produção dos doces de banana e cestos de Canabrava. Além disso, apontam a falta de suporte e fomento institucional para que essas práticas sigam acontecendo. Os moradores afirmaram que um dos apoios importantes para as atividades na pesca artesanal seria a distribuição constante de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como: camisa térmica; bota; transporte para marisqueiras por conta do peso, da distância e do horário do desenvolvimento da atividade; cozinha com estrutura de armazenamento adequado para os mariscos e pescados, bem como fogão industrial para o beneficiamento desses.

A equipe apontou a existência de um projeto em curso de construção de cozinhas comunitárias. Os moradores afirmaram a necessidade de ter projetos contínuos e não pontuais, que abarcasse de fato toda a Ilha, levando em consideração a particularidade de cada comunidade.

Foi pontuada também a necessidade de elaboração de uma logomarca para padronizar os produtos de Ilha de Maré, com a finalidade de vendê-los fora de Salvador e do país. A criação de uma cooperativa para a comercialização do pescado e do artesanato de palha foram colocadas como importantes para a melhorar as condições de renda da população.

A infraestrutura de internet foi pontuada como importante, pois há dificuldade na conectividade na Ilha. Foi apontado que a geografia local favorece esportes aquáticos, sendo importante aproveitar essa potencialidade local, segundo um morador “isso impacta também no turismo porque poderiam apoiar as práticas existentes, bem como as novas práticas esportivas, como stand up”. O apoio à infraestrutura foi apontado como importante para o incentivo ao turismo na Ilha e também como mecanismo para desenvolver o lazer para as crianças e os jovens na Ilha.

Quanto ao turismo, os moradores afirmaram a necessidade de oferecer cursos para capacitar profissionais para atuarem com mais qualidade. Ainda no contexto do turismo, os moradores apontaram que “a rua da Caeira demonstra potencial, em outras regiões do norte também, mas os moradores não percebem a mesma visibilidade que tem, por exemplo, a praia de Neves. É interessante também ver uma capacitação para as pessoas atuarem com o turismo e também cursos para empreendedores na Ilha”.

Sobre as festas e manifestações culturais, a equipe da FFA ressaltou as já existentes festas relacionadas ao catolicismo popular, como a festa da padroeira, apontando essas festas como importantes para o desenvolvimento do turismo local. As cavalgadas e a volta à Ilha a pé ou de barco foram citadas como importantes e podem se constituir como um roteiro de turismo organizado pelos moradores da Ilha. A equipe fala da importância da construção de um centro de memória, que reúna as potencialidades e as práticas tradicionais já existentes na Ilha.

A população afirmou a existência de restrições sobre a cavalgada, pois os cavalos apresentam um risco à esta, sendo necessária uma avaliação sobre os animais de pasto que são criados soltos: “esses animais soltos apresentam um risco ao plantio e ao solo, impactando na renda familiar, então, se faz necessário um controle de zoonoses, para garantir um maior ordenamento e ter um local adequado para o descanso e reserva desses animais”, relata um morador. Foi trazido também a necessidade de controle dos cachorros, através de vacinação e tratamento de doenças e machucados. Os moradores apontaram, também, que já houveram tentativas desse controle anteriormente, mas não foram efetivas, sendo necessárias medidas constantes e de longo prazo. Assim, indicaram um programa de atenção periódica que possibilite a consolidação dessas soluções.

Sobre a casa de memória, um dos moradores indicou que além dos artesanatos e da pesca artesanal, há uma cultura de composição e arranjos de músicas locais, músicas essas que contam a história da Ilha. Segundo um morador, “a casa da memória pode abrigar também um espaço para a preservação e fomento à música”. Os moradores indicam que em Botelho há uma cultura de canoa muito forte e também a festa de Nossa Senhora das Neves, “a qual a igreja é datada de 1552, possuindo grande valor histórico e cultural”. A festa do carnaval em Praia Grande foi pontuada como importante para a cultura local.

Sobre a identidade africana presente em Ilha de Maré, os moradores sinalizam que “é importante trazer o conceito de ‘Ilha África’, valorizando a capoeira e o candomblé, importantes para a história da Ilha, assim como retomar a presença dos indígenas Tupinambá e Tupiniquim”. Salientaram a importância de personalidades locais, detentoras de saberes ancestrais e representantes da cultura local, como Mãe Bina, e também de parteiras. A equipe pontuou que essas tradições podem estar presentes na casa de memória.

O painel seguinte fez referência ao Meio Ambiente. A equipe reforça o quanto a leitura do território mostrou a indissociabilidade das atividades da Ilha com o meio ambiente, uma vez que são influenciadas cotidianamente por ele. Por exemplo, quando é citada a logística de transporte, por barco ou a pé, esta é diretamente influenciada pelo ciclo das marés assim como nas práticas de artesanato tradicionais no território, como a palha de

bananeira e Canabrava, produzidas a partir de recursos presentes no “miolo” da Ilha. A pesca artesanal também possui forte relação com todo o entorno. Além desses elementos, a equipe afirma que a preservação da natureza caracteriza o microclima que permeia a Ilha e promove uma atmosfera de maior qualidade ambiental, por conta da vegetação e relevo locais.

A equipe questionou como os moradores percebem a presença dos empreendimentos no entorno da Ilha, já que há diversos relatos de poluição química na água, no ar, o que causa doenças à população. A poluição foi colocada pelos moradores como algo presente não apenas em Ilha de Maré, mas também em Caboto e Passé. Foi pontuado que seria importante a compensação pelos impactos causados por essas empresas na Ilha de Maré, como a contaminação por metais pesados, como chumbo, mercúrio, dentre outros. Nesse sentido, foi pontuado como importante o monitoramento dos poluentes na Ilha, tanto do ar, quanto das águas.

Apontaram também a existência da mortandade de mangueiras, bananeiras e cajueiros, entre outras espécies, ressaltando a necessidade de uma intervenção e investigação ambiental para melhorar e preservar esses cultivos.

Diante do painel de saneamento básico, a equipe da FFA traz o levantamento feito, apontando a necessidade de inserção de programas de educação ambiental para capacitação de moradores e o incentivo à transformação e reaproveitamento dos resíduos, como por exemplo, da palha, mas também é necessário pensar no reaproveitamento dos resíduos da construção civil, dos restos de alimentos para horta, entre outros. A água e o esgotamento sanitário foram pontos importantes na oficina. Foi indicado a necessidade de implantar uma política de saneamento específica para Ilha, levando em consideração a maré e o mangue abundante. Outras sugestões feitas pelos moradores acerca desses temas foram: a sensibilização dos turistas quanto ao descarte de lixo na Ilha; acompanhamento e fiscalização da coleta seletiva do lixo; recuperação das fontes de água.

Os moradores falaram que existem muitos projetos, mas que não saem do papel. A FMLF afirmou que o diferencial desse Plano é que ele possibilita a análise integrada da Ilha de Maré.

Sobre a questão do saneamento básico, a equipe da FFA aponta que foram constatadas a presença de valas de drenagem a céu aberto e também canalizações que desagüam no mar. Afirmar ainda que a falta de esgotamento sanitário adequado gera consequências diversas na Ilha, indo desde o mau cheiro até a propagação de diversas doenças. A equipe aponta algumas soluções, como a instalação de fossas adequadas seguindo normas sanitárias, construídas sob orientação de profissionais da assistência técnica de arquitetura e engenharia. A representante FMLF afirma que há a existência de um projeto de esgotamento sanitário conduzido pela Embasa e que tentará conseguir mais informações.

A equipe da FFA afirma também que o adensamento ocasionado pela construção de casas próximo à rede de drenagem traz impactos e sobrecarrega a estrutura que já é precária. Foi colocado a importância do cuidado com o local de construção das casas, a sugestão dada, como foi colocado anteriormente, é a viabilização de assessoria técnica especializada para auxílio dos moradores.

A necessidade de soluções para o abastecimento de água foi também pontuada como importante para a melhoria da qualidade de vida na Ilha. Soluções encontradas para regularizar o serviço de abastecimento de água envolvem o projeto já em elaboração da ampliação da adutora, o cuidado com a instalação das tubulações por conta dos animais, dos descartes dos materiais, que segundo relatado “há, muitas vezes, muito entulho em cima da tubulação”, entre outros que terão destaques no Plano. A equipe da FFA aponta também a possibilidade de reutilização de água para outras finalidades. Os moradores trouxeram também a importância de revitalização das fontes de água, pois essas já foram utilizadas pelos moradores.

Os temas de mobilidade e transporte foram considerados questões centrais da Ilha, pois perpassam as várias disciplinas presentes no Plano e afetam a vida na Ilha. Foram apontadas dificuldades de uso e acesso aos atracadouros; demora no traslado continente-Ilha; e, também, dificuldade nos caminhos internos da Ilha diante da falta de pavimentação e influência das marés. A rua do “Quebra bunda” foi citada como exemplo de insegurança ao caminhar nesses trajetos, impactando profundamente a vida dos moradores da Ilha. É apontada a necessidade de pavimentar todos os caminhos e, também, a necessidade de ordenar esses caminhos, “uma vez que muitas vezes são

trajetos compartilhados com animais de pasto e os moradores comumente precisam alterar seu caminho para que eles também passem”, relata um dos moradores. O mesmo, foi dito, deverá acontecer com as motos.

Opções alternativas de transportes foram destacadas pela equipe da FFA, como a bicicleta. No caso dos transportes por tração animal, há a exigência de ordenamento para que os animais não fiquem soltos no caminho, colou-se a opção do mata burro para os animais.

O alto custo do transporte foi também apontado como limitador para a locomoção tanto para o continente, quanto para as localidades internas da Ilha. A insegurança foi apontada, tanto pela quantidade de pessoas que embarcam e também pela não qualidade das canoas. Os moradores afirmaram que os royalties de petróleo poderiam ser revertidos para a melhoria do sistema de transporte na Ilha, contribuindo, por exemplo, para a criação de transporte público que facilite a mobilidade para o continente e para as outras localidades e para o financiamento do combustível para os barqueiros

A equipe da FFA apontou ainda que há precariedade nas construções das habitações, pois foram encontradas habitações de taipa sem manutenção, casas com materiais precários, telhas de má qualidade, entre outros. Sobre a habitação, a equipe ressaltou a dificuldade de acesso aos materiais de construção, por conta do transporte e da inexistência do serviço na Ilha. A equipe demonstrou que é importante o cuidado ao construir, dando como soluções o fornecimento gratuito de assistência técnica em arquitetura e engenharia para os moradores, já que há construções em locais inapropriados, como em áreas de drenagem de rios ou próximos à encostas. As encostas preocupam os moradores, alguns relatos foram feitos sobre locais considerados de risco, sobre esse aspecto os moradores propuseram a construção de contenção para as encostas.

Sobre a segurança pública na Ilha de Maré, os moradores relataram que não há insegurança na Ilha. Foi apontado que é uma preocupação a implantação de policiamento na Ilha de Maré. Pois, segundo o relato de um morador, “a polícia, muitas vezes, chega violentando as pessoas. Tem que ter muito cuidado com essa questão”. Foi apontado que não há uma preocupação com a segurança pública, mas sim um receio

com a presença da polícia, principalmente por conta da característica racial da população, aponta os moradores.

Sobre os espaços voltados ao lazer, a equipe apresentou na leitura a existência de poucos espaços voltados para essa prática. Os moradores apontaram a inexistência desses espaços em Praia Grande e a necessidade de pensar nesses equipamentos e, também, na acessibilidade para pessoas com deficiência.

Diante da leitura do território feita pela equipe acerca dos temas de educação, foi visto que todas as comunidades têm escolas fundamentais de nível 1, com exceção de Neves e Itamoabo, e no que se refere ao ensino fundamental 2, os alunos se deslocam para Praia Grande. No ensino médio, para frequentar as aulas, os alunos precisam se deslocar para o continente, muitas vezes arcando com os custos disso. É pontuado que escolas no continente não se adaptam ao modo de vida da Ilha, dificultando o processo de integração e aprendizado dos alunos vindos da Ilha. Os moradores se queixam que as escolas existentes na Ilha não dão conta do número de alunos e suas necessidades, apontando a necessidade da ampliação e adequação dessas escolas. Outros pontos destacados foram: acesso de transporte à escola; capacitação de professores sobre a cultura e identidade quilombola; implantação de educação de jovens e adultos e oferecimento de cursos profissionalizantes. Um exemplo realçado como importante é a Escola das Águas, escola do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, que é considerada uma referência de sucesso em muitos dos aspectos pontuados, principalmente no sentido de considerar o modo de vida pesqueiro e quilombola na metodologia de ensino.

Os moradores pontuaram a questão do acesso à tecnologia de internet para a comunidade, com destaque para os espaços educacionais. Foi afirmado que “o sinal das operadoras de telefonia caiu muito, sendo considerado muito precário, aquém do que é necessário”. Os moradores apontaram também a necessidade de um laboratório de informática nas escolas, nas associações e também a tecnologia de internet pública disponível nas praças e locais públicos.

Sobre a saúde, a Equipe da FFA pontuou a existência da Unidade de Saúde da Família em Praia Grande e a circulação de agentes de saúde nas comunidades. A equipe destacou que o acesso de outras comunidades ao posto foi considerado complicado,

assim como a melhoria da comunidade para o acesso à ambulância. Foi apontado que “a saúde melhorou bastante, mas que ainda há muito o que melhorar. Por exemplo, é necessário a ampliação do posto e de seu atendimento, melhoria na comunicação com a ambulância”.

Os moradores apontaram a necessidade de inserir o conhecimento ancestral quilombola das folhas e ervas, assim como também é necessário o maior acesso aos medicamentos. Segundo os moradores é necessário treinar pessoas da comunidade para dar os primeiros socorros. Ter também um monitoramento e capacitação junto ao posto para que este esteja preparado para atender as doenças decorrentes da poluição ambiental que costumam acontecer na Ilha.

Os moradores se mostraram insatisfeitos diante do favorecimento de algumas regiões da Ilha, em detrimento de outras, como consequência de influências políticas. Os moradores apontam que essa dinâmica garante a realização de projetos/obras em comunidades a partir de critérios pessoais e políticos.

A oficina foi encerrada e a equipe da FFA ressaltou a importância da participação popular para a elaboração do Plano.

Dos pontos apresentados pela comunidade na oficina que aconteceu em Praia Grande, alguns dos que se destacam são: A construção de uma logomarca visando a padronizar os produtos feitos em Ilha de Maré; a sugestão que os passeios de barcos e as cavalgadas possam compor um roteiro turístico, a reivindicação do direcionamento dos royalties de petróleo para a melhoria do sistema de transporte da Ilha. Foi sugerido também que as escolas e as praças possuam laboratório de informática e que tenha tecnologia de internet pública disponível nas praças. Importante destacar, a reivindicação feita, pela valorização dos conhecimentos quilombolas ligados à saúde, tendo sido destacado o conhecimento sobre as ervas.



Figura 8 - Registro fotográfico oficina em Praia Grande, 25/01/2022.

No Anexo 7.4 e 7.10 é possível acessar a lista dos presentes na atividade e a sistematização dos painéis que foram produzidos conjuntamente entre equipe e moradores.

5. Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa

A reunião ocorreu na comunidade de Porto dos Cavalos, Ilha de Maré, em 26 de janeiro de 2022, com início às 13:30 horas e término às 16 horas e 40 minutos do mesmo dia. A oficina de retorno sobre a leitura do território e diretrizes para o Plano de Ilha de Maré foi realizada com a presença de 14 comunitários de Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa e ocorreu no Quiosque em frente à Associação, local indicado pelos comunitários.

No primeiro momento da reunião, os consultores da FFA Arquitetura e Urbanismo e representantes da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), retomaram o processo feito até o momento atual e apresentaram uma proposta de pauta. Essa proposta foi apreciada e aceita pelos comunitários. Pauta 1- Introdução contextual da Ilha; 2- Apresentação da leitura e encaminhamentos de 4 primeiros painéis; 3- Intervalo; 4 - Apresentação da leitura e encaminhamentos de 3 últimos painéis. Foi informado à comunidade que as memórias das reuniões anteriores estão hospedadas no site da Fundação Mário Leal e disponíveis para a consulta de todos.

O cronograma elaborado pela equipe, para dar conta da proposta era o seguinte: o primeiro momento seria reservado para a conversa dos quatro primeiros painéis seguido de um intervalo de 15 minutos; no segundo momento seriam discutidos os demais painéis seguidos de mais 15 minutos de intervalo. Devido a dinâmica da oficina e participação assídua dos participantes, a dinâmica foi alterada durante o processo. A equipe técnica e os comunitários concordaram em seguir a reunião sem intervalos.

A metodologia utilizada durante a oficina para apresentação das análises sobre o encontro anterior - leitura do território - consistiu em agrupar as contribuições em determinados eixos comuns e dispô-las em diferentes painéis. Foram esses: (1) Cultura, memória, atividades econômicas e turismo; (2) Educação; (3) Saneamento básico e Lixo; (4) Infraestrutura e habitação; (5) Meio Ambiente; (6) Mobilidade. Em cada um desses painéis foi reservado um espaço para apresentação das propostas formuladas a partir dos encontros anteriores.

No início os presentes tiraram dúvidas referentes ao projeto. A equipe técnica destacou a importância particular dessa oficina, a qual é responsável por iniciar o processo de

transformar o problema em solução e isso será feito levantando e discutindo junto a comunidade as alternativas possíveis para as questões apresentadas nas oficinas anteriores.

Apesar das questões estarem separadas em painel, a equipe deixa claro que os temas serão abordados de maneira conectada. Isso porque o olhar do plano é para a Ilha em sua totalidade, e é objetivo da equipe que os encaminhamentos estejam o mais próximo do que for apontado pela comunidade.

Antes de entrar nos painéis, a equipe, utilizando como suporte um mapa da Ilha, abordou a relação de distanciamento entre algumas localidades de Ilha de Maré e a parte continental de Salvador e, por outro lado, de proximidade com outros municípios, dentre os quais se destaca Candeias. Um dos objetivos do plano, afirmou a equipe, é fazer com que a Ilha de Maré consiga se aproximar do município a qual faz parte.

A equipe repassou para a comunidade que, de acordo com os estudos anteriores, pode-se perceber que a população se concentra na zona costeira da Ilha. O miolo é constituído de bastante morros e matas preservadas e é utilizado pela comunidade para o extrativismo. Tudo o que é recolhido nessas matas é de grande valor para a vida da população, o que faz desse importante para a vida econômica local. A equipe destaca a importância dessa área preservada para o microclima e enfatiza que em caso de desmatamento, a qualidade de vida será alterada negativamente.

O primeiro painel apresentado foi o de cultura, memória, atividades econômicas e turismo. A equipe inicia, destacando que Ilha de Maré é o bairro de Salvador com maior número de comunidades quilombolas e que tal realidade está relacionada com a forma como a população se relaciona com o território. Pesca, plantio e mariscagem são praticados por toda a extensão territorial, fazem parte da cultura local ao mesmo tempo que são determinantes para a geração de renda. Por esse motivo, foi destacado que o mar é agente importante na vida dos habitantes da Ilha, tanto para as práticas tradicionais, quanto para a mobilidade pelo território.

No que diz respeito à cultura e memória, a equipe lembrou das festas tradicionais presentes na Ilha de Maré relacionadas com a Igreja Católica. Foi destacado que é importante fornecer apoio a essas festas a partir de infraestrutura adequada para a sua

realização e que essas são importantes para o estímulo à atividade turística. Ainda sobre o mesmo eixo, a equipe falou da importância de espaços ligados à manutenção da memória e questionou a comunidade como as ruínas, localizadas em Martelo, poderiam ser utilizadas como pontos turísticos.

A comunidade aponta que apesar de nova, também existe festa católica em Martelo, ligada à Igreja de São Jorge. E que essas práticas culturais são importantes porque atraem turistas. Sobre as ruínas, a comunidade respondeu que era importante preservar para que ela possa ser utilizada como ponto turístico. Eles informaram que nas ruínas ficava o engenho que abrigava trabalho escravo.

Considerando que a pesca e mariscagem são duas das principais atividades econômicas da Ilha, a equipe técnica perguntou aos presentes que tipos de apoio eles entendiam como interessantes para exercer essas atividades. Os comunitários responderam que seria importante uma canoa para a comunidade poder mariscar. Também foi apontado a importância de equipamentos de segurança - como calçados, luvas, chapéus, camisas com proteção à radiação solar e protetor solar - e equipamentos de suporte à pesca e mariscagem como peneiras e balaios.

A equipe técnica repassou para a comunidade a ideia de se construir uma cozinha comunitária para que os pescadores e marisqueiras pudessem ter acesso a um lugar construído para o tratamento dos peixes e mariscos. A ideia foi discutida durante a reunião e a comunidade entendeu que seria importante que as cozinhas não se concentrassem em uma comunidade, mas sim que estivesse pelo menos uma cozinha em cada comunidade. Não chegou, no entanto, a um consenso de quantas cozinhas seriam necessárias e nem em que terrenos elas poderiam ser feitas. Acabou ficando consensuado que essa discussão precisa amadurecer na comunidade, para num momento mais específico poder voltar a ser debatida.

A equipe ponderou que apesar da região em questão não ser um ponto turístico atualmente, não quer dizer que não se possa planejar um futuro diferente. Foi destacado (1) que é possível atrair turistas através das já referidas ruínas que ficam em Martelo; (2) que atualmente já estão sendo feitas trilhas com turistas em torno da Ilha de Maré, inclusive para apresentar as comunidades quilombolas. Seria possível, portanto, planejar a comunidade, visando acrescentar o turismo como gerador de renda.

Ainda sobre o turismo, os presentes lembraram que já houve a construção de esteiras feitas da palha da bananeira, vassoura de licuri, doces de banana e azeite de dendê nas comunidades. Foi também mencionado que há uma caminhada realizada atualmente chamada “Sou mulher, quero respeito”, que precisa de apoio para expandir seu potencial educativo. A caminhada tem como objetivo conscientizar as mulheres sobre as violências domésticas e sobre a necessidade de denunciá-las.

O painel apresentado em seguida, foi o referente ao Meio Ambiente. A equipe inicia a apresentação destacando que tudo que a comunidade faz está relacionado com o meio ambiente, sobretudo as atividades econômicas. Em seguida lembra que em Martelo há poços de petróleo em funcionamento e a comunidade, nas reuniões anteriores, já relatou casos de vazamento. Além dos poços foi lembrada a questão das tubulações expostas e a poluição proveniente das indústrias como duas questões que precisam ser observadas para a preservação ambiental. Muitos relatos foram feitos sobre coceira de pele, alergia agudas e cheiros fortes.

É importante pensar, afirma a equipe, no que se pode fazer em relação ao assunto. A equipe aponta que a Prefeitura poderia medir a qualidade da água em Ilha de Maré com constância, assim como faz em alguns bairros de Salvador.

A comunidade aponta que umas das soluções seria alguma espécie de apoio por parte das empresas, considerando que as mesmas impactam a qualidade de vida dos moradores da Ilha a décadas. As sugestões foram: plano de saúde financiado pelas indústrias; distribuição de máscaras e construção de cursos profissionalizantes, pois há queixas constantes da presença de doenças silenciosas e que estão matando muitas pessoas, não só as idosas, mas também crianças e jovens. Durante a oficina foram apontados também alguns prejuízos, como o caso da maré vermelha, o que ocasionou a mortandade dos peixes, siris e mariscos. Os presentes relataram que já presenciaram o mar da cor preta e constantemente observam peixes boiando na Baía de Todos os Santos.

Sobre o painel de saneamento básico e lixo, a equipe técnica lembra que apesar de existir um sistema de drenagem em alguns locais, não há esgotamento sanitário na Ilha. Em períodos de chuvas essa água extravasa, gerando um problema de saúde pública. Além disso, algumas casas têm fossas, mas há a necessidade que essas sejam

construídas de acordo com os padrões sanitários, para que não haja contaminação do solo. A equipe aponta, portanto, a necessidade de uma assessoria técnica para a construção de fossas adequadas, até que o projeto de esgotamento sanitário seja implantado.

Foi lembrado também, que a rede de esgotamento tal como se encontra sofre a interferência de outros dois fatores: o lixo e os animais. O descarte inadequado de lixo acaba se acumulando impedindo o fluxo de água e os diversos animais presentes na Ilha chafurdam o lixo, o que leva a mais um problema de saúde pública, devido ao contato posterior desses com os moradores. Outro ponto levantado é a necessidade de construção de casas dentro de um ordenamento, para que não existam casas próximas a redes de drenagem. Além disso, foi apontado o abastecimento de água irregular, que provoca falta de água - sobretudo no verão - e o conseqüente armazenamento de água, muitas vezes fora dos padrões sanitários.

A comunidade falou da grande quantidade de mosquitos e da necessidade dos carros que expõem o “fumacê”. A equipe técnica respondeu que com a melhora do esgotamento é provável que esse quadro se amenize e que investigaram que, a bastante tempo, o carro fumacê não tem passado.

A equipe técnica apontou, ainda sobre o mesmo painel, a importância da recuperação das fontes de água, tanto culturalmente - uma vez que buscar a água da fonte era parte da realidade dos moradores da Ilha -, quanto para ter uma maneira complementar para acessar água potável. Junto à recuperação, é importante a fiscalização e monitoramento da qualidade da água.

Sobre a coleta de lixo, foi constatado que a mesma ocorre regularmente, mas que não há recipientes adequados em locais igualmente adequados. Foi notado a presença de recipientes que são dispostos próximo a pessoas e animais, por exemplo. A equipe afirma a importância de pensar quais materiais podem ser reutilizados - para que não haja o descarte na rede de esgoto -, além da importância de implementar a coleta seletiva. Uma cooperativa, é apontada como uma solução possível para a comunidade conseguir fazer deste trabalho mais um gerador de renda e foi sugerido algum tipo de ação educacional para que mais pessoas entendam como lidar melhor com o lixo.

No que diz respeito à Canabrava, falou-se da necessidade de construção de composteira para a criação de adubo, produção de carvão orgânico (há um projeto sendo proposto, mas é necessária maior informação), entre outros. Seria importante para os presentes que a destinação do lixo seja resolvida internamente e que haja um local adequado.

Sobre o painel de mobilidade e transporte, a equipe técnica aponta a precariedade dos atracadouros existentes e entende que é preciso não apenas uma manutenção, mas a requalificação desses espaços. Aponta também que o atracadouro de Botelho, recentemente reformado, não está atendendo os moradores da Ilha, porque quando a maré está baixa, ele não consegue atender as embarcações menores, que são as mais comumente usadas pela comunidade. Os moradores ressaltaram que o atracadouro em Porto dos Cavalos foi feito pela Petrobrás e que a ela paga a marina para mantê-la onde está. A comunidade cogita que a empresa pode decidir tirar a estrutura, caso não tenha mais interesse em acessar a localidade.

Além disso, há o alto valor do transporte para Salvador e a dificuldade de transportar cargas como alimentos, eletrodomésticos, móveis e bagagem. Soma-se a essa questão a dificuldade de planejar viagens porque o transporte funciona em função da demanda e não tem horários predeterminados. Para resolver essa questão a equipe levantou para a possibilidade de instituir um sistema público de transporte. Os comunitários foram favoráveis porque além de ajudar a comunidade em geral iria ajudar particularmente os trabalhadores que precisam transitar entre a Ilha e o continente, além dos estudantes cujas escolas não se encontram em suas localidades.

A equipe técnica abordou ainda neste painel, a importância de construção de vias e pavimentação dos caminhos. Falou também da proposta de utilizar a bicicleta como meio de transporte ao invés de carros. A opção de bicicleta foi aceita pelos moradores com ressalvas, já que para as pessoas mais velhas, por exemplo, seria difícil aprender a andar. A comunidade aponta também a necessidade de transporte vinculado a emergências de saúde. A ambulância já existente seria o meio mais viável, mas precisa tanto de um profissional que saiba oferecer serviços de primeiros socorros, quanto alguém que conheça o mar no entorno da Ilha. Outros moradores falam que com a maré baixa a ambulância seria eficiente em casos de emergências. Por esse motivo, a comunidade apontou que para o transporte de doentes ou pessoas que precisem de

emergência é necessário a existência de carros que fossem financiados pela prefeitura. A ambulância foi colocada como fundamental, pois há o auxílio para levar ao continente e às diversas localidades da Ilha.

O painel trabalhado em seguida dizia respeito à educação. A equipe técnica destacou a ausência de Ensino Médio na Ilha de Maré e a dificuldade de acessar as escolas que não estão localizadas em suas localidades. Nesse sentido, constatou-se que famílias cujos filhos precisam se deslocar diariamente para a parte continental de Salvador têm o orçamento comprometido. Soma-se isso o baixo nível de segurança nesses barcos e o pouco ou nenhum preparo dos canoieiros em salvaguardar a vida desses jovens em situações de risco. Por esses motivos, a equipe sugere que tenha um barco mais adaptado à oscilação da maré e que ele funcione como um transporte regular. Ainda relacionado à educação, foi notado que as escolas precisam de melhorias nos espaços de aula e de recreação, inclusive pensando na recepção de um maior contingente de alunos, que a existência de um transporte qualificado e regular, traria.

Uma moradora afirma que já existem os barcos responsáveis por levar os jovens que estão no ensino médio para escola. O problema, segundo ela, é o acesso ao mercado de trabalho. A distância e a logística para o continente, parece restringir os empregos e até mesmo estágios para os jovens da Ilha. Ela apresenta a solução que instaure programas como o Jovem Aprendiz na Ilha.

No painel que diz respeito a saúde, a equipe técnica destacou: (1) a necessidade de facilitar o acesso ao posto de saúde com maior rapidez, seja por terra ou ambulância; (2) que é imprescindível que o posto tenha os medicamentos necessários para os tratamentos receitados pelos médicos; (3) a importância da ampliação do horário de funcionamento do posto - já que atualmente funciona 24 horas por dia apenas nos finais de semana; (4) a adaptação dos postos e dos profissionais de saúde às doenças geradas pela poluição industrial.

O último painel apresentado fez referência à infraestrutura. A equipe técnica destacou a ausência de equipamentos públicos de lazer na Ilha de Maré. Sobre isso, a comunidade relatou que atualmente o lazer está restrito aos bares e a praia e reivindica espaços para as crianças brincarem, além de academias a céu aberto.

Comércio e serviços como lotérica, banco e correios também não existem na Ilha. A equipe questionou os moradores se eles sentem falta de segurança pública na Ilha e a resposta foi positiva. Foi relatado que existem casos de arrombamento e que em Maracaná já houve assalto por volta de três vezes. As moradoras explicam que a noite costumam andar em grupo com medo de estupro, mas também apontam que não tem conhecimento de nenhum caso.

Sobre habitação, a equipe técnica destacou o quão caro é o custo para a construção de casas e que por esse motivo as famílias crescem e têm dificuldade de construir outras moradias e que muitas vezes as casas têm estruturas precárias. Pensando nisso, a equipe técnica propôs o auxílio de engenheiros disponíveis para auxiliar na construção das casas, com foco em aspectos como segurança e ventilação.

A equipe também apontou que existem moradias construídas em lugares impróprios como encostas e em locais próximos à rede de drenagem. É importante, portanto, decidir junto à comunidade os locais adequados para a construção, visando a saúde e a segurança dos moradores da Ilha de Maré.

Por último, os moradores enfatizaram algumas das reivindicações feitas nas oficinas anteriores. Foram essas: a construção de estradas, as podas das árvores e a retirada de colmeias de abelhas.

A equipe técnica reforça que estão sempre à disposição da comunidade e que todos podem entrar em contato a qualquer momento.

Dos pontos apresentados pelos moradores presentes, alguns dos que se destacam são: O interesse da comunidade em construir formas de tornar a região turisticamente mais atrativa; a reivindicação sobre o oferecimento de algum tipo de compensação por parte das empresas responsáveis por poluir o território de Ilha de Maré e, conseqüentemente, afetar a qualidade de vida e principais fontes de renda da população; a crítica ao atual funcionamento da “ambulancha” e a reivindicação de uma ambulancha disponível em tempo integral para casos de emergência. Um outro ponto que merece destaque é que, uma vez que as vias de comunicação internas sejam construídas na Ilha, será preciso ter carros disponíveis para o transporte da população até o posto de saúde.



Figura 9 - Registro fotográfico oficina em Porto dos Cavalos, 26/01/2022.



Figura 10 - Registro fotográfico oficina em Porto dos Cavalos, 26/01/2022.

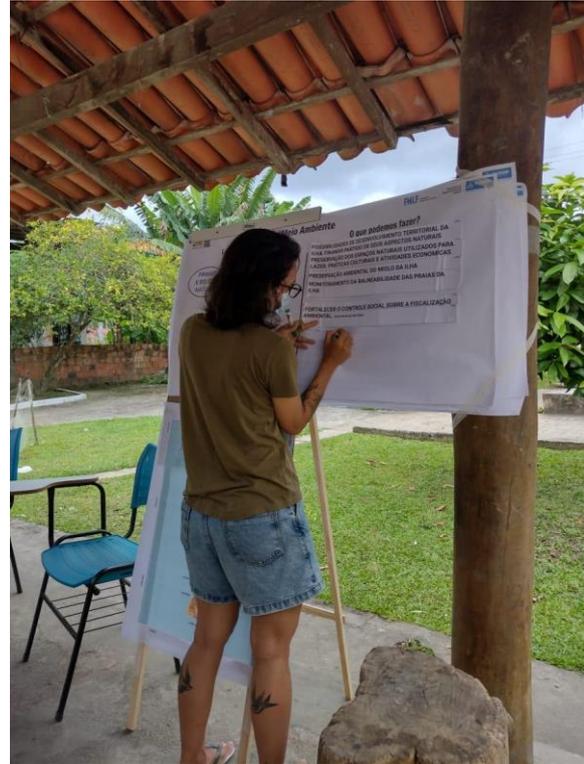


Figura 11 - Registro fotográfico oficina em Porto dos Cavalos, 26/01/2022.

No Anexo 7.3 e 7.9 é possível acessar a lista dos presentes na atividade e a sistematização dos painéis que foram produzidos conjuntamente entre equipe e moradores.

6. Bananeiras e Maracanã

Ata da reunião em 21 de janeiro de 2022 às 13:30, no bar do Quebrão

Beatriz: Esse é um plano coletivo e hoje estamos trazendo para vocês a devolutiva do diagnóstico geral da Ilha. Então, hoje é o dia do diagnóstico. A turma vai estar apresentando o diagnóstico de diversos segmentos e é muito importante que vocês coloquem: está faltando isso, está faltando aquilo. Tudo que vocês falarem está sendo ouvido é interessante que vocês coloquem as propostas: eu tenho uma proposta sobre a pesca, eu tenho uma proposta sobre a iluminação e vai ser analisado para que o plano seja participativo, que tenha a participação das pessoas. Hoje a gente vai estar discutindo os problemas mais amplos, em março nós teremos outra oficina para complementar e vai ter uma discussão mais específica. Aí eu queria pedir a vocês que na próxima reunião que vocês pudessem conversar com seu vizinho, com seu amigo e falasse tudo o que aconteceu aqui porque o que sair daqui, vai ser base importante para o plano. A gente andou pesquisando dentro da Prefeitura algum projeto que envolvesse a Ilha toda e não achamos. Ao final esse projeto não vai ficar dentro do gabinete do prefeito, ele vai ser apresentado ao prefeito e vamos traçar ações específicas para ele, para contemplar toda a Ilha. Esse plano está previsto para ser concluído em junho e julho. Nós construímos um site na internet que todo mundo pode acessar a qualquer momento, inclusive o plano não vai ficar dentro de gabinete e ele vai estar disponível e de livre acesso a todos. Vamos ouvir hoje aqui nessa reunião o pessoal da FFA que vai apresentar e construir aqui com vocês essa metodologia. A ideia é que nas próximas a gente precise de mais gente ainda, porque agora a gente fecha o diagnóstico e depois a gente vai trabalhar mais com as propostas. Eu vou passar a palavra ao pessoal da FFA e bom trabalho para todos nós.

Marina: Como Bia falou, a gente já está no trabalho há um tempo e a gente fez uma primeira parte do levantamento e, hoje, a ideia é que a gente traga para vocês, para que vocês apontem para a gente o que está ok e o que não está. E a gente já começa a pensar em como as coisas podem se transformar em ação. O que a gente pode fazer

com base no cenário que a gente identificou? Vou começar a entregar a memória das últimas reuniões.

Marizelha: Olha Marina não foi memória que a gente pediu não. A gente pediu a ata. A ata é o que vocês fizeram na primeira reunião em Praia Grande. Aquilo é uma ata, o que vocês mandaram não é uma ata. Aquilo é memória, a gente quer ata com a fala de todas as pessoas que falaram isso que é uma ata. Então, continua registrado que a gente quer ata das duas últimas oficinas a gente vai pegar, mas isso não é ata. Marina: beleza, registrado. Mas de qualquer forma tem um registro do conteúdo ainda aqui nesse formato de memória que não tem todas as falas, mas no sentido também de trazer o amadurecimento do conteúdo no registro da elaboração desse conteúdo. E aí para começar essa oficina, esse conteúdo de hoje, a gente trouxe primeiro esse mapa. E a proposta é que a gente pense coisas que tem a ver com a Ilha inteira e a gente vai destrinchando e vai chegando mais próximo aos territórios das localidades.

A gente sabe que aqui na Ilha, ainda que faça parte do município de Salvador, a gente vê que existe um distanciamento e o pessoal fala como se Salvador fosse outro lugar e aqui, especialmente no Norte, fica muito mais próximo a outros municípios porque é muito mais perto e mais barato chegar em Candeias daqui do Norte. Em Ilha de Maré, as comunidades são todas localizadas ao redor da Ilha mais próxima ao mar e tem todo esse miolo, que a gente tá chamando de miolo, que essa parte de dentro da Ilha, que ela ainda está bastante preservada ambientalmente. A gente sabe também que existe uma relação para usar as coisas que tem ali para produção, por exemplo, para o doce de banana, Canabrava, algumas frutas que tem essa relação de utilizar o que tem na natureza, que tem a ver com a preservação ambiental que tem nesse pedaço. Além disso, o miolo da Ilha tem bastante haver com a qualidade ambiental do lugar que a gente tá por ser mais fresco, inclusive porque se não tivesse essa mata ele com certeza seria mais quente. Então tem a ver com esse microclima que existe por conta da Mata. Então esse também são os benefícios da preservação ambiental.

A partir do mapa a gente tem que trazer a discussão sobre as diferentes localidades dentro da Ilha porque a gente viu muita discordância, por exemplo, em relação a Bananeiras a gente se deparou com Amêndoas e que, na verdade, a gente queria trazer

isso enquanto dúvida para vocês. A gente já ouviu relatos de que é uma comunidade e a gente quer saber aqui de vocês como é que a gente entende esse espaço e se tem outro tipo de subdivisão interna a Bananeiras e a Maracanã.

Marizelha: o pessoal de Amêndoa não veio então eles podem ficar prejudicados, mas pelo que a gente entende é como aqui na Bananeiras tem a Rua do Campo, a Rua da Fonte, a Rua frente de Bananeiras, isso são os nome de uma rua, pelo que a gente sempre entendeu. Eu não sei se foi alguém do Maracanã que identificou como sendo de outra comunidade, eu nunca vi isso, eu ouço que tem um pedaço de Maracanã que é chamado Amêndoa como uma rua.

Lara: Então, a gente fez vários painéis que a gente vai passar esses assuntos como leitura completa da Ilha, eles se relacionam muito e a gente vai estar refletindo várias coisas ao longo da discussão dos painéis e não tem problema a gente ficar indo e voltando, porque as coisas se complementam, né? Mobilidade, educação, saúde. Nesse primeiro, a gente vai começar com cultura, memória, atividade econômica e turismo que estão relacionados, né? Então a gente tá na Ilha de Maré que de Salvador tem mais Comunidades Quilombolas, e falar sobre as Comunidades Quilombolas é também falar sobre território e as relações das práticas tradicionais, como mas também é importante toda essa relação com o entorno para definição do projeto. Então essa relação tanto com miolo, quanto com o plantio, a pesca, a gente percebeu, também, que muitas vezes essa prática acontece sem apoio. Então a gente quer entender um pouco sobre que apoio deve ser esse. A gente já ouviu falar de alguns projetos, mas a gente queria saber de vocês que apoio seria interessante inserir no plano para gente documentar isso, registrar essas ações que podem ser pensadas.

Em outras localidades a gente percebeu que são importantes EPIs: a camisa, a bota e o cesto, então a gente queria ouvir do pessoal daqui o que seria pensado enquanto apoio tanto para pesca quanto para mariscagem.

Uine: Já foi até dito nas oficinas anteriores, é complicado receber essa pergunta assim, porque a gente fica perdido, é por isso que a gente pensou que deveria ser trabalhada as questões emergenciais, porque senão a gente fica falando mais 20 e 30 coisas sem ter retorno. Aqui na Ilha é complicado porque aqui não tem transporte sob

responsabilidade da Prefeitura, então, o único transporte que tem aqui é o transporte escolar que precisa ser melhorado, mas o resto a gente utiliza as canoas dos barqueiros. Se na Ilha de Maré não tem ensino médio, a gente precisa se deslocar para algum lugar. E quem não tem dinheiro para pagar acaba parando de estudar. Então a gente já reivindicou que tenha esse transporte e que seja de responsabilidade da Prefeitura, porque aqui em Bananeiras a gente não se relaciona muito com Salvador, porque só tem dois transportes: um de manhã cedo e outro às 16 horas. E quando a esposa dele não está trabalhando, o barqueiro não vai e ficamos sem transporte. Só se alguém ligar para dizer que está em São Tomé, ou então a pessoa acaba tendo que soltar em outro canto da Ilha para vir andando. Então a Prefeitura tem que se responsabilizar pelo transporte, mas a gente já colocou isso nas outras oficinas. E aí eu não tô vendo resultado. A gente vem aqui todo mês falar a mesma coisa.

Marina: A gente já construiu um documento e encaminhamos para a Prefeitura hoje. Consta aqui as prioridades emergenciais. A proposta aqui é a gente pensar para além da urgência, pensar em outros tempos. Porque existe uma demanda urgente que precisa ser resolvida, mas como a gente pensa o planejamento do território para longo prazo? O que a gente gostaria idealmente, para gente trabalhar e estabelecer estratégias para aquilo que a gente deseja para ele. A gente tá tentando fazer aqui para ver como é que essas coisas integram, para tentar resolver de fato os problemas da Ilha e eu não acho que uma coisa exclui a outra.

Marizelha: A gente não enxerga esses encaminhamentos. Então, assim, eu fiquei muito mais tranquila quando na fala da moça ela disse que esse plano é um projeto da Fundação, porque não fomos nós que pedimos para fazer esse plano e a gente tá tendo dificuldade muito grande em convencer os nossos companheiros da comunidade da importância de participar. Historicamente, a Ilha de Maré foi abandonada pela gestão pública, que não enxerga como direito do cidadão, como direitos fundamentais que são: saúde, educação...Então, assim estamos falando de décadas e a gente tem repetido. Séculos até né? E a gente tem repetido do mesmo jeito, sem mudar quase nada. Do mesmo jeito que eu estudei meu neto está estudando então chega a ser desumano. Então, meus pais tiveram dificuldade de estudar porque não tiveram nem essa possibilidade. Minha mãe é analfabeta, os primeiros passos para a educação a gente

teve que ir para outro município, que é Passé, estudava com a tia, com os parentes e a gente depois passava para uma escola. E aí avançou um pouco, um pouco só. Mas a gente continua com a mesma dificuldade nos estudos, então, assim, a gente avançou em algumas coisas. Inclusive a comunicação precisa melhorar bastante porque vocês têm um grupo com muitas pessoas, mas quando vem alguém aqui, algum técnico medir, a gente fica sabendo por outras pessoas. Então tem que avisar: “Tá indo aí um técnico para medir a ponte”. Porque alguém da comunidade pode acompanhar, então a gente precisa melhorar muito a sua comunicação. Então, a proposta que eu faço é que, a partir da reunião que a gente foi lá no Maracanã, que a gente disse onde é que ia sair cada coisa, vocês precisam sistematizar e apresentar para gente o que vocês já fizeram, a gente vai ver se tá bom. E aí a gente já quer a entrega do plano. A gente entende que já falou isso na reunião com o Ministério Público, onde estava a presidente da Fundação Mário Leal. A gente registrou com Doutor Fábio Loa de que a gente não teria esse tempo de 8 meses e a gente foi convencido pela própria Prefeitura de que era a condição para poder elaborar e executar o plano. Nessa reunião a presidente colocou que, em paralelo ao plano, ela ia executar as obras. Já se passaram quantos meses? Então assim, a gente botou como emergencial pier aqui, o de Maracanã. Se tá tendo algum avanço, a gente não sabe. Se tá contratando alguma empresa. Quem são essas pessoas que estão chegando aqui dizendo que tá medindo coisas, que faz relação com as pessoas de fora mas não conversa com a gente? O que é isso mesmo? Então a gente precisa, até para animar o nosso povo, a gente precisa que as coisas comecem a avançar porque assim, como eu já falei, não vai ser fácil essa relação de confiança. Precisa ser estabelecida uma relação porque ela nunca houve.

Beatriz: A gente concorda com tudo, mas quando a gente pensou em um método para elaborar o plano, porque ele não é um plano fácil, porque é uma Ilha que tem 6 km onde mora 4.500 pessoas e pela pesquisa a gente já sabe que tá chegando perto de 6.000. O que a gente quer hoje é trazer de volta para vocês o que foi lido que é o que foi observado, quer seja naquela pesquisa que foi feita, seja nas andanças da turma da FFA conversando por aí, pesquisando então assim a gente tá fechando hoje o diagnóstico da leitura da Ilha toda, e aí a partir, desse diagnóstico, vamos fechar. Quando for em março, aí vai ser específico de cada comunidade. A gente tá

conversando de coisas mais amplas da Ilha, de coisas mais gerais. Tem vários aspectos, mas em março cada comunidade dessa vai ter uma discussão mais próxima de proposta, quando chegar em junho o que a gente quer é tá com o documento pronto e aprovado por vocês. É demorado, juntamente com as demandas vindas de vocês acho que a gente pode ir avançando com a leitura de vocês. E aí, no final do trabalho, a gente vai estar disponibilizando um plano com tudo o que vocês falaram e com propostas para isso também em curto, médio e longo prazo. A gente também não tem a varinha de condão para construir tudo. Então a gente vai construir ações a curto, a médio e a longo prazo e isso vai estar lá com o Prefeito e vai estar disponível em todos os lugares. Eu queria que vocês olhassem o plano de Itapagipe, ele vai estar publicado no site em breve.

Marizelha: A gente torna a repetir mesmo que fica cansativo. O que não tem do poder público não é recursos, é falta de prioridade e decisão política porque as obras em Salvador, a depender do bairro, não para de fazer reforma. É reformando, fazendo outra e coisas que necessariamente não são prioritárias. A gente foi convencido por vocês de que precisamos fazer esse plano, porque a gente continuou e continua falando que a gente não pode ficar oito meses, um ano esperando o plano, sem acontecer as obras e a gente tem falado isso ao longo dos anos. A cobrança com a Prefeitura não começa aqui e a demonstração é zero de responsabilidade e compromisso. Então, a gente não acredita que a Prefeitura vai assumir responsabilidade mesmo com o plano. Então o que a gente quer, o que a gente precisa é ver as coisas acontecerem, o direito chegar na comunidade, para a gente ir melhorando essa relação que é com a gestão pública, com o direito dos trabalhadores, dos cidadãos que somos nós. Então já colocando isso independente de quem esteja no poder, a gente tá falando de direito fundamental, então assim o que a gente tá discordando da metodologia é que, se a Prefeitura não tem implantado as atividades básicas, imagine se vai se preocupar com essas atividades pesqueiras? Não vai. A gente poderia falar mil coisas. O que é que tem de investimento aqui da Juventude? A gente entende, por exemplo, que a pesca, que é um dos meios de sobrevivência mais fortes para nossa população, a Prefeitura fecha os olhos para o nível de contaminação que a gente vive. O Governo do Estado, gestores públicos, fecham os olhos para o nível de contaminação que a gente vive. Isso é dialogar? E se

você pensar na melhoria e nos direitos fundamentais, principalmente a saúde da população, então não dá em conta a Prefeitura se relacionar com a gente. A Prefeitura está fazendo esse plano porque tem sido uma exigência que a Prefeitura faça isso, só que esse plano para gente ele não é o principal objetivo, o principal objetivo é que as políticas públicas sejam implementadas e é por isso que a gente tem solicitado as atas. O que a gente tá vivendo aqui é desumano. Então, por último, só para dizer que, paralela a essa conversa, a gente tá sofrendo a maior pressão por parte do empresário Suarez, que ele chega com conversinha dizendo que ele que vai trazer os investimentos, e ele fala tipo a Bananeiras não vai vir nada e ele tá usando as políticas públicas para estar articulando, desorganizando a organização construída aqui em Bananeiras.

Bruno: Sobre Suarez, é importante ressaltar que ele está usando o plano como ameaça. “Quem vai fazer o quê em Bananeiras sou eu, Suarez”. Então ele usa a gestão pública para colocar o nome dele e a maioria das pessoas leigas falam: “Tomara que Suarez venha”. Vai fazer com dinheiro público e a imagem que vai estar lá vai ser de Suarez. Então, não vai ser a Associação de Bananeiras, a Associação de Porto dos Cavalos, de Botelho, vai ser Suarez. Que foi até a Prefeitura, que vai até o Ministério Público, um empresário branco que vai vir na comunidade e vai dizer que foi ele que fez. Então vai ser aquele velho modelo do curral.

Beatriz: Tudo o que você está falando aqui tá sendo registrado. A gente vai levar, tá sendo anotado também. Agora vamos tentar só fechar essa parte do diagnóstico. Eu vou levar esse assunto para Tânia, vamos ver se a gente consegue acelerar o processo, mas é muito assunto. Eu acho que a coisa mais importante é que vocês vão ter um plano, que vão poder cobrar da Prefeitura. Agora é a visão da comunidade como um todo.

Uine: Quando a gente tem uma ata, a gente tem a fala registrada o que ficou encaminhado. Por isso que a gente precisa da ata, para saber quem disse e cobrar. Nas áreas nobres as coisas acontecem sem precisar de plano, onde tem os brancos não precisa que isso aconteça, a gente entende, enxerga e cobra porque precisa o encaminhamento que foi feito pelas próprias pessoas, de maneira que as pessoas acham que porque o vereador deu cinco sacos de cimento foi o vereador que fez a

praça. Aqui não tem investimento na saúde e na cultura, no lazer, educação, no transporte. A gente não tem direito nem a viver, imagine ter acesso às políticas públicas, e isso vai chateando.

Fernando: A gente como Prefeitura de Salvador, a gente não precisa explicar para vocês, especialmente para esta comunidade quão desigual a cidade é. Tem várias cidades dentro de Salvador. Quando a gente fala do plano de Itapagipe, existe um programa de planejamento dentro da Prefeitura em que os bairros são objetos desse processo. Isso você falou da Barra, a Barra é um lugar da cidade que passou por todo o processo histórico de planejamento formal onde ela já nasce, digamos, planejada. O que tem ali é licenciado, que é um processo histórico de 200 anos de construção dessa história. O histórico de descaso nessa Ilha é muito grande. A gente já tem o entendimento interno da Prefeitura de alguma coisa. Por exemplo, píer de Bananeiras, ele já está decidido, né? Mas esse planejamento aqui ele vai pensar a Ilha como todo, porque a gente tá vendo cada vez mais nas discussões que o problema maior é a interligação entre as comunidades, mesmo pelo mar. É isso que vocês no dia a dia enfrentam dificuldades, para você utilizar a escola que está em determinado local, o posto de saúde que está em determinado local, pelas próprias condições de não integração da Ilha. Pensar isso, a partir de um projeto para toda a Ilha. Esse tipo é um plano de horizonte de até 10 anos, então a gente vai ter: ações emergenciais, de curto prazo; reforma da escola, calçamento, a médio prazo - que existe algum tipo de planejamento -; e outras soluções que são mais a longo prazo, como a questão de saneamento, né? Que você não resolve de uma hora para outra, por que está dentro da questão do orçamento anual. Esse plano não é o compromisso imediato, ele tem ações a curto prazo, médio prazo e a longo prazo. Isso é uma agenda de compromissos que a Prefeitura está fazendo com vocês, então essa etapa está sendo finalizada. A gente procura justamente isso, que as comunidades de Ilha de Maré percebam a Ilha como um todo, que Bananeiras deixasse de olhar para o seu umbigo e pensasse na Ilha com um todo, como elas se relacionam com as questões de mobilidade, com as formas de saneamento, de educação que podem ser inseridos nesse planejamento. Então, fechada essa etapa, a gente vai fazer os planos específicos de cada localidade. Chegando próximo ao projeto que vai ser viabilizado posteriormente. Por isso eu sei que é muito desgastante o trabalho que

durou muito tempo. Isso aqui é um investimento muito grande da Prefeitura, não só financeira, mas de pessoas, reuniões... Financeiro também, mas vamos aproveitar essa oportunidade para concluir esse documento e com as próximas gestões também, porque esse plano não é para uma gestão só. O que a gente está querendo aqui é que vocês aprovelem a leitura que foi feita.

Marina: A nossa proposta aqui é justamente trazer rapidamente o que vocês já trouxeram para a gente, mas que a partir disso a gente conseguiu ler e evoluir no formato dos tipos de apoio que a gente consegue trazer. Não são só as praças que vocês mapearam; isso é um dos pontos que a gente colocou aqui.

Marizelha: Agora quem trouxe a metodologia de dividir por comunidade e trazer os problemas específicos de cada comunidade foram vocês, a gente enquanto teve as reuniões a gente nunca reivindica apenas Bananeiras, sempre foram todas as comunidades. Essa metodologia foram vocês. Metodologia essa, que historicamente a Prefeitura tem utilizado, principalmente nas barganhas políticas eleitorais, quando identifica uma pessoa como Bira, de Santana, para ser ouvidor de Ilha de Maré. Indo para Prefeitura, falando em nome das comunidades. Quem fez isso foi a Prefeitura. Aí a comunidade de Bananeiras e Maracanã começam a identificar, a dizer porque as políticas públicas só chegam para o lado de lá e a gente tem feito esse exercício para dizer que a gente afirma que todas as comunidades precisam de infraestrutura. Mas o calçamento chegou para as comunidades: foi para Praia Grande, Santana e Porto dos Cavalos porque o pessoal reivindicou, fizeram pressão. Agora, o PSF está onde? O colégio está onde? O colégio foi uma discussão com o colegiado quilombola. O Cras está onde? Não há necessidade do CRAS ser fixo e localizado em Santana. Porque ele não é móvel? Então, assim, os profissionais de saúde vêm uma vez no mês, em cada comunidade. Porque o Cras não vem? O que é que tem por trás disso? É bom a gente trabalhar as características específicas da Ilha. A gente vai pegar o plano de Itapagipe, mas não vai ser o plano que a gente vai pegar e vai tomar como exemplo e tal. Porque é urbano. Esse processo da gente estar fazendo Plano, mais uma vez, a gente foi convencido pelo Ministério Público e por vocês que era necessário fazer. Mas a gente não entende como prioridade dentre as prioridades. Se dependesse da gente, a gente não faria. Sabe por que em 2003 a gente fez audiência pública com vários vereadores

que puxaram, em Praia Grande (e teve que abrir para ser na praça porque foi muito cheio), e a gente disse o que precisava na Ilha de maré e foi anotado. Foi na primeira gestão do Prefeito João Henrique. A gente fez uma audiência em Santana e lá a gente falou dos piers e tal. Só fizeram dois piers e daquele jeito que vocês viram como é o pier de Santana e Praia Grande. Jogando o dinheiro público no ralo. Isso é histórico. A gente, na gestão do prefeito ACM, retirou uma comissão e fomos conversar com o prefeito. Uma das coisas que a gente dizia é que os royalties da empresa deveria ser investido uma parte em Ilha de Maré. E o prefeito disse que quem decide o que fazer “somos nós”. Então, quer dizer o que a gestão participativa? E isso acontece, o discurso de que Ilha de Maré precisa se organizar. Não sei o que é isso, não existe isso. Não cabe mais. A gente está falando de direitos e, quando a gente faz esse debate em Bananeiras, a gente não quer que vocês enxerguem a gente como Bananeiras, a gente quer que você enxergue a gente como Ilha de Maré. Ilha de Maré toda não tem nada. Vocês já viram, falta a garantia de políticas públicas. Então, quando a gente fala de políticas públicas: não tem saneamento básico, lazer, educação, saúde. E isso a gente não precisa dizer, detalhar mais. Imagina os jovens? Foram negados para as crianças até hoje uma praça. Toda criança tem direito a uma pracinha. A gente nunca teve uma pracinha na comunidade para as crianças terem um lugar para brincar, para os idosos sentarem, para a gente bater um papo, nunca teve. A única comunidade que fizeram um negócio “malamanhado”, foi em Santana. Das outras comunidades, nenhuma tem. Mas pelo amor de Cristo.

Marina: eu concordo com tudo isso Marizelha, agora o que a gente precisa é avançar, né?

Marizelha: Então a gente tá falando a mesma coisa porque a gente quer isso: avançar, avançar.

Rodolfo: Meu nome é Rodolfo, eu estive aqui na primeira reunião né? Sou da equipe também. Lembro que Uine manifestou essa essa situação do não interesse em participar, mas, dessa vez, e mais uma vez eu agradeço a sua energia de tentar, de alguma forma. E a gente já ouviu essa fala aqui, mas o que a gente quer é ter segurança que, daquilo que a gente leu, não está faltando nada. Então a gente precisa saber que

tudo o que vocês fizeram, a gente conseguiu captar, de fato. Então, essa etapa ainda está retornando aos mesmos temas, mas quero ter certeza que a gente escutou e que a gente entendeu direito, que não faltou nada. Então, mais uma vez a gente pede essa atenção de vocês. Então, a gente trouxe tudo o que a gente conversou nas outras das oficinas, mas, do ponto de vista formal, a gente precisa ter segurança. E o único retorno que a gente pode ter é positivo, que tá faltando isso, que tá bom isso. Então, no próximo passo a gente vai entrar no ponto, no detalhe, mas a gente precisa realmente confirmar com vocês aqui que a gente não esqueceu de nada. E aqui já tem apontamentos, como Marina falou, que já são direcionados.

Lara: A gente já entendeu, passando nas localidades, que aquilo que a gente pensou não é suficiente. Que a gente precisa destrinchar ainda mais a relação com a maré, por exemplo. A gente precisa entender a questão da ambulância, que a gente precisa confirmar com vocês. Então, o que a gente já pensou, a gente precisa ainda, para conversar com vocês, para que a gente tenha uma ação muito efetiva, a gente precisa entender sobre essa questão da Maré. Como é? O que fazer quando a maré estiver seca? Então a gente precisa criar esse grau de detalhe para confirmar, e mudar, também, junto com a gente.

Marizelha: Então, vamos tentar melhorar a comunicação. Porque as pessoas sabem quem são as lideranças, mas não estão entrando em contato com a gente. Está vindo aqui o pessoal da Prefeitura, fazer coisas sem a gente saber. E tem a intenção de deslegitimar as pessoas. A gente pode tirar como encaminhamento é que: em paralelo às oficinas do Plano, a gente faça algumas discussões mais específicas para a gente pensar junto, porque são coisas que precisam de mais tempo para se aprofundar.

Lara: tem algumas coisas que realmente podem parecer desgaste de energia, mas a gente precisa disso para poder avançar na caracterização e nas propostas. Por mais que essas coisas não sejam as mais urgentes no momento, a gente precisa passar por elas.

Existe ausência de apoio para o trabalho dos pescadores, por exemplo. Depois de mariscar e pescar vocês precisam trazer o peso, né? No retorno para casa, a gente quer

saber então: o que é que precisa de mais apoio? O que seria esse apoio? Aí já apareceu essa questão do EPI.

Marizelha: A gente pensou em ter um espaço de beneficiamento. Nós construímos o centro comunitário para marisqueiras. Nós, mulheres, construímos esse espaço. Mas foi barrado, porque a gente não teve condições de atender as normas da vigilância sanitária. Mas, ao longo das reuniões, a gente foi identificando com as próprias marisqueiras que não iria dar certo, porque é cultural mariscar em casa, né? No nosso grupo familiar. A gente conseguiu um apoio com a Petrobras para construção de cozinhas, ainda assim, de novo, infelizmente, a gente só vai construir 120 cozinhas, para 120 famílias. O valor é até bom, mas, quando a gente distribui para todas as comunidades de Ilha de Maré, é pouquíssimo, né? Por conta do número de marisqueiras que a gente tem na Ilha. Então fazer um espaço como uma cooperativa não funciona por causa da questão cultural.

Rejane: E a prática também, né? Porque, quando eu chego da maré, em vez de ir para minha casa, eu vou subir? Não, porque fica muito pesado. Então, quando eu chego em casa, eu boto o marisco no fogo e vou tomar um banho. Minha avó, minha mãe, me ajudam. Então, acaba que essa nossa dinâmica sempre deu certo. Então acho que a creche é um suporte, né? Porque, quando a gente vai mariscar, a gente tem que levar muitas vezes nossos filhos na creche - já que a gente não pode se dar ao luxo de não mariscar no inverno.

Marizelha: A maioria dos pescadores, dos agricultores não têm condições de construir casa, né? Não tem recurso. Então seria interessante o apoio da Prefeitura para a construção dessas casas, acompanhar o modelo, essas coisas que a gente está construindo à parte do projeto com a Petrobrás. Então, se puder agregar nesse projeto vai ser bom porque vamos poder beneficiar em locais adequados, ajudar na pesquisa também de fogão, que não gasta tanta lenha. Outra coisa que a gente chama de "clã familiar", né? Por exemplo, lá na nossa família vai ser contemplada por essa cozinha. Então são sete famílias que se juntam e tratam (os mariscos). Ainda ficaram algumas famílias que não foram contempladas, principalmente na comunidade de Praia Grande, que é gigante, aí dificulta.

Rejane: E aí também tem a questão do tempo, né? Porque, por exemplo, se eu tiver alguma família com dez mulheres, a última mulher que cozinhar vai sair prejudicada, porque tem a questão do tempo. Porque a gente tem um tempo para poder beneficiar (o marisco), por conta da iluminação mesmo, né? Então, assim, se a décima for beneficiar, vai fazer que horas? A gente também não aguenta ficar com a luz no quintal o dia todo para beneficiar, sei lá, 10 horas da noite. Isso não existe.

Marina: Então isso é importante né? O número de cozinhas, a organização por núcleos familiares.

Lara: é importante porque isso também não tinha aparecido ainda.

Marizelha: outra coisa que a gente tem ainda muita dificuldade, falando do transporte, principalmente para vender. Ilha de Maré vende em praticamente todas as feiras de Candeias, até São Joaquim, Ribeira... Todo canto você encontra marisqueiras e a gente mesmo que vai. Então, por núcleo familiar também, sempre tem alguém da família que pega o pescado e vai vender. Com a diminuição do pescado, com o aumento do turismo, principalmente no inverno, poucas são as que saem mais, principalmente na comunidade de Maracanã, em Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa, Praia Grande, Santana ainda é muito precária. As pessoas pagam até hoje para poder levar para as feiras e as pessoas que vão para Paripe, por exemplo, vão para casa de parentes. E aí, por exemplo, as pessoas têm que bancar tudo sozinhas e, com a retirada do trem, não estamos conseguindo chegar até as feiras. Então o apoio ao transporte para venda é muito importante, quando a gente leva pescado no ônibus, as pessoas reclamam por causa do cheiro.

Marina: Uma coisa que eu pensei que poderia ser importante seria ter um centro de distribuição na Ilha porque, ao invés de ter vários transportes, a gente se concentra em um lugar e armazena em um freezer grande. E aí, ter, disso, uma distribuição para outros lugares.

Marizelha: Isso faria se tivesse um fundo rotativo, porque como é que as pessoas vão deixar os pescados delas lá parado?

Bruno: Aí, no caso, também tem que ter muito cuidado com atravessador.

Marizelha: Cooperativa a gente vê que não dá certo por causa dessa questão dos atravessadores. No verão tem muita gente que vem comprar, às vezes a gente nem dá dá conta, né? Eu não sei se apareceu em Praia Grande sobre o artesanato de balaio, porque o pessoal também tem muita dificuldade.

Rodolfo: Saiu.

Lara: A gente percebeu também que o pessoal de Porto dos Cavalos compra os balaios lá. Então, isso é legal para a gente perceber essa dinâmica de fortalecimento de compra interna. Como que a gente pode saber organizar as festas das cavalgadas? Como é que pode ser o apoio?

Marizelha: Aqui não tem um espaço público para festa, né? Se quiser fazer um evento grande, a gente não tem. Então esse espaço, que poderia ser no meio da Ilha, em Major. Como não tem também quadra, poderia ser uma alternativa, na ausência desse espaço. Tem um potencial, realmente, dos cavalos e das cavalgadas, tem muito, mas eu acho que a Prefeitura poderia ajudar a gente para ordenar um pouco isso. Os cavalos têm sido um problema, tipo cachorro vira-lata. Os jovens, infelizmente, as pessoas que têm cavalo, elas acabam sendo violentas. Então a gente tem ficado com dificuldade para plantar, porque os cavalos acabam com tudo e os donos dos Cavalos acho que tem super razão.

Rejane: Estabelecer algum tipo de multa ou apreensão, alguma coisa assim, para ajudar a controlar.

Marizelha: A Prefeitura podia entrar e nesse sentido a zoonose, não sei. A gente já tentou pensar em uma reunião para pensar em alguns espaços. Para vocês terem ideia, se a gente estiver no caminho, a gente tem que sair para eles passarem.

Rejane: Inclusive o valor dos Cavalos hoje é tão barato, que com R\$200,00 qualquer pessoa pode ter um cavalo. Então, isso está gerando uma situação de insegurança aqui na Ilha. Muita gente que não tem nem onde morar, não tem terra, mas vai, compra e deixa solto.

Lara: Então, esse espaço para aprender a guardar os cavalos não funcionou? Porque era uma solução que a gente estava pensando.

Marizelha: Acho que se a Prefeitura puxasse isso, talvez pudesse funcionar. Ter um lugar para guardar o cavalo é bem legal. Aí a gente tem o padroeiro aqui da comunidade, São Benedito. Mas é uma comunidade que tem muitas igrejas, apesar de ser uma comunidade pequena, tanto que quando esse suposto Padre apareceu aqui, quando a gente descobriu que ele queria ser guia turístico, empreendedor e tal, que o que ele tava querendo mesmo era vender os lotes e tal, então a gente reagiu a isso. E aí ele denunciou, nos chamando de intolerante religioso, de ter cometido crime de intolerância religiosa, mas se tem uma comunidade que isso não existe é aqui, porque a gente convive com sete igrejas diferentes. Mas o padroeiro que a gente tem, a missa e as festas ainda é São Benedito.

Lara: aqui tem alguma manifestação ligada à cultura?

Marizelha: Não, infelizmente, não. Estão chegando outras culturas, e aí vai acabando, né? Já teve, mas infelizmente foi acabando.

Marina: É, pela questão de tempo vamos passar para o painel dizendo respeito ao meio ambiente, que é um ponto polêmico aqui, né? Em primeiro lugar, a gente sabe que esse ponto está relacionado com a vida da comunidade em todos os aspectos, tanto por conta da mariscagem, quanto por todo o modo de vida que é relacionado a isso. A gente falou também do “miolo” preservado. E a questão das praias e beleza natural que a gente tem; a Ponta do Capim (por exemplo), que é muito massa, que é um lugar bem especial para estar. E a gente sabe que essa ameaça da poluição das Indústrias, dos poços de petróleo lá em Martelo, também, que tem todas as questões. Vários ralados relacionados a isso. Em especial, aos relacionados aos vazamentos que tem. E aí, disso tudo, falta de informação sobre quais são os reais impactos sobre isso e falta de orientação sobre o que fazer quando acontecem as falhas, por exemplo, a explosão do navio; outras coisas que podem acontecer; o que é que se faz nesse momento? A gente não pode tirar o Porto de Aratu, então, a gente precisa pensar o que que a gente consegue inserir dentro do plano. Como que a gente lida com isso? Dentre as coisas, tem: a questão da fiscalização da qualidade ambiental do ar; monitoramento da qualidade da água; a relação de coceira, doenças, câncer e da concentração de metais pesados, principalmente relacionados a fiscalização; informação que falta para a

comunidade; e como pensar em fortalecer o controle da comunidade sobre isso, que é um grande desafio. Essa questão ambiental é um grande desafio e, inclusive, vocês têm bastante conhecimento sobre o assunto.

Marizelha: O município de Salvador tem Secretaria de Meio Ambiente?

Fernando: Tem sim, a SECIS.

Bruno: Assim, a gente tem um debate sobre a regularização dos territórios pesqueiros. Seria revolucionário a Prefeitura de Salvador nos apoiar. O que seria basicamente a regularização: é regular o território pesqueiro de Salvador, tanto no continente quanto o daqui. Faria impedir qualquer tipo de ameaça, especulação imobiliária. Por exemplo, o Porto de Aratu quer ampliar para a Prainha. A Prainha está dentro do território pesqueiro, então seria protegida essa área. E aí a gente entende que, se tiver interesse econômico e social se pode demonstrar tudo, esses territórios continuariam sendo conservados pela comunidade sem risco de novas implantações de empreendimentos, das imobiliárias e tal. E isso só aconteceria caso as comunidades aprovem, - a partir da consulta prévia.

Beatriz: Talvez fosse legal você escrever um pouco sobre o que é essa regularização do território pesqueiro e mandar para mim.

Uine: Tem uma campanha sobre a regularização dos territórios pesqueiros que você pode estar olhando. Tem uma cartilha.

Marizelha: Quando a gente ouve falar sobre o meio ambiente, a gente ouve muito falar sobre poluição e a gente fala sobre contaminação. Tanto a Prefeitura quanto as empresas, por exemplo, a gente acha que é demagogia as empresas que estão aí no Porto de Aratu chegar aqui e querer fazer oficinas e propor atividades de limpeza do manguezal, porque tá preocupado com o meio ambiente e aí jogando alumínio todo, esse bagulho que tem aí na Dow química, Braskem. E a Braskem até uma associação aqui fundou, para poder fazer bagunça na comunidade. E vira e mexe a Braskem fala: "vamos limpar o mangue", se dizem preocupados com a preservação ambiental. Então, outra coisa que a gente precisa que a Prefeitura se comprometa com a gente é com a limpeza do manguezal, a gente tinha um programa muito importante que foi feito, que

a gente ficou muito feliz que a Prefeitura contratou tipo uma faxina no manguezal. A Prefeitura contratou a mão de obra local mesmo, somente mulheres, e veio de Neves para cá, veio limpando o manguezal. Só que aí, quando a Prefeitura limpou Neves ficou muito bonito, mas a Prefeitura suspendeu essa atividade. E ficou muito bonito, isso a gente queria recuperar. Isso tem muitos anos. Então tem muito lixo da Baía de Todos os Santos trazida pela corrente que para no manguezal. Então, não é só o lixo que nós produzimos.

As pessoas fazem a coleta de lixo e o que tiver de mato jogam aqui. Mas ali na frente a Prefeitura construiu aquilo ali (referindo a uma área de recolhimento de lixo), ali na frente mora as pessoas da comunidade quando a maré enche entra ali naquela casinha e o lixo espalha. Então essa coisa da coleta do lixo é de responsabilidade da Prefeitura, o que a gente tá fazendo é ajudar a Prefeitura nesse sentido. Pensar o que a gente pode fazer para coletar esse lixo que a gente produz, mas também que é jogado pela própria cidade e que acaba parando aqui por causa das correntes (marítimas). Então a ideia é que vocês coloquem isso aí como um ponto. E uma coisa que a gente propõe: tem várias cooperativas, a gente pode até fazer parceria com cooperativas que tem na cidade, e é possível criar uma aqui, que a gente vai gerar renda para a população e fazer esse processo de coleta seletiva. A Prefeitura gasta muito, a gente poderia organizar esse lixo aqui. Melhor do que levar para São Tomé, para o continente. Fazer o processo de coleta seletiva, porque muita gente iria agregar valor ao pescado, já seria uma renda a mais para as pessoas da comunidade. A gente tem um lugar para fazer isso entre Botelho e Santana, tem um espaço grande dentro da Ilha que é superinteressante aquele lugar, superinteressante para a gente fazer essa coleta e a separação de lixo. Agora tudo arrumado com container, com galpão, com as pessoas selecionadas para fazer isso, com capacitação antes, porque se a Prefeitura não quiser fazer uma cooperativa aqui, fazer uma parceria com várias cooperativas que existem na cidade de Salvador. Tem gente que aproveita a casca de sarnambi para material de construção, faz artesanato, peguari, sururu. Outra coisa que a Prefeitura poderia ajudar a gente nesse sentido é identificar alguns lugares que a gente poderia vender nossas cascas, né? Que o peguari ali presente no Mercado Modelo é caro, né? E aí, por exemplo, fazer

uma capacitação para transformação, de beneficiamento ou de transformação dessas cascas de marisco para venda.

Lara: Os materiais utilizados para a construção do cesto, por exemplo, a cana-brava, os resíduos estão sendo aproveitados para fazer uma proteção acústica. Então isso já é um potencial de reaproveitamento desse material, mas outras coisas ainda não têm. Em Botelho, a gente até ouviu o depoimento de pessoas que fazem coleta de óleo, óleo de acarajé, óleo de cozinha que também é um perigo para o meio ambiente, quando vai para rede, e o pessoal lá faz sabão. O sabão feito com esse óleo seria para limpar a casa, que já é um ponto interessante, que isso é também geração de renda. Não sei se aqui alguém costuma fazer esse reaproveitamento. Essa relação com os animais, também, a gente ouviu alguns talvez a melhoria dessa distribuição de cestas de lixo e de espaço adequado para armazenamento de lixo e que não fiquem acessíveis a animais - que é um dos problemas do cavalo -.

Marizelha: É importante. Então, nesse sentido, que a gente consiga ter uma reunião que vocês puxem com a LIMPURB. E a gente precisa entender qual é o trabalho que os funcionários podem contribuir, o que a comunidade também pode contribuir. A gente alugou, por exemplo, em questão com o horário que passa muito cedo (coleta de lixo). A maioria das vezes as pessoas estão dormindo, então a gente queria dialogar essas coisas.

Marina: Me parece que a solução é tentar resolver a questão dos lixos aqui mesmo, que esse processo de levar o lixo para lá é supercomplexo. Armazenar o lixo é supercomplexo, então é esse caminho que Marizelha está falando: de separar e deixar aqui o lixo.

Lara: Há pessoas daqui que trabalham com coleta seletiva, coleta de latas...?

Uine: Latas tem, mas é só isso, porque é algo que tem um retorno mais rápido de venda. A gente está até se chateando também com essa cerveja de garrafa que não é retornável (heineken).

Lara: Já teve alguma cooperativa?

Bruno: É a primeira vez que estamos falando disso.

Lara: Para seguir agora, o painel de água e drenagem. Muita coisa a gente já falou aqui, mas a gente sabe que aqui na Ilha não tem uma regularidade no abastecimento de água.

Marizelha: Outra coisa também que eu teria vergonha se fosse a Prefeitura é em relação ao esgoto, que é terrível. Chegou na comunidade de Santana tem aquele esgotão, aquela valeta larga e os canos caindo direto na maré, isso sempre incomodou a gente. Porque a gente faz as fossas, mas tem gente que não tem nem condições de fazer uma fossa e canaliza isso para o mangue. Quando junta água da chuva e da maré, a fossa transborda.

Fernando: A outra possibilidade é a construção de uma fossa impermeável, porque as que tem aqui são fossas mais rústicas. E esses impermeáveis são melhores, só sai da fossa aquilo que é uma frente mais saturada, ela pode até ir para o solo, mas não é esgoto bruto, não, sai tratada. A construção da fossa é uma coisa tão importante, então nas soluções tem que aparecer precisamente pensando na drenagem.

Lara: Essa questão do saneamento da drenagem, da forma que acontece, ela é questão de saúde pública, né? Porque a gente vai ter diversas doenças relacionadas como dengue, chikungunya, mas também de ratos como a leptospirose e a gente vê a ampliação das casas nas proximidades dessa rede. Então isso é um perigo, por conta da forma como a rede funciona hoje, e a gente vai precisar pensar na solução, né? Por conta desta proximidade das fossas com as casas, precisamos pensar em uma solução adequada para o esgotamento sanitário e a ampliação dos espaços tem que levar em consideração essas medidas sanitárias, esse afastamento necessário sobre as águas, sobre o abastecimento irregular. A gente vê algumas populações expostas pelo caminho, enquanto isso também afeta a qualidade da água, né? E a própria interrupção de abastecimento, por conta dos cavalos, acaba virando um problema. A gente vê algumas fontes aqui na Ilha também, né? Algumas fontes estão contaminadas, outras abandonadas, a importância delas, também, porque, a partir do momento que tem o abastecimento de água irregular, essas fontes poderiam ter água potável, né? Não precisa ser uma ou outra, mas também que a rede esteja funcionando. Então, é

importante a recuperação, o monitoramento e a fiscalização da qualidade de água e o cuidado ambiental com esses locais.

Marina: Tem mais alguma coisa também que tem a ver com isso, que é o caso das tubulações expostas e que acaba gerando muito risco, né? Tem o risco de um cavalo cair em cima da tubulação, o que acaba com o abastecimento né? Mas também a qualidade da água fica comprometida com essa quantidade de fissuras que aparecem, então isso também precisa estar dentro do projeto.

Marizelha: Também é porque a rede de abastecimento de água daqui de Ilha de Maré, tem vinculação com Candeias e eles estavam, até então, desmembrando esse sistema, mas não tivemos notícias. Igual à rede de água que tem tubulação exposta, a gente tem também a Petrobrás, que sempre foi assim, desse jeito. Vai ter até uma visita a partir da reunião que foi puxada pela Vereadora Maria Marighella, e também junto com a DPe. Essa visita vai ser mês que vem aqui para ver isso de perto e a gente está monitorando.

Marina: Eu vou continuar. Estou falando aqui de mobilidade porque é um assunto que está conectado com muita coisa e vou começar com a primeira reivindicação de vocês que é o pier daqui. A gente escreveu ali poucos atracadores pela Ilha. Mas, além da pouca existência desses atracadores tem algo pior, que é a dificuldade de acessar esses atracadouros.

Marizelha: Por isso que tem que ter em toda a comunidade que, para além da questão do acesso, eles são os espaços tanto para a gente sair para o continente como também para o escoamento do produto da pesca, que é outra dificuldade que a gente tem. Como é que um porto de pescador, não tem estrutura? Quantas vezes a gente corre riscos? Quando a maré está cheia demais, quando a maré está seca demais, tiveram pessoas que já machucaram a mão, porque uma canoa bateu na outra.

Rejane: As pessoas que viraram também, né, dentro das Canoas.

Marizelha: A dificuldade para tirar os cadeirantes, as pessoas mais velhas, não tem outro jeito. Toda comunidade precisa ter, mesmo, um atracadouro. O que a gente chama de “integração” que é interno mesmo, são as vias, os caminhos ligando as comunidades.

Marina: Além disso, a qualidade e a segurança dos atacadores em si. A gente sabe que tanto o atracadouro de Praia Grande, quanto o de Porto dos Cavalos estão em péssimas condições. Tem isso também, que além dessas questões, o atracador de Botelho, que foi reformado recentemente, também não dá conta de atender as embarcações pequenas, que são a maior parte das embarcações da Ilha. Então, se a maré estiver baixa, não é possível usar. Então, na verdade, atracadouros precisam ser acessíveis, né? Tanto do ponto de vista da segurança, quanto garantir que sejam utilizados pelos moradores. Era por aí. Sobre o custo de transporte, esse ponto é polêmico. Tem sido nas outras comunidades, também. A gente sabe que é caro, né? Principalmente de Salvador para as comunidades do Norte, né? E também relacionado à carga, porque transportes de carga aqui são sempre muito difíceis e as pessoas vão para o continente, voltam com muitas coisas... E aí eu queria perguntar para vocês: como vocês acham que resolve isso?

Marizelha: Enquanto a Prefeitura não entender que Ilha de Maré é um bairro de Salvador, continuará caro para a gente ir para o continente. Para vocês que vêm uma vez ou outra, não sente tanto esse impacto, mas quando a gente precisa ir fazer feira, ir para médico, que a gente não pode ser atendida aqui, e até a própria questão da escola. O valor é muito alto. A gente precisa pagar, né, porque a gente tem que pagar lá em Salvador, também, o ônibus. Para a gente fica duplamente caro, para os comerciantes, também, fica caro para eles trazerem as mercadorias.

Marina: existe também uma questão que boa parte das pessoas na comunidade sobrevive da renda do transporte. Então, a gente precisa pensar uma forma de baratear, incluir essas pessoas dentro desse transporte, que precisa ser barato e também precisa integrar esse pessoal que vivem dessa renda. Então, na verdade, isso já vem se discutindo nas comunidades também. Isso, na verdade, vem das outras oficinas, que é: pensar nas soluções de transporte que barateiam e incluem as pessoas que têm essa renda para sobreviver.

Marizelha: Se a gente pensar no transporte para Itaparica, provavelmente antes tinha um outro serviço, mas a Prefeitura precisou pensar sobre isso. A mesma coisa é a gente aqui da Ilha: a gente não pode, infelizmente, ficar limitado por essa falta de transporte

mais adequado, que era para ser público, e que era para ser administrado pela gestão pública. Então a gente não vai ter como ficar pensando muito nos transportes particulares, que a gente não tem acesso a essa renda para pagar esses transportes. Eles vão ser mais para turistas, né? Mas esse direito à mobilidade de transporte público é um direito, que é necessário para a gente. A gente também tem a questão de que essas canoas não são adequadas, não são seguras. Então a gente precisa de um transporte que garanta a viabilidade do deslocamento necessário.

Bruno: Você está dividindo quem faz transporte de pessoas e de cargas. Mas, se a gente for ver, são os mesmos. Ao invés de eu e Rejane, vai uma carga minha. Resolvendo um, resolve o outro. Para você ter ideia, o valor do transporte, se a gente tiver com compra, é diferente para quem mora lá no fundo, como a gente mora. E para quem mora aqui na frente de Bananeiras, tem que pagar para poder o material chegar lá no fundo.

Marina: Então, vou aproveitar aqui e já vou falar sobre esses outros itens de mobilidade que são os caminhos internos. A gente sabe a dificuldade que é, porque tem uma parte do caminho que só passa com a maré baixa, outra parte do caminho você não pode passar quando tá chovendo, e aí tem a pavimentação nesses caminhos e tem algumas soluções que já tem aqui, também. Sobre o mangue, a gente vai ter que pensar em alguma coisa, já que a maré sobe mesmo, não tem jeito. Que dá para ter corrimão, que seja uma estrutura adequada, que não precise ser um pavimento em cima do Mangue e que possibilite a circulação de pessoas e, para além disso, tem também o meio da Ilha. Temos que ter cuidado também quando a gente pensar em conexões que podem facilitar vários acessos, inclusive ao posto de saúde, a escola, enfim, outras coisas - outros caminhos que não dependam exclusivamente da variação da Maré. A gente tá com uma história de incentivar outros meios de transporte, então bicicleta dá para transportar carga, dá para levar gente que é um transporte.

Marizelha: A gente acha importante ter as “motolâncias” (moto + ambulância). Porque são opção para esses caminhos internos, para levar as pessoas para o hospital.

Lara: tem algo também relacionado à mobilidade que o Bruno comentou, que é sobre as lanchas, né? Nas redes de pesca.

Uine: Hoje mesmo, é dia.

Marizelha: É, a gente também tá muito preocupada, porque eles estão ficando muito violentos.

Lara: A fiscalização cabe a quem, para a gente poder colocar aqui?

Marizelha: A Capitania dos Portos, mesmo, eles têm que vir aqui fiscalizar essa situação das lanchas com os pescadores artesanais.

Lara: Tem período certo?

Uine: No verão, é todo dia.

Marina: A gente tá aqui colocando também no projeto a história do Morar Melhor e também um acesso gratuito a arquiteto e engenheiro para ajudar na construção. E, também, outra coisa importante, que é onde constrói e onde não constrói. Tem uma questão muito grave aqui, que são algumas construções em áreas de risco. Se todo mundo construir colado com o mar vai ter uma hora que as pessoas não vão ter mais acesso a esse mar.

Marizelha: Santana, inclusive, já tá com problema né? Relacionada a isso. Praia Grande também.

Rejane: Queria também falar sobre os postes e as iluminações nas ruas. Eu já fiz várias denúncias. A gente também tem necessidade de iluminação de LED nas ruas interiores da Ilha.

Marizelha: Nos caminhos também, daqui de Maracanã, não tem iluminação. Nos caminhos daqui para Praia Grande também não tem.

Rejane: Tem também a questão dos postes que estão caindo. E aí eu fiz a denúncia, o rapaz pediu para eu tirar foto, eu tirei e eles vieram trocar. Aí eles vieram trocar e você acredita que eles colocaram o poste do mesmo jeito? Poste novo, do mesmo jeito, meio caído. Então, essa é uma questão de descaso com a Ilha.

Marina: Existe uma questão técnica que tem sido pontuada pelo pessoal que estuda solo, que é essa dificuldade, tanto de pavimentação das vias de dentro. Isso vai ser um

desafio técnico, porque o solo tem uma dificuldade de estabilização e eu acho que provavelmente essa história do poste tem a ver com isso. Para ressaltar a história da área de risco, tem duas coisas: tem tanto a história da encosta e do hábito de corte para construção e ampliação das casas, que é uma coisa muito problemática porque quando você faz isso, você tem uma obra de segurança para aquelas pessoas, que é muito cara -. E a gente já tem que conversar também sobre a onde vai poder construir, onde não pode construir, também, sobre as áreas de Rio. Os pontos baixos onde passa a água quando chove, os pontos de escoamento, também, quando fica muita casa construída em cima. Nas vezes que acontece, é complicado resolver tecnicamente com obra pública, porque você precisa passar uma tubulação ali. Para passar essa tubulação, você precisa fazer uma obra. Então são dois pontos que a gente tem que ter atenção na hora de construir, que eu acho que a presença de um profissional técnico que oriente a comunidade, nesse sentido, tem muito a contribuir. Tem, também, outro ponto polêmico, que foi polêmico em algumas comunidades, a questão do posto policial. A gente sabe que não tem posto policial e nem tem policiamento e, ao mesmo tempo, em algumas comunidades a gente ouviu que não sentem falta e outras comunidades a gente ouviu que sentem falta. E aí?

Marizelha: Na verdade, o que tem aqui na Ilha é uma falsa segurança. Mas, por outro lado, a gente tem muito medo dessa segurança que tem na cidade, que se chama de Segurança Pública. Nossos jovens eles andam aqui sem documento, de corpo nu e tal e a gente não quer passar pelos mesmos sufocos que as mães das cidades passam, de ser abordada, a maioria das vezes não deixa nem se explicar, leva a tiro, a gente não quer passar por esse sufoco e por outro lado, a gente precisa ter segurança porque é um direito nosso, mas a gente precisa discutir as características e especificidades que a gente precisa, que de que jeito chega. A gente até soube que Suarez, cedeu uma casa que ele tinha - onde era o restaurante de preta lá no Botelho - que vai ser o módulo policial e que vai ficar no Botelho e que vai atender toda a Ilha. Esse tal de Moisés fez questão de me dizer isso. E aí eu disse que vai substituir atribuições, porque não é Carlos Seabra Suarez que vai resolver o problema da Ilha de Maré de segurança. Como está sendo discutido isso com a Prefeitura e com o Governo do Estado, seja lá com quem for?

Uine: O complicado que algumas comunidades dizem que não querem polícia é essa linha que Marizelha está falando, e também em época de eleição, que é a única época que a Polícia vem para as comunidades de Maré, para proteger o voto dos políticos. A polícia aborda os meninos que passam na rua de cabelo pintado, sem camisa, como faz nas periferias de Salvador. Então, essa polícia, sincera e honestamente, a gente não quer. Se for essa polícia orientada para seguir uma linha de ação, a gente não quer, mas se for polícia que seja preparada para uma lei específica, para as Comunidades Quilombolas periféricas, aí é um outro contexto.

Marizelha: Vocês não falaram da melhoria na cobertura nos serviços de telecomunicação.

Lara: Entrando, então, no nosso último painel que é de educação e saúde, ele é o resultado de muito do que a gente já discutiu aqui hoje. Inclusive, essa questão da internet, isso entra na melhoria da infraestrutura para educação. A gente percebe que cada localidade, a princípio, tem escola do ensino fundamental 1, com exceção de Neves e Itamoabo, que se desloca de Santana. E para vocês, o Fundamental 2, em Praia Grande. Eu também tenho esse deslocamento das localidades para Praia Grande e que esse transporte é o transporte que precisa ser melhorado; tanto do ponto de vista da quantidade de horário, porque é muito tempo para se deslocar, em cada localidade até chegar lá. A segurança, também, dos professores; quando os barcos chegam, já está dando 9 horas. Em dia de chuva falta aula porque os professores não conseguiram chegar aqui. Então, há necessidade de uma embarcação adequada, tanto para para o verão, quanto para o inverno, nesse caso, que ela consiga ter aula e não fique dependente do tempo.

Marizelha: Eu também sei que os professores ganham recurso para poder alugar uma casa aqui, mas isso fica como opcional. Se for isso, se for verdade, a Prefeitura está pagando duas vezes o transporte para trazer e quanto adicional para morar aqui - e não mora. Chama muita atenção, os professores chegam quase 9 horas da manhã na escola.

Rejane: Minha filha chega antes na Escola e professora só chega 9 horas. Minha filha vem para aqui para o porto pegar o barco para chegar na escola às 8 horas, pelo

processo de parar ali, parar aqui. Quando a maré está cheia, é terrível. A gente vai quase para Madre de Deus, aí chega lá, minha filha no verão chega tarde e no inverno quase não tem aula.

Marizelha: Eu acho que é assim, precisa ter uma renda. Precisa até ser selecionado profissionais de saúde da comunidade, da educação também, porque tem muitas pedagogas na comunidade formadas e o pessoal deveria priorizar os pedagogos da Comunidade, porque, assim, a gente não iria ter essa dificuldade de deslocamento. Isso também iria reduzir custos. E outra coisa referente à educação é que precisa melhorar em todas as comunidades. O que temos visto é que Itamoabo e Neves não têm escola porque tem poucos alunos. Tem sido corriqueira a discussão em Maracanã, não tem escola porque tem poucos alunos em séries diferentes. Então, são as crianças que vão sair da sua segurança - porque a gente tem aí o Estatuto da Criança e Adolescente -, e as crianças saem dessa segurança porque a Prefeitura, a gestão Municipal não vai atender, porque não se enquadra naquele programa, não sei o quê. Aqui é outro programa. Outra coisa que precisa ser olhado diferente na comunidade: o filho de Quebrão (por exemplo), como ele não tinha dois anos completos quando estava fazendo a matrícula, ele não pôde ser matriculado. Só que na cidade tem outras opções, tem uma creche, pode ter uma outra escolinha, que ele se organizaram, mas aqui não tem. Então quando a gente vai questionar... Meu sobrinho, ele tá com problema de aprendizado ele e mais 4 (crianças) por causa dessa dificuldade, ele foi obrigado a estudar numa série que não era a série dele porque o sistema aqui é assim.

Rejane: A gente ouve relatos de crianças que não sabem ler, o menino tem 8 anos e não sabe ler. E aí a galera quer obrigar a gente a educar nossas filhas. Eu não sou professora, eu mal sei ler, quem tem que educar aqui são os professores.

Marina: O que vocês acham exatamente que a Prefeitura tinha que oferecer, então?

Marizelha: Assim, a Prefeitura precisa flexibilizar para atender a demanda das localidades. Essas crianças estão sendo prejudicadas, então tem umas cinco ou seis crianças na idade de 8 anos que está com esse problema e tem outras crianças que estão chegando agora aqui, também estão com esse mesmo problema. A gente não tem outras opções, nós precisamos ter opção de creche escola. Teve uma mãe que foi

inclusive para DPE para conseguir matricular o seu filho, mas aí a diretora, os gestores, não querem. A gente precisa entender que a gente mora na Ilha de maré, é uma Ilha que os programas precisam ser diferentes, que não podem ser os mesmos programas que são aplicados aqui, que devem ser aplicados no continente. Outra coisa que a gente precisa dar conta: a gente tem duas crianças até agora que têm síndrome (de Down). Se não fosse o Centro Comunitário, essa criança não estudava.

Marina: Tem que ter também então um sistema de educação para pessoas com deficiência, né?

Uine: Nega tá falando aqui de casos de crianças que têm Síndrome, né? Tem deficiência, mas a gente tem também os casos de crianças que, por conta da contaminação, não conseguem aprender o “a” que aprendeu aqui hoje. Chega em casa, não consegue lembrar. Tem uma pesquisa que não foi publicado ainda, mas a gente sabe muito por alto, a partir do que foi dito para a gente, da professora Neuza Miranda, que as crianças que foram pesquisadas todas deram uns índice alto de cádmio, chumbo e mercúrio no sangue. Então esses produtos também estão interferindo no aprendizado desses alunos. Tem meninos que têm dificuldades de ler e de escrever com 14 e 15 anos, mas a escola não tem um programa para isso. A escola vai jogando para outra série e acaba que as crianças não recebem uma qualidade de ensino, não tem um olhar específico para essas crianças; não tem acessibilidade. Então, por isso que a gente cobra, também, que tenham profissionais de educação que sejam da Ilha de Maré que, querendo ou não, eles têm um olhar mais específico para essas crianças daqui. A gente está estudando sem perspectiva nenhuma de atuar nas nossas comunidades.

Marina: Uma coisa também que a gente tá pensando, é na inserção de conteúdos tradicionais no currículo e aí eu queria que vocês pensassem algo sobre isso; como a gente pode inserir, dentro da educação pública, um sistema parecido ou que tipo de parceria ou como que se integra, como vocês veem essa relação... Eu queria também que vocês falassem um pouco para mim e para Fernando da Escola das Águas.

Uine: A Escola das Águas é uma proposta dos pescadores e pescadoras de diversas áreas da Bahia. É uma proposta do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, o MPP, que a gente então não tem recurso nenhum, instituição nenhuma, de nenhum

Governo do Estado, é toda por conta própria. É, então, uma escola informal. O que a gente faz? Pega pessoas das comunidades, que estejam querendo alavancar estudos, entrar na universidade, se alfabetizar, a gente pega essas pessoas da comunidade. Antigamente, era na Ribeira que a gente atuava, já a gente tinha uma parceria, na época, com a Bahia Pesca, então eles davam recursos para alimentação e transporte - que acabou, que cortou. A gente tava se virando por conta própria, mas é um esforço do que a comunidade demanda não é algo que seja integrado com a escola. Quando a gente cobra que tenham profissionais de educação da comunidade, é porque se um aluno daqui da Bananeiras chegar para o professor e perguntar o que é uma comunidade quilombola, são poucos que vão poder responder, porque não tem a vivência, nem conhece. Tem professores que chegam e que nem sabem que aqui é uma comunidade quilombola. A comunidade quilombola, inclusive, tem direito a um recurso a mais para merenda escolar. A gente veio saber isso há 3 anos atrás porque a gente trouxe a informação para comunidade. Mas até hoje não se sabe se a Prefeitura passa esse recurso ou não. Então a Escola das Águas ela atua com toda a sua limitação, a gente já foi para Acupe, mas a gente hoje em dia não tem um lugar fixo. Seria ótimo se a Prefeitura ajudasse nesse sentido. Seria algo que alavancaria mais ainda o estudo. Hoje a gente está em mais de 40 pessoas na Universidade Pública por conta da Escola das Águas, porque, se fosse por conta do ensino que a gente tem aqui, iríamos parar no ensino médio. Porque a maioria dos meus amigos e amigas aqui, ou concluem o ensino médio e vão trabalhar em diversas áreas da pesca, ou nem chega a concluir ensino médio. Chega um momento em que é mais atrativo você chegar em casa com um quilo de siri do que com caderno com dever. Então isso é culpa da Prefeitura também. A educação de Bananeiras é feita em duas casas, uma é o espaço de um time de futebol, que foi emprestado para que eles fizessem uma escola, que mais parece um presídio, uma grade na frente e outra no fundo e um corredor e a outra que é aquela casa alugada: quarto, sala, cozinha, com cadeiras e mesas para as criancinhas estudar, sem ventilação, sem área de lazer, sem área de nada para estudar e a gente não fica mercê dessas situações.

Beatriz: Não entendi bem a Escola das Águas, é um serviço de vocês que prestam?

Marizelha: Na maioria das Comunidades pesqueiras, Quilombolas, tradicionais se a gente for fazer uma pesquisa na comunidade de Bananeiras, por exemplo, a quantidade de jovens, homens e mulheres que não concluiu o ensino médio ou que são analfabetos, a gente vai ter um número muito grande - isso por conta da falta de políticas públicas - e um outro agravante, por exemplo: a gente teve alguns programas de educação de jovens e adultos desses programas federais aqui as na Ilha de Maré, mas a gente via a dificuldade, porque não atendia nos horários de maré. Essa coisa que a gente fala, as políticas que chegam na comunidade, sem respeitar as características, até hoje você manter as crianças em sala de aula, as crianças vêm revoltadas porque dá para ver a maré toda seca. E como é filho de pescador que a gente leva desde bebê para maré - meu neto tá pegando quase 1 kg de marisco e está fazendo 10 anos hoje, ele já pega um quilo de sarnambi, sabe pescar de linha de mão, por que a gente vive dentro do mangue, do mar - então quando está sabendo que está dando (para pescar), está tendo muito rala coco, peguari, siri, quando sabe que a maré está boa para faxiar, nos manter dentro da sala de aula é quase impossível. Então a Escola das Águas ela surge com essa demanda: do pensar na educação que se adapte à realidade da gente. A gente bebeu muito da fonte do pessoal do MST que já fizeram essa experiência, e aí a escola tem 7 anos. E aí, a gente fez uma primeira turma que Uine e Bruno passaram por essas turmas. A ideia partiu muito da ideia de uma pescadora lá de Cachoeira de São Francisco do Paraguaçu, dona Maria do Paraguaçu, que ela sabia fazer uma leitura como ninguém de mundo, da vida, da gente, mas ela não sabia ler e ela dizia "se eu soubesse ler, escrever, teria uma qualidade de vida melhor, então vamos pensar a escola para pescador". Então foi nesse sentido que a escola surgiu e conta com o trabalho voluntário de professores e professoras que têm relação com o movimento social.

Beatriz: Então a ideia que vocês tão trazendo aqui é que tem que ter professores na educação voltados para a cultura quilombola. Agora, também lembro de um exemplo que as pessoas eram formadas em escolas familiares ligados à terra, que eram escolas montadas onde as crianças viviam, no caso, aqui é do mar. Então as crianças passavam 15 dias na escola e depois iam para casa.

Uine: É, isso é outra coisa que eu tô querendo também dizer, que a Escola das Águas é baseada na Pedagogia da alternância. Então, a gente entende enquanto futuro educador que a Escola das Águas fez a gente entender isso. A gente entende que o aluno que vem de uma escola ribeirinha, quilombola e de pesca e tal. Ele tem um período aqui, que é o período que a maré está boa, nesse período a gente está na comunidade e a gente faz o tempo da comunidade, a gente está desenvolvendo pesquisas na comunidade e contribuindo para nossa sobrevivência na pesca artesanal. No período que a maré não está boa, que é quando ela vaza menos, que ela está “quebrada”, como a gente costuma dizer, a gente está em sala de aula fazendo a devolutiva dessas pesquisas que a gente trouxe para casa e estudando tantos outros assuntos que cada um se debruçou. A gente atua desde a alfabetização até o vestibular e nos processos seletivos diversos.

Beatriz: E como você acha que dentro do projeto a Prefeitura poderia ajudar que essa escola aconteça? Se ela se formalizar mais, o que você acha?

Uine: A nossa dificuldade é transformar a Escola das Águas em uma escola formal, que forma as pessoas, que chega alguém que não saiba ler e escrever e que a gente capacite essa pessoa, que ela saia formada. Porque a gente conseguiu ter acesso ao CPA, que é o processo que você conclui o ensino fundamental ou médio com uma prova específica de cada matéria, você vai fazendo e conclui. A gente não sabia que tinha isso, mas na Escola das Águas a gente conseguiu fazer com que pessoas que não eram alfabetizadas hoje estejam na universidade, em fase de conclusão de curso. Nesse sentido, a Prefeitura entraria com esse suporte.

Marina: Eu acho que, na verdade, tem uma coisa que me traz é que o sistema de educação em Ilha de Maré precisa ser adaptado, não só o conhecimento, mas toda uma dinâmica de vida, porque esse relato da Marizelha, a forma como a escola funciona, ela não possibilita que as pessoas estudem. Não é só na mobilidade, na sua quantidade de espaço, mas também na forma como é estar, ela não é suficiente para que a galera daqui permaneça na escola, então tem uma questão educacional.

Marizelha: A gente pode ter como exemplo cursinho para vestibular daqui, que algumas lideranças em articulação com os professores da UNEB instituíram aqui em Ilha de

Maré. A gente, no início, tinha pensado em fazer a metodologia da Escola das Águas, nessa Pedagogia da alternância, mas aí os professores convenceram os estudantes a estudar todos os dias e não deu certo. Então a gente tem que respeitar, a Prefeitura, para chegar aqui, tem que respeitar a dinâmica da Comunidade. O Plano precisa sair com essa cara, é uma outra demanda, é outra característica, é um outro jeito de viver que é diferente da do continente. Aí a gente traz o direito, do mesmo jeito que tem recurso da Prefeitura para tapar o buraco que aparece na pista, a gente também tem que ter o dinheiro para nossas demandas. É um bairro de Salvador, por isso que a gente está dizendo, que fala que precisa entender Ilha de Maré como um bairro da cidade. Então, se é um bairro da cidade a delimitação, as estruturas, a iluminação tudo tem que ser visto como um bairro qualquer de Salvador e aí a gente deixa esse legado. Ilha de Maré é o bairro de Salvador que tem a mata Atlântica maior e mais preservada; é o bairro de Salvador que contribui com pescado de mais qualidade para Salvador. Qual a contribuição para Salvador? É o bairro mais negro de Salvador, Ilha de Maré.

Lara: Sobre os painéis, acho que na nossa conversa aqui falamos tudo sobre educação e dessa adaptação também a partir dos modos de vida da Ilha, do ensino e de saúde. O que a gente conversou sobre mobilidade, o acesso ao posto de saúde é muito complicado. E tem uma questão de horário de funcionamento do posto que, se eu não me engano, vai até 4 horas, nos dias de semana. Mas se você precisa de emergência depois disso, você precisa ir para o continente. A dificuldade de acesso para esse transporte, o pessoal comentou em algumas outras localidades que a “ambulância” tem um problema, que ela não atende às localidades e também demora para chegar.

Marizelha: Isso também é uma coisa que precisa ser fiscalizada por que tem “ambulância” contratada e a gente nunca nem viu.

Rejane: É um absurdo para mim, enquanto mãe. Eu tenho uma filha pequena de uma comunidade pesqueira e um dos principais problemas de saúde para a gente são questões de ortopedia - e o posto não tem essa especialidade.

Lara: É justamente isso, então: adaptabilidade do posto às demandas locais

Marizelha: eu acho que uma das coisas que vocês podem ajudar a gente a cobrar aí e botar no plano é que tava no processo de identificação e construção da unidade de pronto-atendimento 24 horas, durante toda semana, que seria em Praia Grande mesmo e seria de pronto-atendimento. Não sei se vocês viram, tem umas coisas ativadas ali e seria ali naquele lugar que aconteceria o serviço de pronto atendimento. Só que até agora isso não saiu. Essa notícia foi em outubro e até agora a gente não tem mais notícias.

Uine: E essa é uma prática, uma postura que a Prefeitura tem que parar de ter em Ilha de Maré. Quando o Bruno traz a questão das lanchas, por exemplo, se vocês perceberam aquela embarcação ali está saindo para pescar no mesmo tempo que a lancha tá saindo do restaurante. Essas lanchas que vêm para esses restaurantes, elas vão todas para Marina de Aratu, que é onde os homens daqui e das outras comunidades vão pescar, e eles têm que ficar esperando elas (lanchas) saírem para depois começar a pescar.

Marina: E a questão, também, do acesso aos medicamentos, que as outras pessoas comentaram sobre a dificuldade de acessar esses medicamentos. A gente colocou aqui, também, para colocar uma farmácia popular. É isso gente?

Beatriz: Fechamos aqui, né? Então, eu quero agradecer porque essa foi uma das reuniões mais ricas das que eu participei. Eu quero pedir a Bruno que escreva um pouco sobre a campanha sobre a regularização dos territórios pesqueiros. Obrigada, aprendi para caramba hoje.

Marizelha: Eu acho que a gente vê, também, essa questão das demandas emergenciais. A gente daria ânimo para comunidade, sabe? A gente é comunidade, né? Mas se essas demandas emergenciais não chegarem, a gente dificilmente consegue envolver tanto as pessoas.



Figura 12 - Registro fotográfico oficina em Bananeiras, 27/01/2022.



Figura 13 - Registro fotográfico oficina em Bananeiras, 27/01/2022

No Anexo 7.2 e 7.8 é possível acessar a lista dos presentes na atividade e a sistematização dos painéis que foram produzidos conjuntamente entre equipe e moradores.

7. Anexos

7.1. Sistematização de painéis: Botelho

Cultura, Memória, Atividades Economicas e Turismo

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTELECIMENTO CULTURAL E DA MEMÓRIA
- CAPACITAÇÃO E ASSORIA PARA FORTELECIMENTO E CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VOLTADOS PARA A CULTURA E MEMÓRIA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS E DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
- IMPLEMENTAÇÃO E ACESSO À PROGRAMAS DE APOIO ÀS PRÁTICAS EXISTENTES
- PROGRAMAS EDUCACIONAS DE APOIO E FORTELECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS
- MAPEAR POTENCIAIS TURÍSTICOS NAS LOCALIDADES E PROVER INFRAESTRUTURA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE APOIO PARA PRODUÇÃO E VENDA DE ARTESANATOS
- FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO
 - SAMBA DE RODA E CORRIDA DE CANOA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL
 - RECONHECIMENTO QUILOMBOLA (FEDERAL) (MUNICÍPIO)
 - MEMÓRIA: FONTE NATURAIS (HISTÓRICAS)
 - IDENTIFICAÇÃO DOS MARCOS HISTÓRICOS (MANUTENÇÃO)
 - CAPACITAÇÃO A TRABALHOS TURÍSTICOS
- GUIAS
- BOMBEIROS/SALVA VIDAS

Educação

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- MELHORIA E ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES
- INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE PUBLICO ESCOLAR: BARCO X ONIBUS
- TRANSPORTE PUBLICO ESCOLAR COM SEGURANÇA E MAIOR OFERTA DE EMBARCAÇÕES
- CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA JOVENS E ADULTOS
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 - + ESTRUTURA PARA AULAS E PROFESSORES
 - TRANSPORTE PÚBLICO QUE DIALOGUE COM AS ???
 - ESTUDO DA MEMÓRIA LOCAL
- ACESSO À GRADUAÇÃO E CURSOS TÉCNICOS
- SISTEMA EDUCACIONAL QUE LEVE EM CONSIDERAÇÃO OS MODOES DE VIDA

Saúde

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ATENDIMENTO DA AMBULANCHA ÀS LOCALIDADES
- MELHORIA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
- TRANSPORTE PUBLICO REGULAR
- AÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE PARA MITIGAÇÃO DOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁIS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- PESQUISA, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS OCASIONADAS PELA POLUIÇÃO INDUSTRIAL
- REVER OS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO
- ATENDIMENTO PRIORITÁRIO PARA A ILHA
- MANUTENÇÃO
- AUMENTO DA QUANTIDADE



Meio Ambiente



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECER O CONTROLE SOCIAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
- POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ILHA TIRANDO PARTIDO DE SEUS ASPECTOS NATURAIS
- PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS UTILIZADOS PARA LAZER, PRÁTICAS CULTURAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS
- PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO MIOLO DA ILHA
- MONITORAMENTO DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DA ILHA

GESTÃO INTEGRADA ENTRE GRUPOS (UFBA, FIOCRUZ)

PLANO DE FUGA E INSTRUÇÃO SOBRE A AMÔNIA

RETORNO DAS ATIVIDADES DAS INFORMAÇÕES DA INDÚSTRIA



Mobilidade e Transporte



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA OUTROS TIPOS DE TRANSPORTE
- ESTRATÉGIAS PARA TRANSPORTE DE CARGA ALÉM DOS ANIMAIS
- IMPLEMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO
- PROVIMENTO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O TRANSPORTE POR EMBARCAÇÕES
- SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ADEQUADAS ÀS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS (MANGUEZAIS)
- ACESSIBILIDADE DE CAMINHOS INTERNOS E DE INTERLIGAÇÃO ENTRE AS LOCALIDADES
- REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS ATRACADOUROS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE
- ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- ACESSO A COMÉRCIO E SERVIÇOS
- GRATUIDADE PARA OS IDESES NO TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO
- FISCALIZAÇÃO CONSTANTE DA QUANTIDADE DE PASSAGEIROS NAS EMBARCAÇÕES
- CAPACITAÇÃO E CURSO PARA TIRAR CARTEIRAS E POP (PROJETO BRASLEM)



Saneamento - Lixo



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA
- AÇÕES QUE VISEM A PREVENÇÃO DE DESPÉDIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ORGÂNICOS E RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
 - OFICINAS PARA PRODUÇÃO "ONG" EM ???
 - PROGRAMAS EDUCACIONAIS E CAPACITAÇÕES
 - REUTILIZAÇÃO ÓLEO DE COZINHA
- IMPLEMENTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES E COLETA SELETIVA
- SENSIBILIZAÇÃO DE TURISTAS EM MORADORES QUANTO AO LIXO NAS PRAIAS
- ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAMENTO DE LIXO
- FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS ANIMAIS
- COOPERATIVA INTEGRADA DA ILHA
- HORTA COMUNITÁRIA



Saneamento - Água, Esgoto e Drenagem



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ARTICULAÇÃO COM A EMBASA
- REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO QUALIDADE DA ÁGUA
- MONITORAMENTO, REPARAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONSTANTE DA REDE
- RECUPERAÇÃO DAS FONTES, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA
- BUSCAR SOLUÇÕES QUE APROVEITEM AS ÁGUA DOCES EXISTENTES DA ILHA
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E FOMENTO DO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E DRENAGEM
- ASSESSORIA TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE ACORDO COM OS PADRÕES SANITÁRIOS

Infraestrutura e Habitação

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ACESSO A PROGRAMAS EXISTENTES DE MELHORIAS HABITACIONAIS
 INCENTIVO A PROGRAMAS DE ACESSORIA TÉCNICA GRATUITA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
 CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL
 ORDENAMENTO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES E NOVAS
 OFERTA DE ESPAÇO DE LAZER PARA ATENDER À DIVERSIDADE DE PÚBLICO
 MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO
 APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES
PROGRAMAS SOCIAIS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUTIVOS/
 TRANSPORTE PÚBLICO/ AUXÍLIO PARA CARGA DE MATERIAIS
- MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA REDE ELÉTRICA E LÂMPADAS
 - MANUTENÇÃO DA REDE, PODA DE ÁRVORES RISCO REDE ELÉTRICA
 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MIOLO DA ILHA

7.2. Sistematização de painéis: Bananeiras e Maracanã



Cultura, Memória, Atividades Economicas e Turismo



ESTRUTURA/ESPAÇO EXISTENTE (DOS FILHOS DE MARISQUEIRAS)



O que podemos fazer?

- FORTELECIMENTO CULTURAL E DA MEMÓRIA
- CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
- IMPLEMENTAÇÃO E ACESSO À PROGRAMAS DE APOIO ÀS PRÁTICAS EXISTENTES
- PROGRAMAS EDUCACIONAS DE APOIO E FORTELECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS
- MAPEAR POTENCIAIS TURÍSTICOS NAS LOCALIDADES E PROVER INFRAESTRUTURA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE APOIO PARA PRODUÇÃO E VENDA DE ARTESANATOS
- FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VOLTADOS PARA A CULTURA E MEMÓRIA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS E DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
- PROGRAMAS EDUCACIONAS DE APOIO E FORTELECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS
- MAPEAR POTENCIAIS TURÍSTICOS NAS LOCALIDADES E PROVER INFRAESTRUTURA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE APOIO PARA PRODUÇÃO E VENDA DE ARTESANATOS
- FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO
- ESPAÇO PARA FESTAS MAIORES (COLETIVO), QUADRA
- SERIA IMPORTANTE FAZER TROCAS ESPECÍFICAS SOBRE A PESCA E A MARISCAGEM
- SÃO BENEDITO É PADROEIRO (MAS TEM MUITAS IGREJAS, SETE?)
- FICALIZAÇÃO DO TURISMO MARÍTIMO (SEGURANÇA PARA MORADORES)



PROF. NEUZA MIRANDA
(PESQUISA CONTAMINAÇÃO X APRENDIZADO)

Educação



O que podemos fazer?

- MELHORIA E ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES
- INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR: BARCO X ONIBUS
- TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR COM SEGURANÇA E MAIOR OFERTA DE EMBARCAÇÕES
- CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA JOVENS E ADULTOS
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS LOCAIS PARA EDUCAÇÃO
- REFORÇO PARA AS NECESSIDADES LOCAIS (ALUNOS)
- REVER/FLEXIBILIZAR SISTEMA DE DEMANDA E OFERTA DE VAGAS NAS ESCOLAS (QUESTÃO DE PAREAMENTO DE IDADE/SÉRIE)
- APÓIO PED/INCLUSÃO NO ENSINO FORMAL E COMPLEMENTAR TAMBÉM PARA JOVENS E ADULTOS
- ALUNOS E PROFESSORES ESPECIALMENTE DIAS/PERÍODOS DE CHUVA
- ESTRUTURA "FORMALIZAÇÃO" DA ESCOLA DAS ÁGUAS



Saúde

O que podemos fazer?

- ATENDIMENTO DA AMBULANCHA ÀS LOCALIDADES
- MELHORIA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
- TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR
- AÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE PARA MITIGAÇÃO DOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- PESQUISA, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS OCASIONADAS PELA POLUIÇÃO INDUSTRIAL
- ADAPTAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO À DINÂMICA LOCAL
- AJUSTE DO POSTO ÀS ESPECIALIDADES NECESSÁRIAS NA ILHA (ORTOPEDIA)
- ENSINO ADULTO NÃO SER À NOITE (REVEZAR OS DIAS)
- CADE A AMPLIAÇÃO DO POSTO?



Meio Ambiente



O que podemos fazer?



- FORTALECER O CONTROLE SOCIAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
- POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ILHA TIRANDO PARTIDO DE SEUS ASPECTOS NATURAIS
- PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS UTILIZADOS PARA LAZER, PRÁTICAS CULTURAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS
- PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO MIOLO DA ILHA
- MONITORAMENTO DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DA ILHA
- PRESERVAÇÃO DE ÁREAS ESPECÍFICAS IMPORTANTES PARA A COMUNIDADE (PRAIA, RIO DAS CONCHAS, POR EXEMPLO)
 - LIMPEZA DO MANGUEZAL (FEITA PELA PREFEITURA) COM MÃO DE OBRA LOCAL (RETOmada)
 - INCLUIR PESCADORES EM PROGRAMA DE MORADIA
 - FOGÃO PARA ECONOMIZAR LENHA
 - TRANSPORTE PARA VENDER MARISCO (MORADORES VENDEM EM TODAS AS FEIRAS)
 - "REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PESQUEIRO" (NÃO APA)
 - GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO MAIS ATIVA DOS MORADORES
- FUNCIONA ORGANIZAÇÃO POR NÚCLEO FAMILIAR OU GRUPOS DE FAMÍLIAS
- BARCO E ÔNIBUS



Mobilidade e Transporte



O que podemos fazer?



- PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA OUTROS TIPOS DE TRANSPORTE
- ESTRATÉGIAS PARA TRANSPORTE DE CARGA ALÉM DOS ANIMAIS
- IMPLEMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO
- PROVIMENTO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O TRANSPORTE POR EMBARCAÇÕES
- SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ADEQUADAS ÀS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS (MANGUEZAIS)
- ACESSIBILIDADE DE CAMINHOS INTERNOS E DE INTERLIGAÇÃO ENTRE AS LOCALIDADES
- REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS ATRACADOUROS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE
- ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- ACESSO A COMÉRCIO E SERVIÇOS
- MOTOLÂNCIA
 - GARANTIA DE TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO SEGURO E ORGANIZADO (HORÁRIOS, FISCALIZAÇÃO)
 - CAVALOS: FACILIDADE EM ADQUIRIR, MAS NÃO EM MANTER
- + TRANSPORTE PÚBLICO PARA CANDEIAS
- + TRANSPORTE ESCOLAR (ENSINO MÉDIO ESPECIALMENTE)
- HORÁRIOS FIXOS PARA QUE OS MORADORES POSSAM PROGRAMAR SUAS ROTINAS
- + ORDENAMENTO DOS CAVALOS (FORMAS DE CONTROLE)

Saneamento - Lixo

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA
- AÇÕES QUE VISEM A PREVENÇÃO DE DESPÉDIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ORGÂNICOS E RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- IMPLEMENTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES E COLETA SELETIVA
- SENSIBILIZAÇÃO DE TURISTAS EM MORADORES QUANTO AO LIXO NAS PRAIAS
- ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAMENTO DE LIXO
- FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS ANIMAIS
- CRIAR COOPERATIVA INTERNA PARA GERAR RENDA LOCAL
 - ↳ LUGAR ENTRE BOTELHO E SANTANA PARA FAZER SEPARAÇÃO DO LIXO (INTERNO - NO "MIOLO")
- USO DO DESCARTE DE MARISCO POR ARTESANATO
 - ↳ CAPACITAÇÃO PARA GERAR RENDA
- HORÁRIO DE COLETA
- PROMOVER REUNIÃO COM A LIMPURB

Saneamento - Água, Esgoto e Drenagem

Leitura do Território



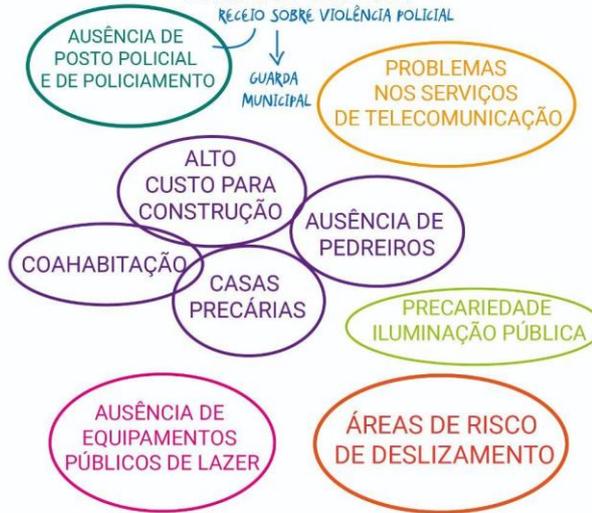
O que podemos fazer?

- ARTICULAÇÃO COM A EMBASA
- REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO QUALIDADE DA ÁGUA
- MONITORAMENTO, REPARAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONSTANTE DA REDE
- RECUPERAÇÃO DAS FONTES, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA
- BUSCAR SOLUÇÕES QUE APROVEITEM AS ÁGUA DOÇES EXISTENTES DA ILHA
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E FOMENTO DO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E DRENAGEM
- ASSESSORIA TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE ACORDO COM OS PADRÕES SANITÁRIOS
- FIOCRUZ - SANEAMENTO VERDE



Infraestrutura e Habitação

Leitura do Território



O que podemos fazer?

ACESSO A PROGRAMAS EXISTENTES DE MELHORIAS HABITACIONAIS

CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL

ORDENAMENTO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES E NOVAS

OFERTA DE ESPAÇO DE LAZER PARA ATENDER À DIVERSIDADE DE PÚBLICO

MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES

PROGRAMAS SOCIAIS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUTIVOS/
TRANSPORTE PÚBLICO/ AUXÍLIO PARA CARGA DE MATERIAIS

INCENTIVO A PROGRAMAS DE ACESSORIA TÉCNICA GRATUITA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS (MELHORAR/EFETIVAR A COMUNICAÇÃO)

- SERVIÇO DE CRAS PELAS COMUNIDADES (COMO USF FAZ)

URGENTE:

- TROCA DE EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (POSTES CAÍDO)

7.3. Sistematização de painéis: Porto dos Cavalos, Martelo e Ponta Grossa



Cultura, Memória, Atividades Economicas e Turismo



NÃO HÁ INCENTIVO A OUTRAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Leitura do Território



PROJETO PETROBRÁS DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS

O que podemos fazer?

- FORTALECIMENTO CULTURAL E DA MEMÓRIA
 - CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VOLTADOS PARA A CULTURA E MEMÓRIA
 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS E DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
 - IMPLEMENTAÇÃO E ACESSO À PROGRAMAS DE APOIO ÀS PRÁTICAS EXISTENTES
 - PROGRAMAS EDUCACIONAIS DE APOIO E FORTALECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS
 - MAPEAR POTENCIAIS TURÍSTICOS NAS LOCALIDADES E PROVER INFRAESTRUTURA
 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE APOIO PARA PRODUÇÃO E VENDA DE ARTESANATOS
 - FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO
- + APOIO PARA REALIZAR FESTA - EM ABRIL, DOIS DIAS DE FESTA (SAI DE MARTELO, SÃO JORGE)
- + APOIO À ASSOCIAÇÃO
- + APOIO AO GRUPO "SOU MULHER QUERO RESPEITO"
- + COZINHAS COMUNITÁRIAS (1 PARA CADA 5 FAMÍLIAS, NÃO FUNCIONA SE FOR APENAS UMA PELO MENOS TRÊS COZINHAS, UMA PARA CADA COMUNIDADE)
- + ESPAÇO PARA TRATAMENTO DE FRUTOS DO MAR
- + APOIO PARA MATERIAIS, EPIS, CAMISA TÉRMICA, PROTETOR, CALÇADO (A DEPENDER DA PRÁTICA), BALÃO, CHAPEU - RELAÇÃO COM PRAIA GRANDE)
- + PRESERVAR RUÍNAS PARA VIRAR PONTO TURÍSTICO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO
- + ACESSO TURISMO (PONTE)



Leitura do Território



Educação



O que podemos fazer?

- MELHORIA E ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES
 - INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE PUBLICO ESCOLAR: BARCO X ONIBUS
 - TRANSPORTE PUBLICO ESCOLAR COM SEGURANÇA E MAIOR OFERTA DE EMBARCAÇÕES
 - CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA JOVENS E ADULTOS
 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- + PARCÉRIAS PARA JOVEM APRENDIZ
- + AULAS DE ARTÉ E LAZER PARA CRIANÇAS E JOVENS
- + JOVEM APRENDIZ CUSTEADO POR INDÚSTRIAS
- + CAMINHOS INTERNOS PARA GARANTIR ACESSO ÀS ESCOLAS (NÃO DEPENDER DA MARÉ)
- + ABRIR ESTRADA PARA FACILITAR ACESSO À SAÚDE (PRAIA GRANDE) OU AMBULANCHA OU ALOCAR UM POSTO LOCAL (ESCOLA DESATIVADA)



Leitura do Território



Saúde

O que podemos fazer?

- ATENDIMENTO DA AMBULANCHA ÀS LOCALIDADES
 - MELHORIA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
 - TRANSPORTE PUBLICO REGULAR
 - AÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE PARA MITIGAÇÃO DOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS
 - PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁIS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
 - PESQUISA, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS OCASIONADAS PELA POLUIÇÃO INDUSTRIAL
- + AMBULANCHA PARA EMERGÊNCIA PELA ESTRADA INTERNA
- + AMPLIAR HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DO POSTO - PARA AGORA (CURTO PRAZO): LANCHA RÁPIDA
- + AMBULANCHA PRECISA DE ALGUÉM QUE CONHEÇA A MARÉ



Meio Ambiente



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECER O CONTROLE SOCIAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
- POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ILHA TIRANDO PARTIDO DE SEUS ASPECTOS NATURAIS
- PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS UTILIZADOS PARA LAZER, PRÁTICAS CULTURAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS
- PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO MIOLO DA ILHA
- MONITORAMENTO DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DA ILHA
- + AUMENTAR COLETA DE LIXO
- + APOIO DAS INDÚSTRIAS - CONTRAPARTIDAS
 - CESTAS BÁSICAS
 - ACESSO À SAÚDE (PLANO DE SAÚDE BANCADO POR ELES)
 - DISTRIBUIÇÃO DE EPI'S
 - EMPREGO



Mobilidade e Transporte



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA OUTROS TIPOS DE TRANSPORTE — LEMBRAR QUE BICICLETAS PRECISAM SUPORTAR SALINRE
- ESTRATÉGIAS PARA TRANSPORTE DE CARGA ALÉM DOS ANIMAIS
- IMPLEMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO
- PROVIMENTO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O TRANSPORTE POR EMBARCAÇÕES
- SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ADEQUADAS ÀS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS (MANGUEZAIS)
- ACESSIBILIDADE DE CAMINHOS INTERNOS E DE INTERLIGAÇÃO ENTRE AS LOCALIDADES
- REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS ATRACADOUROS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE
- ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- ACESSO A COMÉRCIO E SERVIÇOS — MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO
- + TRANSPORTE PÚBLICO PARA CANDEIAS
- + CONEXÃO POR TERRA PARA PEGAR BARCO MAIS PERTO (RELEVANTE PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO - EMERGÊNCIAS)
- + MANUTENÇÃO DA ESTRADA PAVIMENTADA QUE JÁ EXISTE



PROJETO CARVÃO ORGÂNICO (PRAIA GRANDE)

Leitura do Território



Saneamento - Lixo

O que podemos fazer?

- FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA
- AÇÕES QUE VISEM A PREVENÇÃO DE DESPÉDIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ORGÂNICOS E RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- IMPLEMENTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES E COLETA SELETIVA
- SENSIBILIZAÇÃO DE TURISTAS EM MORADORES QUANTO AO LIXO NAS PRAIAS
- ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAMENTO DE LIXO
- FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS ANIMAIS
- + DESCARTE DE RESTOS DE MARISCO E FRUTAS EM LOCAL ESPECÍFICO (COMPOSTAGEM)



Saneamento - Água, Esgoto e Drenagem

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ARTICULAÇÃO COM A EMBASA
- REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO QUALIDADE DA ÁGUA
- MONITORAMENTO, REPARAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONSTANTE DA REDE
- RECUPERAÇÃO DAS FONTES, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA
- BUSCAR SOLUÇÕES QUE APROVEITEM AS ÁGUA DOÇES EXISTENTES DA ILHA
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E FOMENTO DO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E DRENAGEM
- ASSESSORIA TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE ACORDO COM OS PADRÕES SANITÁRIOS
- + APOIO PARA ACESSO A REPELENTE E FUMAGÊ
- + MATERIAL PARA RECUPERAR AS FONTES



URGENTE: - PODA DE ÁRVORES
- ABELHAS NOS POSTES

Infraestrutura e Habitação

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ACESSO A PROGRAMAS EXISTENTES DE MELHORIAS HABITACIONAIS CONCURSO INTERNO (CORREIOS)
- CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL
- ORDENAMENTO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES E NOVAS
- OFERTA DE ESPAÇO DE LAZER PARA ATENDER À DIVERSIDADE DE PÚBLICO
- MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO — 3G E WIFI SÃO RUINS
- APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES
PROGRAMAS SOCIAIS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUTIVOS/ TRANSPORTE PÚBLICO/ AUXÍLIO PARA CARGA DE MATERIAIS
- INCENTIVO A PROGRAMAS DE ACESSORIA TÉCNICA GRATUITA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
- + ACESSO A CORREIO, BANCO, LOTÉRIA
- + APOIO A LAZER SHOWS, BANDA LOCAIS
- + VOLTA DO MORAR MELHOR (FINALIZAR)
- + APARELHOS DE EXERCÍCIO NAS PRAÇAS (ACADEMIA)
- + PARQUINHO/BRINQUEDOS NAS PRAÇAS
- LEMBRAR QUE NÃO PRECISA DE PRAÇA SÓ EM PORTO DOS CAVALOS, SÃO TRÊS COMUNIDADES
- FALTA DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA (AS QUE TEM SÃO LIGADAS A SANTANA E PRAIA GRANDE)

7.4. Sistematização de painéis: Praia Grande



Cultura, Memória, Atividades Economicas e Turismo



Leitura do Território



O que podemos fazer? - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL FOCADA NO TURISMO

- FORTELECIMENTO CULTURAL E DA MEMÓRIA
 - CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VOLTADOS PARA A CULTURA E MEMÓRIA
 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS E DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
 - IMPLEMENTAÇÃO E ACESSO À PROGRAMAS DE APOIO ÀS PRÁTICAS EXISTENTES
 - PROGRAMAS EDUCACIONAS DE APOIO E FORTELECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS
 - MAPEAR POTENCIAIS TURÍSTICOS NAS LOCALIDADES E PROVER INFRAESTRUTURA
 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE APOIO PARA PRODUÇÃO E VENDA DE ARTESANATOS
 - FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO
 - + LOCAL PARA ARMAZENAMENTO DE FRUTOS DO MAR
 - + FORNECIMENTO DE EPI'S PARA PESCADORES E MARISCQUEIRAS
 - + ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS (CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE VISUAL/LOGOMARCA E ESTRUTURAÇÃO DE COMÉRCIO NACIONAL E INTERNACIONAL)
 - + PROMOÇÃO DE ESPORTES AQUÁTICOS (TURISMO + EDUCAÇÃO) - APOIO E INCENTIVO
- INCENTIVO À CULTURA DO CARNAVAL*
MEMÓRIA DE MÃE BINA
COMPARTILHAMENTO HISTÓRIA LOCAL NAS ESCOLAS



Leitura do Território



Educação



O que podemos fazer?

- MELHORIA E ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES
 - INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR: BARCO X ONIBUS
 - TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR COM SEGURANÇA E MAIOR OFERTA DE EMBARCAÇÕES
 - CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA JOVENS E ADULTOS
 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 - + INCLUSÃO TECNOLÓGICA NAS ESCOLAS - LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
 - + SPOTS DE WIFI PÚBLICOS (PESQUISAR MADRE DE DEUS)
 - + TRABALHAR LOGÍSTICA PARA AULAS À NOITE (SEGURANÇA E QUALIDADE)
 - + ENSINO TÉCNICO E PRÉ-VESTIBULAR
- INCENTIVO AO ENSINO CULINÁRIO (CULTURA GASTRONÔMICA)*

Leitura do Território



Saúde

O que podemos fazer?

- ATENDIMENTO DA AMBULANCHA ÀS LOCALIDADES
 - MELHORIA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
 - TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR
 - AÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE PARA MITIGAÇÃO DOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS
 - PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
 - PESQUISA, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS OCASIONADAS PELA POLUIÇÃO INDUSTRIAL
- AMPLIAR HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO POSTO*
INSERIR PRÁTICAS ANCESTRAIS DE CUIDADO À SAÚDE (ERVAS)
CAPACITAR MORADORES EM 1'S SOCORROS



Meio Ambiente



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECER O CONTROLE SOCIAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
- POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ILHA TIRANDO PARTIDO DE SEUS ASPECTOS NATURAIS
- PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS UTILIZADOS PARA LAZER, PRÁTICAS CULTURAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS
- PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO MIOLO DA ILHA
- MONITORAMENTO DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DA ILHA
- MAIOR CUIDADO/CONTROLE NA CRIAÇÃO DOS ANIMAIS DE PASTO (PLANEJAMENTO)
- PLANEJAMENTO E CUIDADO/CONTROLE NOS ANIMAIS ABANDONADOS E DE RUA
 - CASTRAÇÃO
 - CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE POSSE DE ANIMAIS
- PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DAS EMPRESAS (ACESSO A ESSES PROGRAMAS)
- TROCA E ARTICULAÇÃO COM GRUPOS DE ESTUDO E PESQUISA



Mobilidade e Transporte



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA OUTROS TIPOS DE TRANSPORTE
- ESTRATÉGIAS PARA TRANSPORTE DE CARGA ALÉM DOS ANIMAIS
- IMPLEMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO
- PROVIMENTO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O TRANSPORTE POR EMBARCAÇÕES
- SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ADEQUADAS ÀS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS (MANGUEZAIS)
- ACESSIBILIDADE DE CAMINHOS INTERNOS E DE INTERLIGAÇÃO ENTRE AS LOCALIDADES
- REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS ATRACADOUROS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE
- ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- ACESSO A COMÉRCIO E SERVIÇOS (PENSAR A GESTÃO DESSES ESPAÇOS)
- INCENTIVO AO USO DE BICICLETA
- COOPERATIVA PARA FACILITAR O ÓLEO PARA OS BARQUEIROS
- LOCAL DE CUIDADO E DESCANSO/PASTO/GUARDAR OS ANIMAIS DE PASTO
- PENSAR FORMAS DE BATAREAR O TRANSPORTE, INCLUINDO OS BARQUEIROS NA SOLUÇÃO

Saneamento - Lixo

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA
- AÇÕES QUE VISEM A PREVENÇÃO DE DESPÉDIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ORGÂNICOS E RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- IMPLEMENTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES E COLETA SELETIVA
- SENSIBILIZAÇÃO DE TURISTAS EM MORADORES QUANTO AO LIXO NAS PRAIAS
- ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAMENTO DE LIXO
- FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS ANIMAIS

Saneamento - Água, Esgoto e Drenagem

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ARTICULAÇÃO COM A EMBASA
- REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO QUALIDADE DA ÁGUA
- MONITORAMENTO, REPARAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONSTANTE DA REDE
- RECUPERAÇÃO DAS FONTES, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA
- BUSCAR SOLUÇÕES QUE APROVEITEM AS ÁGUA DOÇES EXISTENTES DA ILHA
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E FOMENTO DO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E DRENAGEM
- ASSESSORIA TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE ACORDO COM OS PADRÕES SANITÁRIOS



PREOCUPAÇÃO COM
A ATUAÇÃO POLICIAL

Leitura do Território

NÃO HÁ ALTO ÍNDICE DE VIOLÊNCIA NA ILHA

AUSÊNCIA DE
POSTO POLICIAL
E DE POLICIAMENTO

A AUSÊNCIA NÃO
É UM PROBLEMA,
A VINDA SIM
(MEDO DE
VIOLÊNCIA)

ALTO
CUSTO PARA
CONSTRUÇÃO

COAHABITAÇÃO

CASAS
PRECÁRIAS

AUSÊNCIA DE
PEDREIROS

EM PRAIA GRANDE
NÃO É VERDADE

PRECARIIDADE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA

AUSÊNCIA DE
EQUIPAMENTOS
PÚBLICOS DE LAZER

ÁREAS DE RISCO
DE DESLIZAMENTO

PROBLEMAS
NOS SERVIÇOS
DE TELECOMUNICAÇÃO

Infraestrutura e Habitação



O que podemos fazer?

ACESSO A PROGRAMAS EXISTENTES DE MELHORIAS HABITACIONAIS

CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL

ORDENAMENTO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES E NOVAS

OFERTA DE ESPAÇO DE LAZER PARA ATENDER À DIVERSIDADE DE PÚBLICO

MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES

PROGRAMAS SOCIAIS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUTIVOS/
TRANSPORTE PÚBLICO/ AUXÍLIO PARA CARGA DE MATERIAIS

INCENTIVO A PROGRAMAS DE ACESSORIA TÉCNICA GRATUITA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

ESPECIALMENTE PARA ACOMPANHAR INTERVENÇÕES EM ENCOSTA E VEGETAÇÃO

+ CONTENÇÃO DO CAMPO DO APICUM (PENSAR FORMAS DE MANUTENÇÃO)

+ MELHORAR ACESSIBILIDADE NA ILHA COMO UM TODO (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

7.5. Sistematização de painéis: Santana



Cultura, Memória, Atividades Economicas e Turismo



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTELECIMENTO CULTURAL E DA MEMÓRIA
- CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA PARA FORTALECIMENTO E CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VOLTADOS PARA A CULTURA E MEMÓRIA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS E DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
- IMPLEMENTAÇÃO E ACESSO À PROGRAMAS DE APOIO ÀS PRÁTICAS EXISTENTES
- PROGRAMAS EDUCACIONAS DE APOIO E FORTALECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS
- MAPEAR POTENCIAIS TURÍSTICOS NAS LOCALIDADES E PROVER INFRAESTRUTURA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE APOIO PARA PRODUÇÃO E VENDA DE ARTESANATOS
- FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO
- ESPAÇO/LOCAIS PARA SHOWS



Educação



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- MELHORIA E ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES
- INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR: BARCO X ONIBUS
- TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR COM SEGURANÇA E MAIOR OFERTA DE EMBARCAÇÕES
- CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA JOVENS E ADULTOS
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- PESSOA PARA ACOMPANHAR OS ALUNOS NOS BARCOS PARA ESCOLAS (ALÉM DO MARINHEIRO)

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ATENDIMENTO DA AMBULANCHA ÀS LOCALIDADES
- MELHORIA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
- TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR
- AÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE PARA MITIGAÇÃO DOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- PESQUISA, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS OCASIONADAS PELA POLUIÇÃO INDUSTRIAL
- AMPLIAR/MELHORAR FUNCIONAMENTO AMBULANCHA (DISPONIBILIDADE/MAIOR OFERTA)
- ESTRUTURAR POSTO DE EMERGÊNCIA



Meio Ambiente



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECER O CONTROLE SOCIAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
- POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ILHA TIRANDO PARTIDO DE SEUS ASPECTOS NATURAIS
- PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS UTILIZADOS PARA LAZER, PRÁTICAS CULTURAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS
- PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO MIOLO DA ILHA
- MONITORAMENTO DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DA ILHA
- AUMENTAR COLETA DE LIXO



Mobilidade e Transporte



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA OUTROS TIPOS DE TRANSPORTE
- ESTRATÉGIAS PARA TRANSPORTE DE CARGA ALÉM DOS ANIMAIS
- IMPLEMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO
- PROVIMENTO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O TRANSPORTE POR EMBARCAÇÕES
- SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ADEQUADAS ÀS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS (MANGUEZAIS)
- ACESSIBILIDADE DE CAMINHOS INTERNOS E DE INTERLIGAÇÃO ENTRE AS LOCALIDADES
- REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS ATRACADOUROS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE
- ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- ACESSO A COMÉRCIO E SERVIÇOS
- ESTRUTURA QUE EXISTIA EM SÃO TOMÉ (SANITÁRIO) ERA MUITO BOA
- ESTRUTURA DE APOIO E GESTÃO DOS PIERS
- FACILITAR ACESSO AO BARCO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CADEIRA DE RODA POR EX)
- TRANSPORTE ADEQUADO E SEGURO PARA ESTUDANTES
- REGULARIZAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DAS CANOAS PARA MANUTENÇÃO DOS PIERS
- DOCUMENTO, PROFISSIONALIZAÇÃO, CARTA MARÍTIMA DOS BARQUEIROS

Saneamento - Lixo

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA
- AÇÕES QUE VISEM A PREVENÇÃO DE DESPÉDIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ORGÂNICOS E RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- IMPLEMENTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES E COLETA SELETIVA
- SENSIBILIZAÇÃO DE TURISTAS EM MORADORES QUANTO AO LIXO NAS PRAIAS
- ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAMENTO DE LIXO
- FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS ANIMAIS
- AUMENTAR FREQUÊNCIA DA COLETA (PAINEL PARA TURISTAS)
- AUMENTAR NÚMERO DE LIXEIRAS

Saneamento - Água, Esgoto e Drenagem

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ARTICULAÇÃO COM A EMBASA
- REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO QUALIDADE DA ÁGUA
- MONITORAMENTO, REPARAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONSTANTE DA REDE
- RECUPERAÇÃO DAS FONTES, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA
- BUSCAR SOLUÇÕES QUE APROVEITEM AS ÁGUA DOÇES EXISTENTES DA ILHA
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E FOMENTO DO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E DRENAGEM
- ASSESSORIA TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE ACORDO COM OS PADRÕES SANITÁRIOS
- RELAÇÃO COM PREFEITURA BAIRRO COMO PONTO DE APOIO PARA REIVINDICAÇÕES

Infraestrutura e Habitação

Leitura do Território



O que podemos fazer?

ACESSO A PROGRAMAS EXISTENTES DE MELHORIAS HABITACIONAIS — MORAR MELHOR

CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL

ORDENAMENTO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES E NOVAS

OFERTA DE ESPAÇO DE LAZER PARA ATENDER À DIVERSIDADE DE PÚBLICO

MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES

PROGRAMAS SOCIAIS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUTIVOS/
TRANSPORTE PÚBLICO/ AUXÍLIO PARA CARGA DE MATERIAIS

INCENTIVO A PROGRAMAS DE ACESSORIA TÉCNICA GRATUITA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

+ SEPARAÇÃO ÁGUAS/ESGOTO DAS CASAS (ORIENTAÇÃO DOS MORADORES PARA LIDAR COM OS DEJETOS DAS SUAS CASAS) - SEPARAÇÃO/TRATAMENTO DAS FOSSAS

7.6. Sistematização de painéis: Itamoabo e Neves



Cultura, Memória, Atividades Economicas e Turismo



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTEALECIMENTO CULTURAL E DA MEMÓRIA
- CAPACITAÇÃO E APOIO PARA FORTEALECIMENTO E CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VOLTADOS PARA A CULTURA E MEMÓRIA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS E DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS
- IMPLEMENTAÇÃO E ACESSO À PROGRAMAS DE APOIO ÀS PRÁTICAS EXISTENTES
- PROGRAMAS EDUCACIONAS DE APOIO E FORTEALECIMENTO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS TRADICIONAIS
- MAPEAR POTENCIAIS TURÍSTICOS NAS LOCALIDADES E PROVER INFRAESTRUTURA
- CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE APOIO PARA PRODUÇÃO E VENDA DE ARTESANATOS
- FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO
 - PROTEÇÃO AO TERRENO DA IGREJA
 - REFORMA DA IGREJA E ABRIR PARA VISITAÇÃO
- DIVULGAÇÃO VISUAL DE DIFERENTES LUGARES (MAPA COM ROTEIRO E PONTOS TURÍSTICOS)
- CAPACITAÇÃO MÃO DE OBRA VOLTADA PARA O TURISMO



Leitura do Território



Educação



O que podemos fazer?

- MELHORIA E ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES
- INTEGRAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR: BARCO X ONIBUS
- TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR COM SEGURANÇA E MAIOR OFERTA DE EMBARCAÇÕES
- CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA JOVENS E ADULTOS
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Leitura do Território



Saúde

O que podemos fazer?

- ATENDIMENTO DA AMBULANCHA ÀS LOCALIDADES
- MELHORIA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS
- TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR
- AÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE PARA MITIGAÇÃO DOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- PESQUISA, PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS OCASIONADAS PELA POLUIÇÃO INDUSTRIAL



Meio Ambiente



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECER O CONTROLE SOCIAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
- POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ILHA TIRANDO PARTIDO DE SEUS ASPECTOS NATURAIS
- PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS UTILIZADOS PARA LAZER, PRÁTICAS CULTURAIS E ATIVIDADES ECONOMICAS
- PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO MIOLO DA ILHA
- MONITORAMENTO DA BALNEABILIDADE DAS PRAIAS DA ILHA
- CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO (INDÚSTRIAS) EM CASO DE EMERGÊNCIA



Mobilidade e Transporte



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA OUTROS TIPOS DE TRANSPORTE
- ESTRATÉGIAS PARA TRANSPORTE DE CARGA ALÉM DOS ANIMAIS
- IMPLEMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO MARÍTIMO
- PROVIMENTO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE PARA O TRANSPORTE POR EMBARCAÇÕES
- SOLUÇÕES DE MOBILIDADE ADEQUADAS ÀS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS (MANGUEZAIS)
- ACESSIBILIDADE DE CAMINHOS INTERNOS E DE INTERLIGAÇÃO ENTRE AS LOCALIDADES
- REFORMA E ADEQUAÇÃO DOS ATRACADOUROS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA, ACESSIBILIDADE
- ACESSIBILIDADE AOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- ACESSO A COMÉRCIO E SERVIÇOS
- "NÃO DEPENDER DE MARÉ"
- ATRACADOURO NA GAMBOA
- LUGAR ESPECÍFICO PARA PARAR (ESTACIONAR) E DEIXAR O BARCO
- FISCALIZAR CAPACIDADE MÁXIMA DOS BARCOS
- CAPACITAÇÃO ORGANIZAÇÃO CANOEIROS
- GARANTIR EMPREGO DOS CANOEIROS
- DEFINIR HORÁRIOS PARA CARGA/DESCARGA
- MANUTENÇÃO



Saneamento - Lixo



GARRAFAS DE HEINEKEN E VASILHAMES

Leitura do Território



O que podemos fazer?

- FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA
- AÇÕES QUE VISEM A PREVENÇÃO DE DESPÉDIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ORGÂNICOS E RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- IMPLEMENTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CATADORES E COLETA SELETIVA
- SENSIBILIZAÇÃO DE TURISTAS EM MORADORES QUANTO AO LIXO NAS PRAIAS
- ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAMENTO DE LIXO
- FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS ANIMAIS
- CONTATO COM ONZES DE REUTILIZAÇÃO DE MATERIAL, RECICLAGEM E CONCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL
- PROGRAMAS EDUCATIVOS SOBRE LIXO: VENDEDORES, MORADORES, BARQUEIROS, (LANCHAS TURISMO)
- DISTRIBUIÇÃO DE SACOS DE LIXO PELOS BARES E BARQUEIROS, COZINHEIROS
- QUESTÃO DOS ANIMAIS (PRINCIPALMENTE CAVALOS) — FISCALIZAÇÃO
- LUGAR PARA GUARDAR (BAIAS COLETIVAS COM CONTRIBUIÇÃO \$ MENSAL TALVEZ)
- CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA MAUS TRATOS



Saneamento - Água, Esgoto e Drenagem



Leitura do Território



O que podemos fazer?

- ARTICULAÇÃO COM A EMBASA
- REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO QUALIDADE DA ÁGUA
- MONITORAMENTO, REPARAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONSTANTE DA REDE
- RECUPERAÇÃO DAS FONTES, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA
- BUSCAR SOLUÇÕES QUE APROVEITEM AS ÁGUA DOÇES EXISTENTES DA ILHA
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E FOMENTO DO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS
- PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOBRE DOENÇAS DECORRENTES DAS MÁS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO
- DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E DRENAGEM
- ASSESSORIA TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS DE ACORDO COM OS PADRÕES SANITÁRIOS

Infraestrutura e Habitação

Leitura do Território



O que podemos fazer?

ACESSO A PROGRAMAS EXISTENTES DE MELHORIAS HABITACIONAIS
 INCENTIVO A PROGRAMAS DE ACESSORIA TÉCNICA GRATUITA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
 CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL
 ORDENAMENTO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES E NOVAS
 OFERTA DE ESPAÇO DE LAZER PARA ATENDER À DIVERSIDADE DE PÚBLICO
 MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO
 APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES
PROGRAMAS SOCIAIS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUTIVOS/
 TRANSPORTE PÚBLICO/ AUXÍLIO PARA CARGA DE MATERIAIS